

Handwritten initials and a checkmark in the top right corner.



Relatório de Gestão 2017



Évora, 27 de
abril de 2018



MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em 2017 a Gesamb comemorou o seu décimo quarto aniversário. As expectativas para 2017 eram elevadas e passavam pela concretização de diversos projetos e investimento previstos nas candidaturas apresentadas ao POSEUR, POCTEP e programa Life+ fundamentais para dar cumprimento às metas intercalares definidas pelo Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU) 2020 e assumidas no Plano de Ação (PAPERSU) elaborado em 2015 em articulação com os municípios da nossa área de abrangência e os Sistemas da AMCAL e Resialentejo.

No entanto, apenas em outubro foi comunicado pelo POSEUR a aprovação das candidaturas apresentadas. Apesar deste atraso, a Gesamb tinha iniciado, ainda em 2016, a concretização de alguns desses investimentos, nomeadamente ao nível do reforço da rede de ecopontos, de forma a atingir a meta de recolha seletiva prevista no PERSU para 2020, 48kg. por habitante.

Em 2017 a entrada em vigor do novo enquadramento do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE) provocou, principalmente durante o primeiro semestre, alguns constrangimentos ao nível do envio para reciclagem tanto de embalagens da recolha seletiva como de embalagens recuperadas nos resíduos indiferenciados. Quer pela entrada em vigor a 1 de janeiro das novas especificações técnicas para as embalagens recuperadas dos resíduos indiferenciados o que obrigou ao reforço do controlo de qualidade em algumas frações, quer pela falta de definição do mecanismo de alocação da quota de mercado de cada Entidade Gestora (EG) ao material a retomar, assim como a exclusão do âmbito das licenças atribuídas de algumas tipologias de embalagens que não têm agora garantia de escoamento, o ano 2017 foi conturbado e de profunda alteração do modelo até então em vigor.

A Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico em Évora processou, em 2017, cerca de 56 mil toneladas de resíduos urbanos indiferenciados (42 mil da Gesamb) e 4 mil toneladas de verdes, para além da fração de embalagem de plástico e metal recolhida nos ecopontos da nossa área de abrangência. Esta Unidade integra um projeto conjunto, apoiado pelo Programa Operacional de Valorização do Território (POVT), para a valorização dos resíduos urbanos dos sistemas Gesamb, AMCAL e Resialentejo, compreendendo, para além da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico em Évora, uma unidade similar em Beja, uma Estação de Transferência em Vila Ruiva e uma Unidade de Combustível Derivado de Resíduos que funciona em linha com a Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico em Évora. Assim em 2017 foram encaminhados para a Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico de Évora 63% dos resíduos urbanos indiferenciados recebidos da área de intervenção da Gesamb, no entanto a linha de CDR, por falta de soluções de escoamento para este material manteve-se inoperante. Para além disso, parte do composto produzido, uma vez que o processo de certificação apenas ficou concluído no final de maio e porque se esgotou a capacidade de armazenamento teve de ser encaminhada para aterro. Com a validação do produto no final de maio, a comercialização do composto começou a ser concretizada em julho com a venda até final do ano de 1.039,56 ton.

Relativamente às quantidades recebidas, em 2017 regista-se pelo quarto ano consecutivo um aumento do quantitativo global, no entanto, a fração de resíduo indiferenciado que representa cerca de 76% dos resíduos recebidos, depois de uma inversão de tendência em 2014, voltou a sofrer uma diminuição relativamente ao ano anterior assumindo o valor mais baixo de sempre (66 mil toneladas) o que é um aspeto positivo. Inversamente regista-se uma diminuição da quantidade de materiais recolhidos no âmbito do SIGRE – Sistema Integrado de Resíduos de Embalagem, em 1,5%, principalmente pela diminuição da quantidade recolhida de papel/cartão, o que é um aspeto negativo, tendo em conta a necessidade de aumentar a quantidade de material recolhido seletivamente.

Por fim importa salientar a atribuição do “selo de qualidade do serviço de gestão de resíduos urbanos 2017” atribuído pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) no âmbito dos “Prémios e Selos de Qualidade dos Serviços de Águas e Resíduos - ERSAR 2017”, organizada em parceria com o jornal Água&Ambiente. Nesta edição foram considerados os dados de base e indicadores de qualidade de serviço relativos a 2016.

Os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança na Gesamb.

O Conselho de Administração da Gesamb

Índice

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	1
APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	4
MISSÃO.....	4
VISÃO	4
VALORES	4
COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃO SOCIAIS.....	5
ORGANIZAÇÃO DA EMPRESA.....	5
INFRA ESTRUTURAS.....	6
FROTA.....	6
CERTIFICAÇÃO.....	7
ATIVIDADE DA EMPRESA	8
RECEÇÃO DE RESÍDUOS.....	8
TOTAIS RECECIONADOS POR TIPO DE RESÍDUO	8
TOTAIS RECECIONADOS POR INSTALAÇÃO	10
RECOLHA INDIFERENCIADA	11
QUANTIDADES POR MUNICÍPIO.....	11
RECOLHA SELETIVA	12
QUANTIDADES.....	12
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE RESÍDUOS DE EMBALAGENS - SIGRE.....	13
RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO.....	13
QUANTITATIVOS DOS RCD RECECIONADOS	15
QUANTITATIVOS DOS RCD ENCAMINHADOS.....	16
DESLOCAÇÕES	16
TRANSPORTE DE RU INDIFERENCIADOS	16
TRANSPORTE DA RECOLHA SELETIVA.....	17
TRANSPORTE DA RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO	19
TRATAMENTO MECÂNICO E BIOLÓGICO	19
QUANTIDADES PROCESSADAS NO TMBE.....	20
MATERIAL ENVIADO PARA RECICLAGEM	21
RECOLHA SELETIVA	21
RECOLHA INDIFERENCIADA – UTMB.....	5
DEPOSIÇÃO EM ATERRO.....	5
METAS DO PERSU2020	6
METAS DO DESPACHO N.º 711 I/2015, DE 29 DE JUNHO	7
PLANO DE MONITORIZAÇÃO	9
COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	12
AÇÕES PERMANENTES.....	12

SESSÕES DE SENSIBILIZAÇÃO/ESCLARECIMENTO E WORKSHOPS.....	12
VISITAS ÀS INSTALAÇÕES.....	12
STAND INSTITUCIONAL – “SIMPLIFICA”.....	12
AÇÕES PONTUAIS.....	13
SEMANA EUROPEIA DA PREVENÇÃO DE RESÍDUOS 2017.....	13
7º ENCONTRO TÉCNICO “GESTÃO DE RESÍDUOS” - GESAMB.....	14
GESTÃO DE PESSOAS.....	33
REPARTIÇÃO DO EFETIVO.....	33
NÍVEL ETÁRIO.....	33
NÍVEIS HABILITACIONAIS.....	34
FORMAÇÃO.....	34
TAXA DE ABSENTISMO.....	34
SAÚDE, HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO.....	35
RESULTADOS.....	36
RESULTADOS DO EXERCÍCIO, BALANÇO FUNCIONAL E EQUILÍBRIO FINANCEIRO.....	37
DESEMPENHO ECONÓMICO E PRINCIPAIS INDICADORES.....	41
RESULTADOS DO EXERCÍCIO E CONTROLO ORÇAMENTAL.....	43
POLÍTICA DE PREÇOS.....	45
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS.....	47
EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE E A TERCEIROS.....	47
APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	48
OUTROS.....	49
EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE.....	49
FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS TERMO EXERCÍCIO.....	51
ANEXO I RELATÓRIO EMITIDO PELA POCALENTEJO.....	52
ANEXO I RELATÓRIO EMITIDO PELA POCALENTEJO.....	53
ANEXO II PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO.....	54
ANEXO III PROCEDIMENTOS DE CONTRATACÃO PÚBLICA – 2017.....	55

Handwritten marks: a signature and a checkmark.

APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

A Gesamb - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM, desenvolve a sua atividade desde 2004, sendo responsável pela gestão integrada dos resíduos urbanos (RU) produzidos nos municípios de Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa.

A Gesamb é uma empresa intermunicipal de capitais maioritariamente públicos:

- 600.000 Euros, pela CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, adiante designada CIMAC, integralmente realizado.
- 400.000 Euros, pela LENA AMBIENTE – Gestão de Resíduos, S. A., integralmente realizado

Nas suas instalações em Évora são tratadas anualmente 82 mil toneladas de RU, produzidas pelos cerca de 150 mil habitantes da sua área de intervenção (6.500 km²).



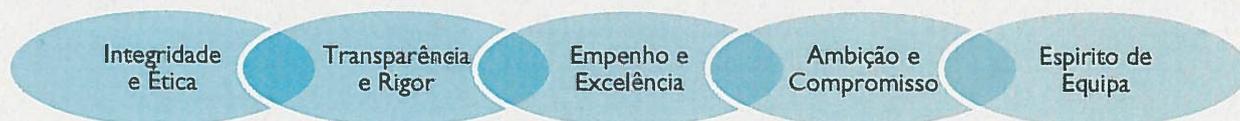
MISSÃO

Assegurar a gestão integrada do Sistema Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos do Distrito de Évora, utilizando as técnicas mais seguras e ambientalmente adequadas, tendo sempre em consideração os princípios da sustentabilidade e aplicação da legislação e recomendações nacionais e internacionais em vigor para o setor dos resíduos.

VISÃO

Ser reconhecida como uma organização de referência pela ecoeficiência do seu desempenho e promoção da sustentabilidade ambiental e social.

VALORES



COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃO SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Formada pelos representantes dos detentores do capital estatutário
CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central
Lena Ambiente, SA.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eleito na Assembleia Geral de 20 de fevereiro de 2014

Presidente: Luís Simão, CIMAC
Vogais: Júlio de Jesus Bento
Bernardino Pinto, CIMAC

FISCAL ÚNICO

Rosário, Graça & Associados, SROC, Lda.

ORGANIZAÇÃO DA EMPRESA

A estrutura funcional da empresa, atualizada no início de 2014, é apresentada no organigrama seguinte.

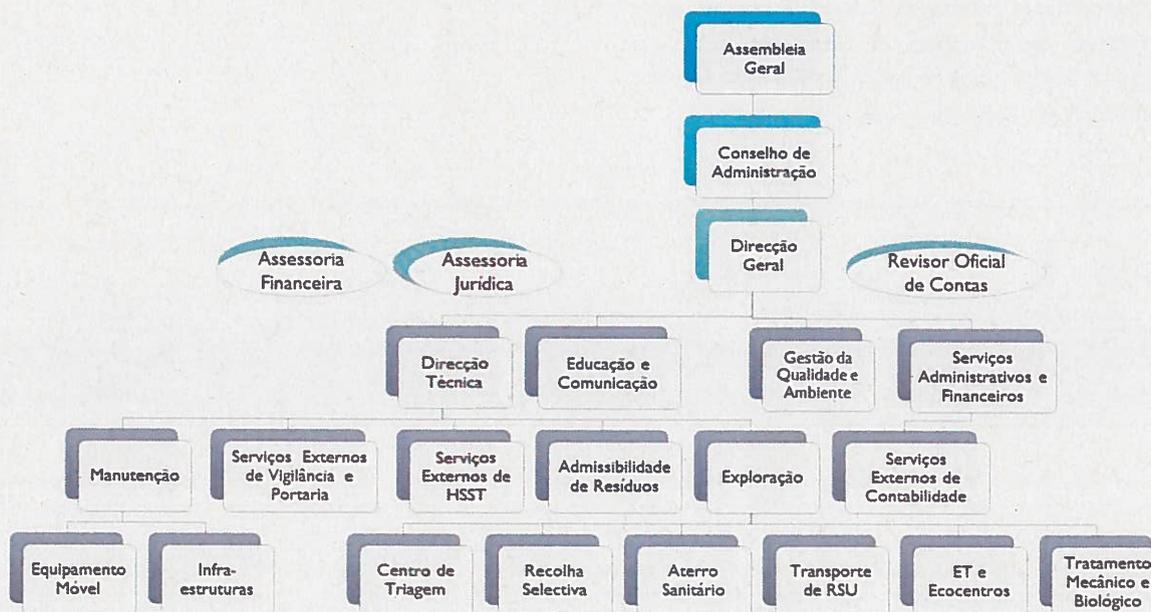


Figura 6 – Organigrama da Gesamb

INFRA ESTRUTURAS

Para assegurar a receção, tratamento e valorização dos resíduos recolhidos e recebidos a Gesamb dispõe de um conjunto de infraestruturas: seis Ecocentros, quatro Estações de Transferência, um Centro de Triagem de embalagens de vidro, plástico, metal e papel/cartão, uma Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico, um Centro de Valorização de RCD's e duas unidades de ETAL.



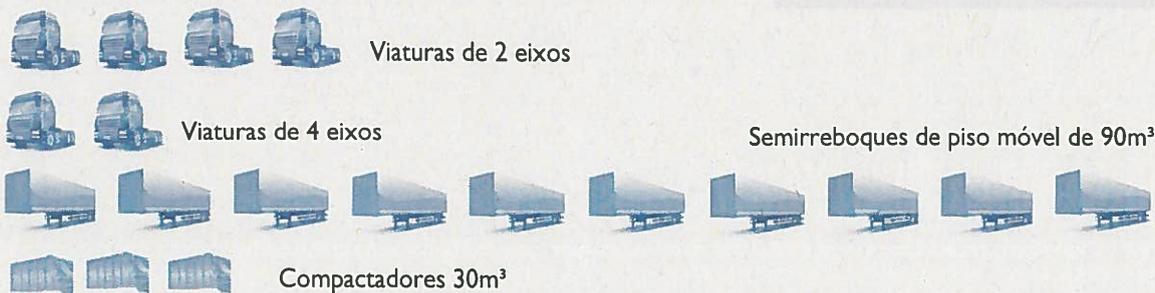
Figura 2 – Infraestruturas que integram a Gesamb

- 1 Aterro Sanitário e ETAL, Centro de Triagem, Ecocentro, Unidade de Valorização RCD e Tratamento Mecânico e Biológico
- 2 Estação de Transferência e Ecocentro de Borba
- 3 Estação de Transferência e Ecocentro de Montemor-o-Novo;
- 4 Estação de Transferência e Ecocentro Mora;
- 5 Estações de Transferência e Ecocentro Reguengos de Monsaraz;
- 6 Ecocentro de Estremoz
- 7 Ecocentro de Vendas Novas

FROTA

Para assegurar o transporte dos RU indiferenciados rececionados nas 4 Estações de Transferência, a Gesamb dispõe de 6 viaturas, 10 semirreboques e 3 contentores fechados (1 compactador estático em Mora). As 2 viaturas de 4 eixos e compactadores estáticos estão afetadas à ET de Mora que possui características técnicas diferentes das restantes, para adaptação ao nível dos quantitativos rececionados (o compactador estático opera com 3 contentores fechados). As restantes 4 viaturas asseguram o transporte das outras 3 ET onde são mantidos pisos móveis que asseguram a disponibilidade de capacidade de receção. Em termos de recursos humanos, estão afetados 4 motoristas ao transporte de RU indiferenciados.

Figura 3 – Frota de Transporte de RU



Para assegurar a recolha nos ecocentros, ecopontos e recolha dedicadas a Gesamb possui 10 viaturas com sistema de ampliroll e dotadas de grua para transporte de auto compactadores ou contentores de 30 m³. Para acondicionamento dos resíduos estão disponíveis 11 auto compactadores e cerca de 120 contentores. Estão afetados 11 motoristas e 2 ajudantes para a recolha de resíduos nos ecocentros, dedicadas e ecopontos.



Figura 4 – Frota de RS

No âmbito de candidatura apresentada ao Fundo Ambiental, no início de 2018, a Gesamb procedeu ao abate de duas viaturas ligeiras de mercadorias, viaturas que se encontravam em mau estado de conservação, tendo, no final do exercício em apreço, adquirido duas viaturas 100% elétricas. Uma viatura ligeira de passageiros destinada ao transporte de colaboradores entre a sede da Gesamb e as restantes instalações e uma viatura ligeira de mercadorias destinada essencialmente à recolha seletiva no centro histórico do Município de Évora.

US
de

CERTIFICAÇÃO

Em 2011 a Gesamb iniciou o processo de implementação de um Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança, tendo ficado concluído no final de 2015, nesta data foi iniciado o procedimento para contratação de serviços de auditoria para emissão da certificação. Durante o 2º trimestre de 2016 (abril) foi realizada auditoria para concessão da certificação, pela empresa EIC – Empresa Internacional de Certificação, sendo que no final de 2016 foi atribuída certificação segundo os normativos de qualidade, NP EN ISO 9001, e ambiente, NP EN ISO 14001, para todas as atividades da Gesamb (desde a receção, recolha, transporte, acondicionamento, armazenamento temporário, triagem até à valorização orgânica e deposição final de resíduos urbanos). Em 2017, foi realizada a Auditoria de 1º Acompanhamento, pela empresa EIC, tendo sido aceites todas as ações corretivas propostas pela Gesamb, ficando assim reunidas todas as condições referentes aos Certificados n.ºE – 3903 e A-0464.



Figura 5 – Logotipos certificação

ATIVIDADE DA EMPRESA

RECEÇÃO DE RESÍDUOS

TOTAIS RECECIONADOS POR TIPO DE RESÍDUO

Foram rececionadas 87.564,13 toneladas de resíduos em 2017, mais 1.437,41 toneladas (+1,67%) do que em 2016.

Quadro I – Total de resíduos geridos, toneladas

Natureza dos resíduos		2017	2016	Var. 17/16 (Ton)	Var. 17/16 (%)	Peso (%)
RURI	Resíduos urbanos indiferenciados ou equiparados ¹	66.391,30	67.215,88	-824,58	-1,23%	75,8%
RURSNV	Resíduos urbanos da recolha seletiva não valorizáveis	2.043,74	1.629,16	414,58	25,45%	2,3%
RURSV	Resíduos urbanos da recolha seletiva valorizáveis	10.096,53	11.088,65	-992,13	-8,95%	11,5%
RNU	Resíduos não urbanos	2.320,59	2.136,15	184,44	8,63%	2,7%
RNURCD	Resíduos de construção e demolição	6.711,98	4.056,88	2.655,10	65,45%	7,7%
TOTAL		87.564,13	86.126,72	1.437,41	1,67%	100,0%

¹ Inclui os resíduos urbanos indiferenciados e os resíduos da limpeza de ruas

Os resíduos urbanos (RU) são resíduos provenientes de habitações, bem como outros resíduos que, pela sua natureza ou composição, sejam semelhantes aos resíduos provenientes de habitações. São considerados resíduos urbanos os resíduos produzidos:

- pelos agregados familiares (resíduos domésticos)
- por pequenos produtores de resíduos semelhantes (produção diária inferior a 1.100 l)
- por grandes produtores de resíduos semelhantes (produção diária igual ou superior a 1.100 l)

Consideram-se assim resíduos urbanos os resíduos urbanos e equiparados (resíduos domésticos, do comércio, indústria e serviços), incluindo as frações recolhidas seletivamente. Podem também ser classificados como resíduos urbanos os resíduos de embalagens (incluindo resíduos urbanos e equiparados de embalagens, recolhidos separadamente), desde que sejam provenientes dos agregados familiares (resíduos domésticos) ou semelhantes a estes, provenientes dos sectores dos serviços, indústria ou estabelecimentos comerciais.

São considerados resíduos não urbanos os que não têm enquadramento nos resíduos urbanos, ou seja, pneus, óleos minerais usados, os resíduos de construção e demolição, as lamas de depuração de águas residuais domésticas e a mistura de plásticos.

Assim, para um total anual de 67.653,59 toneladas de resíduos urbanos indiferenciados ou equiparados previstos rececionar em 2017, verifica-se que a quantidade recebida corresponde a 98,13% dessa previsão, ou seja, menos 1.262,29 toneladas do valor previsto no Plano Económico e Financeiro da Gesamb e menos 824,58 toneladas relativamente ao mesmo período do ano anterior.

O aumento de 1,67%, no total de resíduos recebidos relativamente a 2016, é explicado principalmente pelo aumento significativo de entrada de resíduos de construção e demolição, mais 2.655,10 toneladas (+65,45%), de monstros não ferrosos, mais 373,50 toneladas (+23,61%) e de lamas de depuração de águas residuais domésticas, mais 228,74 toneladas (+17,66%), relativamente ao ano anterior.

Em sentido inverso, verificou-se uma redução na entrada de resíduos verdes, menos 1.023,52 toneladas (-18,35%), de resíduos urbanos indiferenciados, menos 926,60 toneladas (-1,38%), de pneus, menos 112,90 toneladas (-14,32%), de papel/cartão, menos 89,40 toneladas (-3,94%) e de vidro, menos 32,96 toneladas (-1,83%).

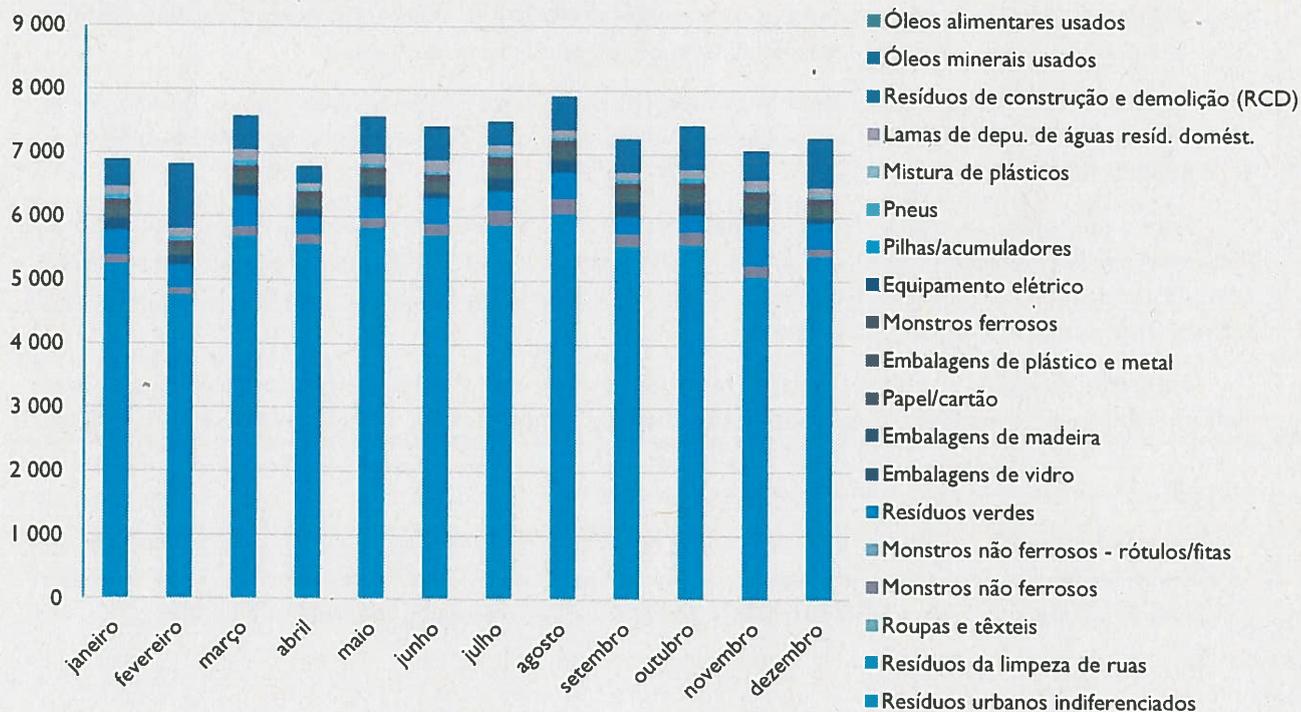
Quadro 2 – Resíduos recebidos, toneladas

Resíduo (ton.)	Natureza Resíduo	2017	2016	Var. 17/16 %	Var. 17/16 Ton.	Peso %
Resíduos urbanos indiferenciados	RURI	66.138,34	67.064,94	-1,38%	-926,60	75,53%
Resíduos da limpeza de ruas	RURI	252,96	150,94	67,59%	102,02	0,29%
Roupas e têxteis	RURSNV	3,98	3,42	16,37%	0,56	0,00%
Monstros não ferrosos	RURSNV	1.955,40	1.581,90	23,61%	373,50	2,23%
Monstros não ferrosos - rótulos/fitas	RURSNV	84,36	43,84	92,43%	40,52	0,10%
Resíduos verdes	RURSV	4.553,00	5.576,52	-18,35%	-1.023,52	5,20%
Embalagens de vidro	RURSV	1.767,28	1.800,24	-1,83%	-32,96	2,02%
Embalagens de madeira	RURSV	395,24	279,50	41,41%	115,74	0,45%
Papel/cartão	RURSV	2.180,10	2.269,50	-3,94%	-89,40	2,49%
Embalagens de plástico e metal	RURSV	1.131,46	1.085,04	4,28%	46,42	1,29%
Monstros ferrosos	RURSV	22,60	31,70	-28,71%	-9,10	0,03%
Equipamento elétrico	RURSV	29,74	27,62	7,68%	2,12	0,03%
Pilhas/acumuladores	RURSV	1,79	1,80	-0,44%	-0,01	0,00%
Óleos alimentares usados	RURSV	15,31	16,73	-8,47%	-1,42	0,02%
Pneus	RNU	675,56	788,46	-14,32%	-112,90	0,77%
Mistura de plásticos	RNU	117,26	50,96	130,10%	66,30	0,13%
Lamas de depu. de águas resid. domést.	RNU	1.524,26	1.295,52	17,66%	228,74	1,74%
Óleos minerais usados	RNU	3,51	1,21	190,59%	2,30	0,00%
Resíduos de construção e demolição (RCD)	RNURCD	6.711,98	4.056,88	65,45%	2.655,10	7,67%
Total Rececionado		87.564,13	86.126,72	1,67%	1.437,41	100,00%

O gráfico seguinte evidencia a oscilação sazonal na receção de resíduos.

Em 2017, os meses com maiores quantitativos rececionados foram, por ordem decrescente, agosto, março e maio, sendo que em 2016 os meses com maiores quantitativos foram maio, agosto e novembro. Por outro lado, os meses com menores quantitativos rececionados foram, por ordem crescente, abril, fevereiro e janeiro.

Gráfico 1 – Resíduos rececionados mensalmente em 2017, Ton.



TOTAIS RECECIONADOS POR INSTALAÇÃO

A Gesamb assegura a receção, em quatro Estações de Transferência (Borba, Montemor-o-Novo, Reguengos de Monsaraz e Mora), dos RU provenientes da recolha indiferenciada pelos municípios, e o transporte até ao parque ambiental localizado em Évora. Em alternativa às Estações de Transferência a fração indiferenciada de RU pode ser entregue diretamente em Évora, como acontece com o Município de Évora.

A Gesamb dispõe igualmente de seis ecocentros (localizados nas instalações de Borba, Montemor-o-Novo, Reguengos de Monsaraz, Mora, Estremoz e Vendas Novas) dotados de postos para a receção de diversas frações provenientes de entregas de particulares e/ou municípios. A deposição nos ecocentros é efetuada a partir de plataforma sobrelevada que permite a descarga em contentores abertos por basculamento após pesagem. O transporte dos resíduos a partir dos ecocentros é igualmente assegurado pela Gesamb para o parque ambiental em Évora e encaminhados para triagem e/ou armazenamento com vista ao seu encaminhamento para reciclagem.

Em 2017 foram rececionados, por instalação, os seguintes resíduos:

Quadro 3 – Quantidades de resíduos (ton.) rececionados por instalação

Descrição	Parque Ambiental Évora	EC Estremoz	EC Vendas Novas	ET/EC Reguengos Monsaraz	ET/EC Borba	ET/EC Montemor-o-Novo	ET/EC Mora	Total	Var. 2017/16
Resíduos urbanos indiferenciados	26.105,44		0,24	6.934,56	16.099,92	12.007,74	4.990,44	66.138,34	-1,38%
Resíduos da limpeza de ruas	222,46			30,50				252,96	67,59%
Roupas e têxteis	1,88	0,56			0,70	0,84		3,98	16,37%
Monstros não ferrosos	797,18	136,76	487,74	194,36	93,12	149,90	96,34	1.955,40	23,61%
Monstros não ferrosos - rótulos/fitas	82,86	1,26		0,24				84,36	92,43%
Resíduos verdes	3.074,56	375,44	524,86	229,36	100,96	239,16	8,66	4.553,00	-18,35%
Embalagens de vidro	1.718,80	29,90	3,36	8,86	0,66	5,70		1.767,28	-1,83%
Embalagens de madeira	302,88	22,74	20,64	0,32	15,16	33,50		395,24	41,41%
Papel/cartão	2.049,38	34,86	20,90	20,32	27,30	18,92	8,42	2.180,10	-3,94%
Embalagens de plástico e metal	1.046,02	22,96	17,74	5,40	11,36	19,66	8,32	1.131,46	4,28%
Monstros ferrosos	4,96	0,76	0,58	4,72	0,36	8,58	2,64	22,60	-28,71%
Equipamento elétrico	7,70	2,10	2,18	10,24	1,22	6,30		29,74	7,68%
Pilhas/acumuladores	1,25		0,50			0,04		1,79	-0,44%
Óleos alimentares usados	15,31							15,31	-8,47%
Pneus	675,56							675,56	-14,32%
Mistura de plásticos	49,38	8,36	4,44	14,46	9,20	10,62	20,80	117,26	130,10%
Lamas depu. de águas resid. domést.	1.524,26							1.524,26	17,66%
Óleos minerais usados	1,76	0,86	0,12		0,05	0,71		3,51	190,59%
Resíduos const. e demolição (RCD)	3.891,88	293,20	794,52	56,76	17,04	1.436,42	222,16	6.711,98	65,45%
Resid. Urbanos indif ou equipar.	26.327,90	0,00	0,24	6.965,06	16.099,92	12.007,74	4.990,44	66.391,30	-1,23%
Resid. Urbanos RS não Valorizáveis	881,92	138,58	487,74	194,60	93,82	150,74	96,34	2.043,74	25,45%
Resid. Urbanos RS Valorizáveis	8.220,87	488,76	590,76	279,22	157,02	331,86	28,04	10.096,53	-8,95%
Resíduos não urbanos	2.250,96	9,22	4,56	14,46	9,25	11,33	20,80	2.320,59	8,63%
Resíduos Construção e Demolição	3.891,88	293,20	794,52	56,76	17,04	1.436,42	222,16	6.711,98	65,45%
Total 2017	41.573,53	929,76	1.877,82	7.510,10	16.377,05	13.938,09	5.357,78	87.564,13	1,67%
Total 2016	40.777,65	799,22	1.392,59	7.529,01	16.626,59	13.569,83	5.431,82	86.126,72	
Varição 2017/2016 - %	1,95%	16,33%	34,84%	-0,25%	-1,50%	2,71%	-1,36%	1,67%	
Varição 2017/2016 - ton.	795,88	130,53	485,23	-18,91	-249,54	368,26	-74,04	1.437,41	
% de cada instalação	47,48%	1,06%	2,14%	8,58%	18,70%	15,92%	6,12%	100%	

Nas instalações em Évora registou-se o maior aumento de receção de resíduos em relação a 2016, com mais 795,88 toneladas (+1,95%), seguido do Ecocentro de Vendas Novas com um aumento de 485,23 toneladas (+34,84%), e das instalações de Montemor-o-Novo com um aumento de 368,26 toneladas (+2,71%). O aumento verificado nas instalações em Évora teve origem no incremento da deposição de resíduos de construção e demolição, mais 1.402,82 toneladas, e de lamas de depuração de águas residuais domésticas, mais 228,74 toneladas. Em relação a Vendas Novas e Montemor-o-Novo o aumento teve como principal origem nos resíduos de construção e demolição, com mais 462,96 toneladas e 666,44 toneladas respetivamente. Em Estremoz registou-se igualmente um aumento dos resíduos rececionados de mais 130,53 toneladas, tendo como principal origem a receção de resíduos de construção e demolição (+69,98 ton) e de resíduos verdes (+28,14 ton).

Em sentido inverso, registou-se uma diminuição na receção de resíduos em Borba (-249,54 ton), em Mora (-74,04 ton.) e em Reguengos de Monsaraz (-18,91 ton.). Esta diminuição em Borba e Mora teve como principal origem a receção dos resíduos urbanos indiferenciados, menos 211,24 toneladas em Borba e menos 211,92 toneladas em Mora. Em relação a Reguengos de Monsaraz, a diminuição teve origem nos resíduos de construção e demolição, menos 78,66 toneladas.

Analisando as quantidades rececionadas nas diversas instalações, em relação a 2016, sem considerar os resíduos de construção e demolição, verificamos que em Évora foram rececionadas menos 1.402,81 toneladas, em Montemor-o-Novo menos 298,18 toneladas, em Mora menos 237,72 toneladas e em Borba menos 217,42 toneladas (-0,94%). Em Reguengos de Monsaraz verifica-se um aumento de 59,75 toneladas e em Vendas Novas verifica-se apenas um aumento de 22,27 toneladas.

RECOLHA INDIFERENCIADA

QUANTIDADES POR MUNICÍPIO

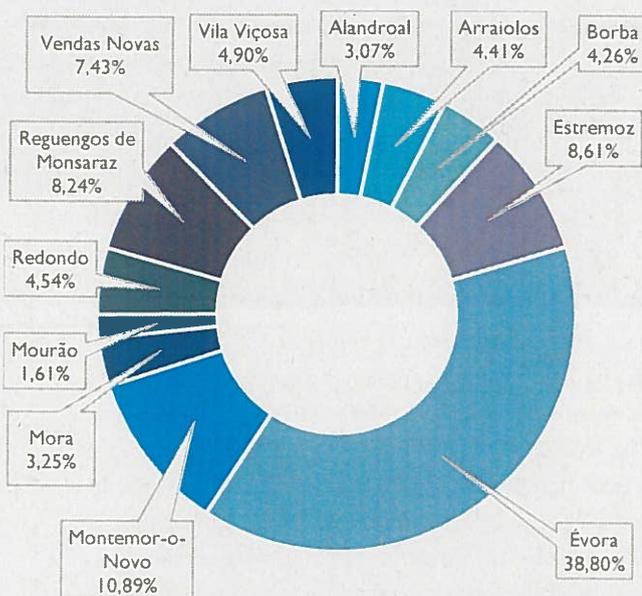
Em 2017 foi rececionado um total de 65.500,36 toneladas de RU indiferenciados recolhidos pelos 12 municípios que integram a área de intervenção da Gesamb, -1,65% que em 2016. Esta quebra foi verificada em todos os municípios com exceção dos municípios de Alandroal e de Reguengos de Monsaraz, onde se verificou um aumento ligeiro de 0,49% e 0,24% respetivamente.

O gráfico 2 mostra o peso do total dos quantitativos de RU indiferenciados recebidos em 2017 de cada um dos municípios que integram a Gesamb.

Nestes destaca-se claramente o município de Évora com um peso de 38,80% do total, seguindo-se Montemor-o-Novo, com um peso de 10,89%. O município com menor peso é o de Mourão com 1,61% seguido de Alandroal e Mora com cerca de 3%.

Em 2017, a capitação (kg de RU indiferenciados produzido por habitante/ano, por município) regista um valor médio de 450 kg/habitante/ano. Comparativamente a 2016 verifica-se um decréscimo de 7 kg/habitante/ano. Para comparação com o ano anterior foi utilizada a população média residente anual de 145.628 habitantes (Ano 2016 - Fonte: INE).

Gráfico 2 – Origem dos RU Recebidos



Quadro 4 - Resíduos Urbanos indiferenciados recebidos dos 12 municípios

Município	Total (ton)	População	Capitação 2017 (kg)	Varição 17/16
Alandroal	2.010,82	5.314	378	0,49%
Arraiolos	2.888,32	7.082	408	-3,61%
Borba	2.789,98	6.992	399	-0,71%
Estremoz	5.636,40	13.231	426	-0,81%
Évora	25.410,92	53.474	475	-1,31%
Montemor-o-Novo	7.134,46	16.226	440	-2,58%
Mora	2.127,06	4.433	480	-3,84%
Mourão	1.053,68	2.520	418	-3,10%
Redondo	2.975,56	6.608	450	-1,02%
Reguengos de Monsaraz	5.395,96	10.309	523	0,24%
Vendas Novas	4.866,44	11.499	423	-4,04%
Vila Viçosa	3.210,76	7.941	404	-2,04%
Total	65.500,36	145.628	450	-1,65%

RECOLHA SELETIVA

QUANTIDADES

Em relação aos resíduos passíveis de serem valorizados, importa fazer uma análise por origem, material recolhido nos ecopontos, na recolha dedicada, entregues por particulares e pelos municípios nos ecocentros e resíduos recebido no âmbito do projeto dos Resíduos Solidários. Assim deram entrada no sistema as seguintes quantidades.

Quadro 5 – Recolha seletiva por origem e material

Fração	Recolha de Ecopontos	Recolhas Dedicadas	Entrega Particulares	Entrega Municípios	Resíduos Solidários	Total 2017	Peso (%)
Embalagens de Vidro	1.525,74	171,88	42,10	22,32	5,24	1.767,28	27,88%
Papel / Cartão	1.323,14	322,08	116,12	264,10	154,66	2.180,10	34,39%
Embalagens plástico e metal	900,66	93,72	83,76	37,68	15,64	1.131,46	17,85%
Embalagens de Madeira	-	74,72	303,10	17,42	-	395,24	6,23%
Óleo Alimentar Usado	13,08	2,23	0,00	-	-	15,31	0,24%
Monstros ferrosos	-	0,00	3,84	18,76	-	22,6	0,36%
Equipamento elétrico	-	-	20,10	9,64	-	29,74	0,47%
Pilhas / Acumuladores	1,25	-	0,54	0,00	-	1,792	0,03%
Total 2017 - Resíduos urbanos da recolha seletiva valorizáveis	3.763,87	664,63	569,56	369,92	175,54	5.543,53	87,44%
Mistura de plásticos	-	0,28	97,46	19,52	-	117,26	1,85%
Pneus - Mistura	-	59,46	579,56	36,54	-	675,56	10,66%
Óleos minerais usados	-	-	3,51	-	-	3,51	0,06%
Total 2017 - Resíduos não urbanos valorizáveis	0,00	59,74	680,53	56,06	0,00	796,33	
Total 2017	3.763,87	724,37	1.250,09	425,98	175,54	6.339,85	
Total 2016	3.696,28	966,66	1.165,07	379,41	144,44	6.351,86	
Variação 2017/2016 - %	1,83%	-25,06%	7,30%	12,27%	21,53%	-0,19%	
Variação 2017/2016 - Ton.	67,59	-242,29	85,02	46,57	31,10	-12,01	
Peso por tipo de recolha/entrega - %	59,37%	11,43%	19,72%	6,72%	2,77%		

Relativamente aos resíduos valorizáveis entrados no sistema em 2017, foi previsto em orçamento receber 5.888,36 toneladas, sendo que foram rececionadas 6.339,85 toneladas, o que representa um desvio positivo de 451,49 toneladas (+7,67%) relativamente ao previsto.

No entanto comparativamente a 2016, foram rececionadas menos 12,01 toneladas (-0,19%) de resíduos valorizáveis o que é justificado principalmente pela diminuição das quantidades entradas de papel/cartão, vidro e de pneus.

Analisando os dados por origem, verifica-se um aumento na recolha seletiva de ecopontos em relação ao mesmo período de 2016, mais 67,59 toneladas (+1,83%) justificado pelo aumento das embalagens de plástico/metal (+70,76 ton) e de papel/cartão (+22,44 ton.). Em sentido inverso, verificou-se uma diminuição de vidro (-24,74 ton.).

O aumento na recolha seletiva de ecopontos pode ser justificado pelo reforço da rede ecopontos em relação ao ano passado, em 2017 foram colocados 58 novos ecopontos.

Comparativamente a 2016, as recolhas dedicadas registaram uma diminuição de 242,29 toneladas (-25,06%), explicado principalmente pela diminuição de 171,78 toneladas de papel/cartão, menos 46,92 toneladas de plástico/metal e de menos 39,42 toneladas de pneus.

O aumento de 7,30% (+85,02 ton) verificado nas entregas de particulares teve principalmente origem nas embalagens de madeira (+87,64 ton.) e de mistura de plásticos (+66,60 ton). Em sentido inverso verificou-se uma diminuição nas entregas de pneus (-58,42 ton.), de papel/cartão (-15,02 ton.) e de monstros ferrosos (-11,86 ton.) e de embalagens de vidro (-2,56 ton.).

Nas entregas dos municípios regista-se um aumento de 12,27% (+46,57 ton) com origem no papel/cartão (+64,02 ton) e de embalagens de madeira (+9,86 ton.). Em sentido inverso, verificou-se uma diminuição na entrega dos pneus (-14,16 ton.), vidro (-9,32 ton.) e equipamento elétrico (-7,96 ton).

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE RESÍDUOS DE EMBALAGENS - SIGRE

O SIGRE é o Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens que garante a organização e gestão de um circuito que assegura a retoma, valorização e reciclagem dos resíduos de embalagens. São embalagens todos e quaisquer produtos feitos de materiais de qualquer natureza utilizados para conter, proteger, movimentar, manusear, entregar e apresentar mercadorias, tanto matérias-primas como produtos transformados, desde o produtor ao utilizador ou consumidor, incluindo todos os artigos "descartáveis" utilizados para os mesmos fins.

Este sistema assenta no princípio da Responsabilidade Alargada do Produtor que estabelece que a responsabilidade pelos custos de recolha e valorização de embalagens, enquanto resíduo, cabe ao produtor.

Em 2017 entraram em vigor as novas licenças do SIGRE, tendo passado a operar no mercado para além da Entidade Gestora (EG's) já existente a SPV, a Novo Verde e no último trimestre de 2017, a Amb3e.

O SIGRE é financiado pelos Embaladores/Importadores que transferem para estas EG's a responsabilidade pela gestão e destino final das embalagens usadas, enquanto resíduo, através do pagamento de um valor de contrapartida por cada embalagem que colocam no mercado.

Os Sistemas recebem uma contrapartida financeira para assegurar a recolha seletiva e triagem das embalagens usadas, por tipo de material, disponibilizando estes resíduos a uma das 3 entidades gestoras, que os encaminha para reciclagem ou outros tipos de valorização.

O quadro seguinte mostra a evolução, por ano, das recolhas efetuadas e as entregas realizadas diretamente pelos particulares de embalagens de vidro, plástico, metal e papel/cartão.

Quadro 6 – Toneladas de Resíduos valorizáveis recolhidos e recebidos, por ano

	2013	2014	2015	2016	2017	Var. 17/16 Ton
 Vidro	1.690,98	1.697,24	1.730,26	1.800,24	1.767,28	- 32,96
 Papel/Cartão	2.330,99	2.248,30	2.011,32	2.269,50	2.180,10	- 89,40
 Embalagens de Plástico e Metal	1.023,58	1.011,56	1.015,26	1.085,04	1.131,46	46,42
	5.045,55	4.957,10	4.756,84	5.154,78	5.078,84	-75,94

Em 2017, e comparativamente com 2016, apenas se verificou um aumento na fração das embalagens de plástico e metal, com mais 4,28%. A fração papel/cartão registou uma redução de cerca de 3,94% e a fração vidro de menos 1,83%. A redução verificada no papel/cartão teve origem na diminuição das quantidades recolhidas nas recolhas dedicadas.

Para uma população média anual (ano de 2016) de 145.628 habitantes, em 2017 registou-se uma capitação de 34,88 kg/hab. Comparando com o ano de 2016, verifica-se uma diminuição da capitação total em cerca de 0,52 kg/hab/ano (-1,47%) o que é muito preocupante tendo em conta a meta a atingir em 2020 é de 48 kg/hab..

RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO

Com a implementação do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição em 2014 a Gesamb passou a assegurar/prestar os seguintes serviços:

- Receção de RCD nos ecocentros (Mora, Reguengos de Monsaraz, Borba, Estremoz, Montemor-o-Novo e Vendas Novas), com disponibilização de um posto para a fração inerte e outro para a fração de mistura de RCD;
- Receção de RCD na Unidade de Valorização em Évora, provenientes dos ecocentros ou entregues e/ou recolhidos diretamente em obras. Nesta unidade procede-se à triagem das diversas frações de RCD com vista ao encaminhamento para valorização ou eliminação final;

- Recolha de RCD em Obra. A colocação, recolha e transporte de RCD é efetuada a partir de contentores de 6m³ e 10m³.

Figura 7 – Sistema Integrado de Gestão de RCD



Quadro 7 – Tipologia de RCD geridos

Tipo de Residuo	Ecocentros ⁽¹⁾	Évora ⁽²⁾
Betão	x	x
Tijolos	x	x
Ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos	x	x
Misturas ou frações sep. betão, tijolos, ladrilhos, telhas e mat. cerâmicos contendo sub. Perigosas		x
Misturas de betão, tijolos, ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos não abrangidos em 17 01 06	x	x
Madeira (não embalagem)	x	x
Vidro (não embalagem)	x	x
Plástico (não embalagem)	x	x
Vidro, plástico e madeira contendo ou contaminados com substâncias perigosas		x
Misturas betuminosas contendo alcatrão		x
Misturas betuminosas não abrangidas em 17 03 01	x	x
Alcatrão e produtos de alcatrão		x
Solos e rochas não abrangidos em 17 05 03		x
Lamas de dragagem não abrangidas em 17 05 05		x
Balastros de linhas de caminho de ferro não abrangidas em 17 05 07		x
Materiais de isolamento contendo amianto		x
Outros materiais de isolamento contendo ou constituídos por substâncias perigosas		x
Materiais de isolamento não abrangidos em 17 06 01 e 17 06 03		x
Materiais de construção contendo amianto		x
Materiais de construção à base de gesso contaminados com substâncias perigosas		x
Materiais de construção à base de gesso não abrangidos em 17 08 01		x
Resíduos de construção e demolição contendo mercúrio		x
Resíduos de construção e demolição contendo PCB		x
Outros RCD (incluindo mistura de resíduos) contendo substâncias perigosas		x
Misturas de resíduos de construção e demolição não abrangidos em 17 09 01, 17 09 02 e 17 09 03	x	x

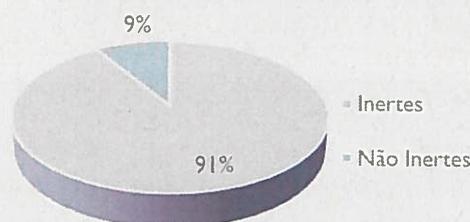
(1) Ecocentros: Borba, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora, Reguengos de Monsaraz e Vendas Novas

(2) Unidade de Valorização de RCD em Évora

QUANTITATIVOS DOS RCD RECECIONADOS

De janeiro a dezembro de 2017 foram recebidas cerca de 6.712 toneladas de RCD, das quais 91% (6.125 ton.) representam material inerte e 9% (587 ton.) material não inerte.

Gráfico 3 – Quantidade de RCD rececionado por natureza



Quadro 8 – Totais de RCD rececionados (ton.)

Tipo de Resíduo	Total
1) Betão	41,90
1) Tijolos	29,50
1) Ladrilhos, telhas e mat. cerâmicos	36,42
1) Misturas de betão, tijolos, ladrilhos, telhas, mat. cerâmicos não abran. 17 01 06	4.391,16
2) Madeira (não embalagem)	52,56
2) Vidro (não embalagem)	0,48
2) Plástico (não embalagem)	2,72
2) Misturas betuminosas não abrangidas em 17 03 01	400,82
1) Solos e rochas não abrangidos 17 05 03	1.626,04
2) Materiais de isolamento não abrang. em 17 06 01/ 03	5,18
2) Materiais de construção à base de gesso não abrangidos em 17 08 01	6,14
2) Misturas de RCD não abrangidos em 17 09 01, 17 09 02 e 17 09 03	119,06
Total	6.711,98

1) Para valorização / 2) Para eliminação em Aterro

Para um total anual de 4.270,25 toneladas de RCD prevista rececionar, verifica-se que a quantidade recebida corresponde a 157% dessa previsão, ou seja, mais 2.442 toneladas do valor previsto no orçamento de 2017.

Comparando com o mesmo período do ano anterior, verifica-se um aumento de cerca de 2.655 toneladas de RCD, ou seja, mais 65%.

Quadro 9 – Recolhas em obra e entregas nas instalações da Gesamb (ton.)

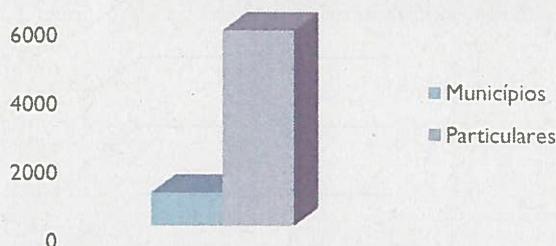
jan.	fev.	mar	abr.	mai.	jun.	jul.	ago	set	out	nov.	dez	Total	Variação		
Totais Recolhas e Entregas – 2017													2017	2016	Var. 2016/2017
427	1.011	524	268	583	527	375	535	527	690	467	778	6.712	6.712	4.057	65,45%

Das 6.712 toneladas rececionadas, 982 toneladas (15%) foram entregues pelos municípios e 5.730 toneladas (85%) por clientes particulares.

O município de Viana do Alentejo apesar de se encontrar fora da área de abrangência da Gesamb representa 55% dos resíduos totais recebidos dos municípios.

Dos 12 municípios que integram o Sistema Integrado de Gestão de RCD, 6 não efetuaram qualquer entrega.

Gráfico 4 – Quantidade de RCD rececionado por entidade



QUANTITATIVOS DOS RCD ENCAMINHADOS

Foram encaminhadas um total de 5.120 toneladas, 138 toneladas para entidade licenciada com o objetivo de eliminação em Aterro e cerca de 4.982 toneladas para aplicação em caminhos de apoio ao Aterro da Gesamb.

Quadro 10 – Totais encaminhados (ton.)

Tipo de Resíduo	Total
1) Betão	404,42
1) Tijolos	18,42
1) Ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos	66,32
1) Misturas de betão, tijolos, ladrilhos, telhas e mat. cerâmicos não abrangidos 17 01 06	3.887,08
1) Misturas betuminosas não abrangidas em 17 03 01	165,12
1) Solos e rochas não abrangidos 17 05 03	440,70
2) Misturas de RCD não abrangidos em 17 09 01, 17 09 02 e 17 09 03	138,04
Total	5.120,10

1) Para valorização / 2) Para eliminação em Aterro

DESLOCAÇÕES

Em 2017 foram percorridos um total de 561.520 km nos vários serviços de recolha e transporte de resíduos. Em comparação com o período análogo de 2016, verificou-se um aumento total de 36.574 km (+6,97%) e uma diminuição das quantidades transportadas, menos 2.415,38 toneladas (-4,79%).

Quadro 11 – Distribuição de km e quantidades por tipo de recolha

Tipo de Recolha/ Instalação	Km percorridos				Toneladas recebidas			
	2017	2016	Var. 16/17	% Var. 16/17	2017	2016	Var. 16/17	% Var. 16/17
Estações de Transferência	214.957	217.172	-2.215	-1,02%	39.624,78	40.659,69	-1.034,91	-2,55%
Recolha de ecopontos	229.994	214.178	15.816	7,38%	3.763,87	3.696,28	67,59	1,83%
Recolha dedicada	40.385	26.835	13.550	50,49%	1.664,87	1.524,60	140,27	9,20%
Ecocentros	76.184	66.761	9.423	14,11%	2.999,02	4.587,36	-1.588,34	-34,62%
Total	561.520	524.946	36.574	6,97%	48.052,55	50.467,93	-2.415,38	-4,79%

Podemos verificar que a recolha de ecopontos e o transporte de resíduos das estações de transferência têm um peso de 79% do total dos km percorridos.

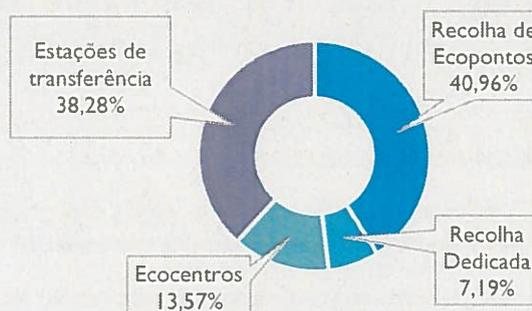


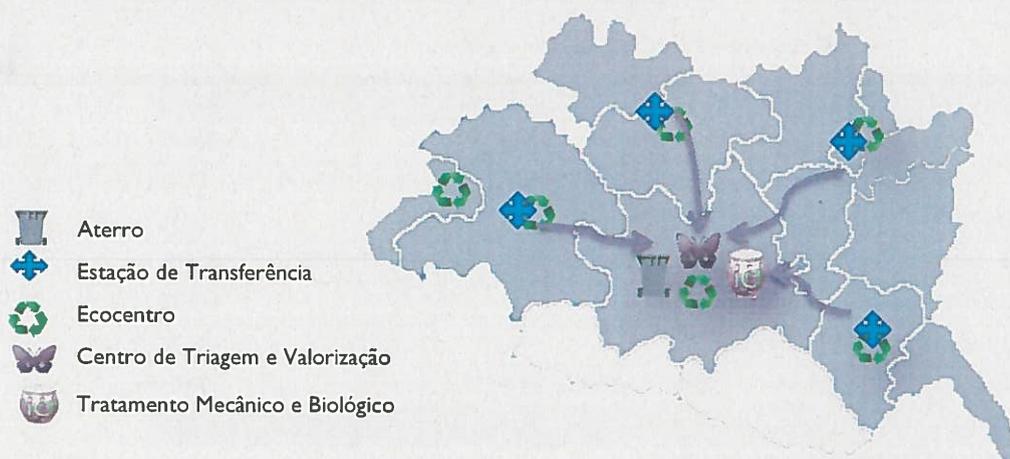
Gráfico 5 – Peso por tipo de serviço nos km totais percorridos

TRANSPORTE DE RU INDIFERENCIADOS

Em 2017 foram realizadas 1.992 deslocações, numa média de 6,49 por dia. Em relação a igual período do ano anterior, foram realizadas mais 10 deslocações.

Figura 8 - Circuitos de recolha de resíduos urbanos indiferenciados

4/15



Em termos globais, o nº de km percorridos no transporte de RU indiferenciados em 2017 registou uma diminuição em relação a 2016, menos 2.215 km (-1,02%), totalizando 214.957 km. Esta diminuição foi acompanhada pela redução do total de resíduos transportados, menos 1.034,91 toneladas (-2,55%).

Analisando o indicador km/tonelada transportada, verificou-se uma estabilização ou deterioração dos indicadores. Uma das justificações pode estar no facto de, no 2º trimestre de 2017, termos tido 2 semirreboques avariados o que condicionou a eficiência do serviço de forma a garantir a disponibilidade de receção e o transporte dos resíduos atempadamente.

Quadro 12 – Deslocações realizadas às Estações de Transferência (Indicadores)

Indicadores	ET Borba			ET Mora			ET Montemor-o-Novo			ET Reguengos de Monsaraz		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017
Total de deslocações	752	750	756	312	310	301	574	598	605	336	324	330
Média mensal de deslocações	63	63	63	26	26	25	48	50	50	28	27	28
Total de Km	112.916	113.339	110.471	28.871	28.423	27.563	41.260	43.137	44.123	33.456	32.273	32.800
Média de km por mês	9.410	9.445	12.275	2.406	2.369	3.063	3.438	3.595	4.903	2.788	2.689	3.644
Toneladas transportadas	16.331	16.111	15.832	5.336	5.124	4.899	12.095	12.531	12.078	7.100	6.894	6.817
Km / tonelada	6,9	7,0	7,0	5,4	5,5	5,6	3,4	3,4	3,7	4,7	4,7	4,8
Tonelada/deslocação	21,7	21,5	20,9	17,1	16,5	16,3	21,1	21,0	20,0	21,1	21,3	20,7

TRANSPORTE DA RECOLHA SELETIVA

Em 2017 realizámos 229.994 km para a recolha dos ecopontos, mais 15.816 km comparativamente com o ano anterior (+7,38%), tendo sido recolhidas mais 67,59 toneladas (+1,83%).

Em relação à recolha dedicada, foram percorridos 40.385 km, mais 13.550 km (+50,49%) em relação ao ano anterior, sendo transportadas mais 140,27 toneladas (+9,20%) de resíduos.

Em relação ao indicador de km por tonelada na recolha de ecopontos e recolha dedicada, verificou-se um agravamento de 5,46% e 37,81% respetivamente, em relação a 2016.

Analisando os indicadores dos ecocentros, verifica-se que é no transporte de resíduos do Ecocentro de Borba onde são percorridos mais quilómetros por cada tonelada de resíduos (56,6 Km/ton) e é no transporte de resíduos do ecocentro de Montemor-o-Novo onde são realizados menos Km por tonelada (18,7 Km/ton). Para além da distância dos ecocentros a Évora, podem contribuir para a variação deste indicador a tipologia de resíduos

reacionados em cada instalação e a sua densidade. Os indicadores km/tonelada transportada pioraram em todos os ecocentros, em comparação com os indicadores anuais de 2016. Este agravamento pode ser explicado pelo facto de os resíduos de construção e demolição serem transportados dos ecocentros para Évora por empresas externas. A Gesamb apenas transportou 9,58 toneladas de resíduos de construção e demolição dos ecocentros em 2017 situação que vai ser corrigida durante o ano de 2018.

Quadro 13 – Deslocações da recolha de ecopontos e recolha dedicada (Indicadores)

Indicadores	Recolha Seletiva de Ecopontos				Recolha Dedicada			
	2017	2016	Var 17/16	Var. 17/16 (%)	2017	2016	Var. 17/16	Var. 17/16 (%)
Total de Km	229.994	214.178	15.816	7,38%	40.385	26.835	13.550	50,49%
Média de Km por mês	19.166	17.848	1.318	7,38%	3.365	2.236	1.129	50,49%
Toneladas	3.763,87	3.696,28	67,59	1,83%	1.664,87	1.524,60	140,27	9,20%
Km / tonelada	61,11	57,94	3,16	5,46%	24,26	17,60	6,66	37,81%

Quadro 14 – Deslocações realizadas por Ecocentros (Indicadores)

Indicadores	Ecocentro de Borba			Ecocentro de Estremoz			Ecocentro de Montemor-o-Novo		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017
Total de deslocações	47	75	86	105	99	115	124	120	130
Média mensal de deslocações	4	6	7	9	8	10	10	10	11
Total de Km	6.558	10.726	11.465	12.174	11.412	12.948	8.981	8.662	9.156
Média de km por mês	547	894	955	1.015	951	1.079	748	722	763
Toneladas transportadas	146	339	203	625	845	562	970	1.251	491
Km / tonelada	45,0	31,7	56,6	19,0	13,5	23,0	9,0	6,9	18,7
Tonelada/deslocação	3,1	4,5	2,4	6,0	8,5	4,9	7,8	10,4	3,8

Quadro 14 – Deslocações realizadas por Ecocentros (Indicadores), continuação

Indicadores	Ecocentro de Mora			Ecocentro de Reguengos de Monsaraz			Ecocentro de Vendas Novas		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017
Total de deslocações	70	72	57	86	105	156	181	165	195
Média mensal de deslocações	6	6	5	7	9	13	15	14	16
Total de Km	6.591	6.717	5.144	8.520	10.574	15.668	20.040	18.670	21.803
Média de km por mês	549	560	429	710	881	1.306	1.670	1.556	1.817
Toneladas transportadas	185	248	142	367	646	545	1.207	1.260	1.056
Km / tonelada	36,0	27,1	36,1	23,0	16,4	28,7	17,0	14,8	20,7
Tonelada/deslocação	2,6	3,4	2,5	4,3	6,1	3,5	6,7	7,6	5,4

Orientando a nossa análise por material, verificamos que é na recolha de ecopontos que se verifica o pior rácio de km por tonelada, sendo registado o melhor rácio nas recolhas dedicadas, com exceção do vidro, onde verificamos que a recolha dos ecocentros é a mais eficiente.

Quadro 15 – Deslocações realizadas na Recolha Seletiva por material/circuito/tipo - 2017

Indicadores	Papel/Cartão			Plástico/Metal			Vidro		
	Ecopon.	Dedic.	Ecocen.	Ecopon.	Dedic.	Ecocen.	Ecopon.	Dedic.	Ecocen.
Total de Km	97.039	13.765	8.816	93.436	3.666	4.768	36.340	2.387	321
Média de Km por mês	8.087	1.147	735	7.786	306	397	3.028	199	27
Toneladas	1.323,14	446,64	129,34	900,66	97,96	111,18	1.525,74	171,88	42,92
Km / tonelada	73,34	30,82	68,16	103,74	37,42	42,89	23,82	13,89	7,48

Quadro 15 – Deslocações realizadas na Recolha Seletiva por material/circuito/tipo - continuação

Indicadores	OAU	
	EcoPON.	Dedic.
Total de Km	3.179	3.337
Média de Km por mês	265	278
Toneladas	13,08	2,23
Km / tonelada	243,04	1.493,90

Notas: Nas recolhas dedicadas, foram incluídos os Km's para a colocação de contentores em clientes

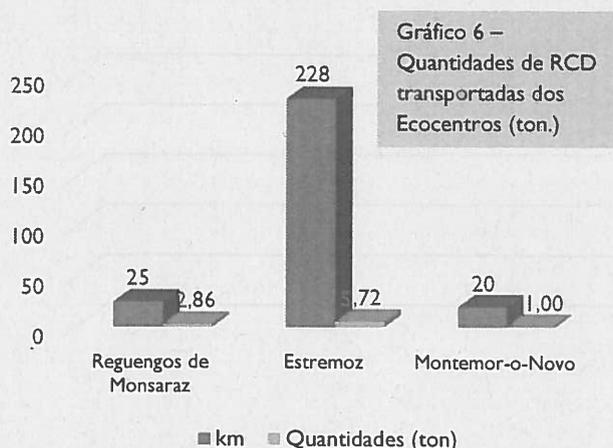
TRANSPORTE DA RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO

Em 2017 foram percorridos um total de 7.257 km, sendo que as recolhas efetuadas diretamente em obra apresentam menor rácio km/ton, resultado que se deve essencialmente à densidade deste resíduo. Das 816 ton. recolhidas em obra 94% representam material inerte.

Em termos de indicadores dos EcoCentros, verifica-se que o elevado rácio km/ton apresentado é justificado pela tipologia e densidade do resíduo transportado, ou seja, das 9,58 ton recolhidas nos 3 EcoCentros 38%(3,60ton) representa a recolha de mistura de resíduos de construção e demolição que pelas suas características poderá ser bastante volumoso e com densidade baixa (ex.: materiais de isolamento, sacas de cimento, janelas, etc.).

Quadro 16 – Resumo das deslocações realizadas na recolha de RCD

Indicadores	Transporte de RCD	
	Recolha em obra	EcoCentros
Total de Km	4 914	273
Média de Km por mês	546	23
Toneladas	592,08	9,58
Km / tonelada	8,30	28,50



Dos serviços de transporte subcontratados pela Gesamb foram transportadas cerca de 2.951 ton dos EcoCentros a Évora situação que deve ser corrigida em 2018.

TRATAMENTO MECÂNICO E BIOLÓGICO

A unidade está a operar atualmente com 3 turnos e num total de 5.760 horas em 2017.

No período em análise para processar os resíduos rececionados a unidade deveria ter trabalhado 2.654 horas, nos termos estabelecidos no acordo de parceria tendo-se verificado que operou efetivamente num total de 2.976 horas.

Das 2.784 horas de imobilização, cerca de 1.920 horas correspondem a tarefas de limpeza que um dos turnos assegura, e as restantes 864 horas a imobilizações da linha. O tempo de imobilização da instalação deveu-se a avarias de equipamentos ou para realização de trabalhos de manutenção programados e ainda para limpeza geral da instalação com maior relevância no 3.º trimestre. Durante os períodos de imobilização foram encaminhados para aterro os resíduos indiferenciados rececionados.

A impossibilidade de escoamento do composto produzido manteve-se até final do mês de maio, o que obrigou ao encaminhamento de composto para aterro dado que já em 2016 a capacidade de armazenamento na instalação havia ficado esgotada.

Com a validação do produto no final de maio, a comercialização do composto começou a ser concretizada em julho com a venda de 694 toneladas que teve continuidade em agosto e setembro com a venda de 346 ton., num total de 1.039,56 ton.

QUANTIDADES PROCESSADAS NO TMBE

No quadro seguinte apresentam-se os quantitativos que entraram na instalação, os que foram processados assim como os fluxos de saídas resultantes desse processamento.

Quadro 17 – Balanço mássico dos resíduos processados na UTMBE (ton.)

Entradas TM	Total	%	Saídas TM - Recicláveis	Total	%
Gesamb	41.683,26	74,42%	Embalagens de ECAL	153,90	0,27%
AMCAL	6.896,94	12,31%	Embalagens de PEAD	138,60	0,25%
Resialentejo	7.432,88	13,27%	Embalagens de PET	346,37	0,62%
RU indiferenciados recebidos	56.013,08	100,00%	Embalagens de Plásticos Mistos	30,66	0,05%
Entradas TB	Total		Embalagens de Filme	102,63	0,18%
Verdes	4.305,94	7,14%	Embalagens de Alumínio	28,80	0,05%
Total	60.319,02	100,00%	Aço	383,06	0,68%
			Ferrosos	191,16	0,34%
Saídas - Refugos	Total	%	REEE's	12,59	0,02%
Refugos Gesamb	18.831,86	33,62%	Pneus	38,35	0,07%
Refugos AMCAL+ Resialentejo	11.662,88	20,82%	Embalagens Vidro	0,00	0,00%
Total refugos	30.494,74	54,44%	Madeira	0,00	0,00%
			Total recicláveis	1.426,12	2,55%
Saídas TM - Compostagem	Total	%	Total valorização	18.908,16	33,76%
Orgânicos TM	17.482,04	31,21%			
Orgânicos aterro	8.547,92	15,26%			
Org. aterro p/ terras cobertura	1.883,19	3,36%	Saídas TB - Composto	1.039,56	

No ano 2017 foram processadas cerca de 50.761 toneladas das 56.013 toneladas de RU da fração indiferenciada rececionadas na UTMB e 930 toneladas de embalagens provenientes da recolha seletiva às quais acrescem 51 toneladas provenientes da AMCAL. Do processamento dos RU da fração indiferenciada resultaram 30.494,74 toneladas de refugos correspondente a 54,44% do total processado. Da totalidade dos resíduos rececionados na unidade ficaram armazenados em fosso cerca de 5.252,02 toneladas o que se deve às paragens ocorridas.

Tal como já se havia referido houve a necessidade de libertar espaço na instalação para acondicionamento da fração orgânica resultante do processo com vista à compostagem. Para o efeito e dada a impossibilidade de escoar o composto no período em análise, foram retirados da instalação um total de 9.808,70 ton de composto, a distribuir pelos parceiros. A taxa de refugo da instalação sobe assim para 71,95%.

Cabe à Gesamb assegurar o encaminhamento para aterro de 7.299,34 ton deste composto do qual cerca de 1.883,19 toneladas foram eliminação em aterro classificadas como terras de cobertura e as restantes 5.416,16 ton foram encaminhadas para aterro correspondendo este quantitativo a 10% do total de resíduos rececionados na instalação totalizando perfazendo uma taxa de refugo de 64,11%.

No final do 3.º trimestre propôs-se manter a taxa de refugo+rejeitado da instalação nos 60% para efeito de cálculo da TGR havendo a expectativa de não se verificar a necessidade de encaminhar até final do ano mais orgânicos para aterro. Contudo, e dado que o processo de compostagem das pilhas formadas no pavilhão da maturação revelou-se mais lento do que o expectável, não foi possível libertar o espaço necessário à formação de novas pilhas tendo-se recorrido ao encaminhamento para aterro da fração orgânica também no último trimestre. Deste modo para efeito de cálculo de TGR no ano 2017 haverá a necessidade de efetuar os devidos acertos aos valores cobrados, que incidiram numa taxa de refugo de 60%.

Quanto à recuperação de recicláveis da instalação, realça-se que devido ao facto de terem deixado de ser recuperados os plásticos mistos, uma vez que o encaminhamento deste produto para valorização está associado a valores de mercado negativos (-75€/ton.) verifica-se que a taxa de recuperação para valorização foi apenas de 2,55%.

No final do período em análise encontravam-se em stock cerca de 630,68 ton. de recicláveis, com origem no tratamento mecânico da fração indiferenciada, sendo que destes cerca de 353,7 ton correspondem à fração de ECAL contaminada e que após o seu reprocessamento apenas será recuperada uma percentagem de 10% do atual stock.

MATERIAL ENVIADO PARA RECICLAGEM

RECOLHA SELETIVA

Durante o ano de 2017 foram rececionadas e retomadas as seguintes quantidades de resíduos com potencial de valorização.

Quadro 18 – Material rececionado com potencial de valorização/ material encaminhado (ton.)

	2016	2017
Material Rececionado	6.351,86	6.339,85
Material processado e encaminhado	6.166,76	5.337,69
Rececionado/ Encaminhado	97,09%	84,19%

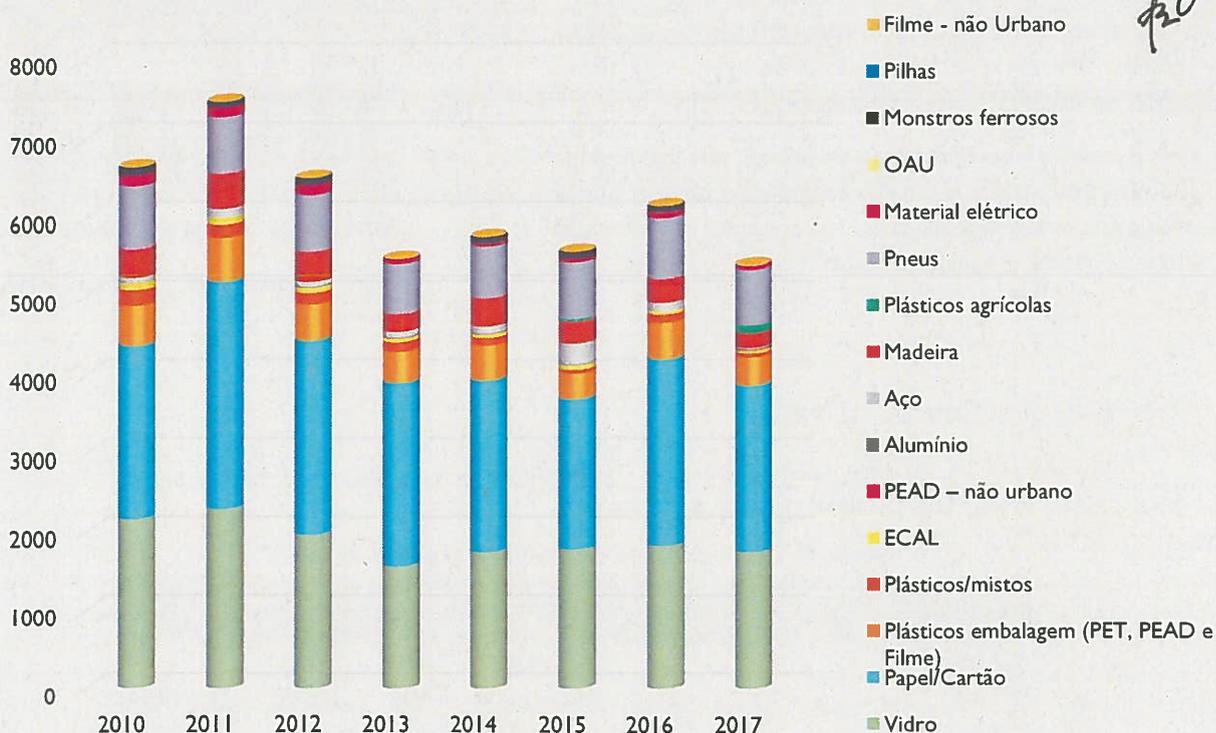
Nota: Não inclui os Resíduos de Construção e Demolição (RCD)

Em 2017 foram retomadas, por fração de resíduos, as seguintes quantidades.

Quadro 19 – Material encaminhado por fração (ton.)

Fração	2017	2016	Var. 2017/2016	% Var. 2017/2016
Vidro	1.751,66	1.828,88	-77,22	-4,22%
Papel /Cartão	2.116,58	2.374,44	-257,86	-10,86%
Plásticos Embalagem (PET, PEAD e Filme)	364,50	465,54	-101,04	-21,70%
Plásticos/ Mistos	44,02	104,72	-60,70	-57,96%
Filme - não Urbano	19,40	0,00	19,40	-
ECAL	36,98	41,82	-4,84	-11,57%
PEAD – não urbano	10,48	0,00	10,48	-
Alumínio	17,06	13,94	3,12	22,38%
Aço	20,26	106,08	-85,82	-80,90%
Madeira	183,54	298,20	-114,66	-38,45%
Plásticos Agrícolas	6,26	0,00	6,26	-
Pneus	702,32	776,30	-73,98	-9,53%
Material Elétrico	48,97	61,50	-12,53	-20,37%
OAU	14,66	16,70	-2,04	-12,22%
Monstros Ferrosos	0,00	77,24	-77,24	-100,00%
Pilhas	1,00	1,40	-0,40	-28,57%
TOTAL	5.337,69	6.166,76	-829,07	-13,44%

Gráfico 7 – Totais entregues a retomadores



Handwritten signature and arrow pointing to the chart.

Da análise ao quadro 20 verifica-se que, em 2017, foram retomadas 5.338 ton de resíduos, menos 829 ton que o registado em 2016.

A variação registada no período em análise relativamente ao mesmo período de 2016 é influenciada por variação negativas e positivas, nomeadamente:

- Aumentos verificados nas frações Filme não urbano (+19,40 ton), PEAD não urbano (+10,48 ton), plásticos agrícolas (+6,26 ton) e alumínio (+3,12 ton).
- Reduções verificadas nas frações papel embalagem (-183,57 ton), madeira (-114,66 ton) plásticos embalagem (-101,04), aço (-85,82 ton), monstros ferrosos (-77,24 ton), vidro (-77,22 ton), papel não embalagem (-74,29 ton), pneus (-73,98 ton), plásticos mistos (-60,70 ton), material elétrico (-12,53 ton), ECAL (-4,84 ton), OAU (-2,04 ton) e pilhas (-04 ton).

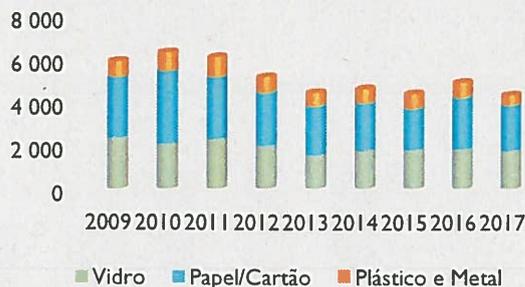
O decréscimo das retomas deve-se não só à diminuição das quantidades de papel/cartão e vidro recolhidas seletivamente mas também à taxa de refugo resultante do processamento de embalagens de plástico/metal na linha automática da UTMBE que representa cerca de 30% do material processado. Verifica-se que na fração de refugo resultante do processamento da fração de plástico na UTMBE cerca de 70% corresponde a material conforme que pode ainda ser recuperado o que será expectável de vir a acontecer através do reprocessamento deste material no Centro de Triagem. Para o efeito a Gesamb pretende contratar 2 colaboradores que permitirá o funcionamento da triagem manual com a regularidade necessária, o que foi entretanto já concretizado.

Handwritten signature/initials

Relativamente às embalagens processadas e enviadas para reciclagem, em 2017, foram retomadas 4.351 ton., registando-se uma diminuição relativamente ao previsto de 7% e comparativamente com o ano anterior foram enviadas menos 584 ton. (-12%), contrariando o que se tinha verificado em 2016 comparativamente com 2015.

Comparando cada uma das frações de embalagens com o ano anterior, verifica-se um decréscimo em todos os materiais. No papel/cartão registou-se um decréscimo de menos 258 ton, no plástico e metal menos 249 e no vidro menos 77 ton.

Gráfico 8 – Evolução das Retomas do SIGRE



RECOLHA INDIFERENCIADA – UTMB

Relativamente às retomas com origem no processamento da fração indiferenciada na UTMB, foram encaminhadas as seguintes quantidades por tipo de fração.

Quadro 20 – Retoma de recicláveis da fração indiferenciada (ton.)

Fração	2017	2016	Var. 2017/2016	% Var. 2017/2016
ECAL RU	22,16	0,00	22,16	-
PET RU	507,02	216,44	290,58	134,25%
PEAD - RU	150,90	146,46	4,44	3,03%
Aço - RU	317,84	577,22	-259,38	-44,94%
Material elétrico RU	7,82	14,36	-6,54	-45,54%
Plásticos/mistos RU	0,00	50,88	-50,88	-100,00%
Filme Plástico RU	57,48	169,86	-112,38	-66,16%
Monstros Ferrosos - RU	143,36	94,20	49,16	52,19%
Alumínio - RU	7,08	34,28	-27,20	-79,35%
TOTAL	1.213,66	1.303,70	-112,20	-8,61%

Das frações e quantidades retomadas no período em análise verifica-se uma redução de cerca de menos 112 toneladas relativamente a período homólogo do ano anterior.

A variação registada no período em análise relativamente ao mesmo período de 2016 é influenciada por variações negativas e positivas, nomeadamente:

- Aumentos verificados nas frações PET RU (+290,58 ton), monstros não ferrosos (+49,16 ton), ECAL RU (+22,16 ton) e PEAD RU (+4,44 ton).
- Reduções verificadas nas frações aço RU (-259,38 ton), filme plástico (-112,38 ton), plásticos mistos (-50,88 ton), alumínio (-27,20 ton) e material elétrico (-6,54 ton).

DEPOSIÇÃO EM ATERRO

Comparativamente com o ano anterior verifica-se em 2017 um aumento de mais 9,35% das quantidades depositadas em aterro. Este aumento resulta essencialmente das paragens ocorridas na UTMB. Não obstante o facto de se verificar no quadro seguinte, um aumento de 1,67% nas quantidades de resíduos rececionados no ano de 2017 comparativamente com o ano anterior, este não se deve aos resíduos urbanos indiferenciados uma vez que esta fração regista um decréscimo de -1,38%.

Quadro 21 - Totais de Resíduos rececionados pela Gesamb

Resíduo (ton.)	Ano 2016	Ano 2017	Varição 2016/2017
Total Rececionado	86.125,82	87.564,13	1,67%
RU indiferenciados	67.065,00	66.138,34	-1,38%
Depositado em Aterro	45.827,18	50.110,08	9,35%
Depositado Aterro/RU indiferenciado	68,33%	75,77%	10,88%
Depositado Aterro/ T. Rececionado	53,21%	57,23%	

No quadro seguinte verifica-se que das 50.110,08 toneladas depositadas em aterro 26.751,78 toneladas corresponderam a descargas diretas e destas 24.455,08 toneladas com origem na recolha indiferenciada. Este facto justifica-se pela necessidade de encaminhar para aterro os resíduos indiferenciados durante os períodos de paragem na UTMB.

Quadro 22 – Quantidades de resíduos depositados em aterro

Descrição	Total (ton.)	Total (%)
Descargas Diretas em Aterro	26.751,78	53,39%
Resíduos urbanos indiferenciados	24.455,08	48,80%
Resíduos de limpeza das ruas	252,96	0,50%
Monstros não Ferrosos	1.955,40	3,90%
Roupas e têxteis	3,98	0,01%
Fitas rótulos como monstros não ferrosos	84,36	0,17%
Orgânicos Aterro	4.321,64	8,62%
Refugos TMB depositados em Aterro	18.983,72	37,88%
Volumosos RU	5.513,20	11,00%
Refugo RU	12.108,38	24,16%
Refugo CDR	0,00	0,00%
Refugo Afinação	1.210,28	2,42%
Volumosos RS	151,86	0,30%
Refugos Centro de Triagem	52,94	0,11%
Refugo do Centro de Triagem	52,94	0,11%
Total Depositado em aterro	50.110,08	100%
Total Terras de Cobertura (máx. 10%)	5.011,01	10,00%
Total Terras de Cobertura utilizadas	6.677,73	13,33%
Terras de cobertura Composto TMB	1.883,19	28,20%
Terras de cobertura RCD	4.794,54	71,80%

METAS DO PERSU2020

Os Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) encontram-se atualmente obrigados a cumprir metas individuais, que visam o cumprimento da estratégia nacional de gestão de resíduos urbanos no período entre 2014-2020, nos termos do estabelecido no PERSU 2020 - Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos, publicado através da Portaria n.º 187-A/2014, de 17 de setembro de 2014.

- Retomas da recolha seletiva;
- Preparação para reutilização e reciclagem;
- Deposição de RUB em aterro.

O quadro seguinte apresenta as metas intercalares para a Gesamb, estabelecidas pelo Despacho n.º 3350/2015, de 1 de abril, para o período 2016-2020.

Quadro 23 – Metas intercalares para a Gesamb

	2016	2017	2018	2019	2020
Retomas da recolha seletiva (Kg/hab.ano)	33	35	39	44	48
Retomas da recolha seletiva (ton) (1)	4.806	5.097	5.679	6.408	6.990
Preparação para reutilização e reciclagem (% mínima)(2)	73%	75%	76%	78%	80%
Preparação para reutilização e reciclagem (ton)(2)	41.058	43.537	43.604	45.199	46.822
Deposição de RUB em aterro (% máxima de RUB produzidos) (2)	18%	16%	14%	12%	10%
Deposição de RUB em aterro (ton) de RUB produzidos) (2)	7.627,5	6959,67	6.051,8	5.239,1	4.409,6

(1) Tomou-se como base de cálculo a População média anual residente em 2016 extraída do portal do INE a 15 de junho de 2017(145.629hab.)

(2) Considerou-se a produção de resíduos urbanos prevista no orçamento para cada um dos anos

No quadro seguinte apresentam-se os resultados relativos a cada uma das metas para 2017 e a taxa de cumprimento.

Quadro 24 – Cumprimento das metas intercalares para a Gesamb

	Retomas		Preparação para reutilização e reciclagem		Deposição máxima de RUB em aterro	
	Capitação (Kg/hab.ano)	Quant. Total (ton.)	%	75% da Quant. Total (ton.)	%	16% da Quant. Total RUB (ton.)
Meta 2017 (anual)	35,00	5.096,98	75,00%	43.537,50	16%	6.959,67
Realizado Ano 2017	32	4.723,32	58%	33.334,95	34%	14.713,48

* Meta aferida a partir da aplicação das fórmulas de cálculo estabelecidas no Anexo III do PERSU 2020 - Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos, publicado através da Portaria n.º 187-A/2014, de 17 de setembro de 2014 e da "Metodologia utilizada para determinação das metas intercalares".

Verifica-se que no final do ano 2017 não foi possível atingir nenhuma das 3 metas intercalares estabelecidas para a Gesamb com vista ao cumprimento das metas do PERSU 2020.

Quanto às metas relativas à Deposição máxima de RUB em aterro e de Preparação para reutilização e reciclagem o seu incumprimento deve-se às paragens da UTMBE com maior incidência no segundo semestre e que obrigaram ao encaminhamento para deposição direta em aterro dos resíduos indiferenciados.

Quanto à meta de Retoma da recolha seletiva o desvio da meta resulta das insuficientes quantidades de papel/cartão, vidro e plástico/metal recolhidas seletivamente.

METAS DO DESPACHO N.º 7111/2015, DE 29 DE JUNHO

O Decreto-Lei n.º 366 -A/97, de 20 de dezembro, na sua atual redação, estabelece os princípios e as normas aplicáveis à gestão de embalagens e resíduos de embalagens, atribuindo aos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos - SGRU, a responsabilidade pela recolha seletiva e triagem das embalagens contidas nos resíduos urbanos, prevendo que as metas de retoma são definidas por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da economia e do ambiente. Em cumprimento com o anteriormente disposto foi publicado o Despacho n.º 7111/2015 em 29 de junho de 2015 o qual define metas associadas à recolha seletiva por cada um dos SGRU e por material.

No quadro seguinte apresentam-se as objetivações para a Gesamb relativas ao ano 2017 definidas no despacho anteriormente referido, bem como a extrapolação por trimestre e o nível do cumprimento e respetivos desvios. É de referir que as capitações apresentadas no quadro seguinte para cada um dos materiais foram ajustadas à população média residente anual, ano 2016, disponibilizada pelo INE (145.628 hab). Da análise do quadro seguinte verifica-se que por via da recolha seletiva nenhuma das frações atingiu as objetivações o papel/cartão foi a que apresentou o maior desvio (-518,69 ton.), seguido do plástico (-191,47 ton.), vidro (-36,66 ton.), madeira (-61,12 ton.) e metal (-48,6 ton.).

De acordo com o n.º 7 do art.º 1.º do Despacho 7111/2015 “ 7 — Caso as capitações de retoma alcançadas pelos SGRU por via da recolha seletiva não sejam suficientes para o cumprimento das metas de reciclagem de resíduos de embalagens, o diferencial pode ser obtido através da reciclagem de resíduos de embalagens provenientes da recolha indiferenciada.”.

Considerando desta forma o contributo das retomas de RE provenientes da recolha indiferenciada verifica-se que apenas não foram atingidas a objetivacões definidas no Despacho para a Gesamb relativas às frações de papel/cartão e vidro uma vez que atualmente não são recuperados estes materiais na UTMBE.

Quadro 25 – Objetivacões definidas no Despacho n.º 7111/2015, de 29 de junho,
Nível de cumprimento e desvios no ano 2017

	Material	Vidro	Papel e Cartão	Plástico	Metal	Madeira	Total
Meta 2017	Capitação(Kg/hab.ano)	12,28	14,18	4,12	0,59	1,68	32,85
	Quantidade a retomar (t/ano)	1.788,32	2.065,02	599,99	85,92	244,66	4.783,91
Realizado (só com a recolha seletiva)	Capitação(Kg/hab.ano)	12,03	10,62	2,81	0,26	1,26	26,97
	Quantidade retomada (t/ano)	1.751,66	1.546,33	408,52	37,32	183,54	3.927,37
Desvio da meta (só com a recolha seletiva)	Capitação(Kg/hab.ano)	-0,25	-3,56	-1,31	-0,33	-0,42	-5,88
	Quantidade retomada (t/ano)	-36,66	-518,69	-191,47	-48,60	-61,12	-856,54
Contribuição para a meta a partir da Reciclagem de RE provenientes da recolha indiferenciada	Capitação(Kg/hab.ano)	0,00	0,00	4,91	2,18	0,00	7,10
	Quantidade retomada (t/ano)	0,00	0,00	715,40	324,92	0,00	1.040,32
Desvio da meta-2017	Capitação(Kg/hab.ano)	-0,25	-3,56	3,60	1,90	-0,42	1,26
	Quantidade retomada (t/ano)	-36,66	-518,69	523,93	276,32	-61,12	183,78

Nota: População média anual residente extraída do portal do INE a 15 de junho de 2017(145.628hab.)

PLANO DE MONITORIZAÇÃO

No âmbito do disposto na Licença Ambiental n.º 369/2010, e respetivo Aditamento n.º 369/0.1/2010, Ie no Alvará de Licença n.º 01/2011/CCDR-ALENTEJO, emitido a 18 de fevereiro de 2011, a GESAMB encontra-se obrigada ao cumprimento do Plano de Monitorização Ambiental de acordo com esquema que se segue.

Lixiviados	1 ponto amostragem
<ul style="list-style-type: none">• Colheitas mensais- 7 parâmetros;• Colheitas Trimestriais - 10 parâmetros• Colheitas semestrais - 21 parâmetros	
Permeado	3 pontos de amostragem
<ul style="list-style-type: none">• Colheitas mensais- 9 parâmetros;• Colheitas Trimestriais - 17 parâmetros• Colheitas semestrais - 18 parâmetros• Colheitas anuais - 11 parâmetros	
Águas subterrâneas	4 pontos de amostragem
<ul style="list-style-type: none">• Colheitas mensais- 4 parâmetros;• Colheitas semestrais - 13 parâmetros• Colheitas anuais - 18 parâmetros	
Águas de abastecimento	1 ponto de amostragem
<ul style="list-style-type: none">• Colheitas bimensais- 3 parâmetros;• Colheitas semestrais - 16 parâmetros• Colheitas anuais - 38 parâmetros	
Emissões atmosféricas	30 pontos de amostragem
<ul style="list-style-type: none">• Medições mensais efetuadas nos poços de drenagem de biogás com recurso a equipamento e mão de obra próprios	
Dados meteorológicos	-
<ul style="list-style-type: none">• Registos efetuados em contínuo com recurso a estação meteorológica própria	
Alterações topográficas	Aterro Sanitário
<ul style="list-style-type: none">• Um levantamento topográfico anual com vista ao cálculo do volume ocupado e volume disponível no aterro sanitário	

Com os registos e tratamento dos resultados desta monitorização, a Gesamb elabora anualmente o Relatório Ambiental Anual, que remete até abril do ano seguinte, para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo - CCDRA, Instituto do Ambiente - IA e Agência Portuguesa do Ambiente - APA.

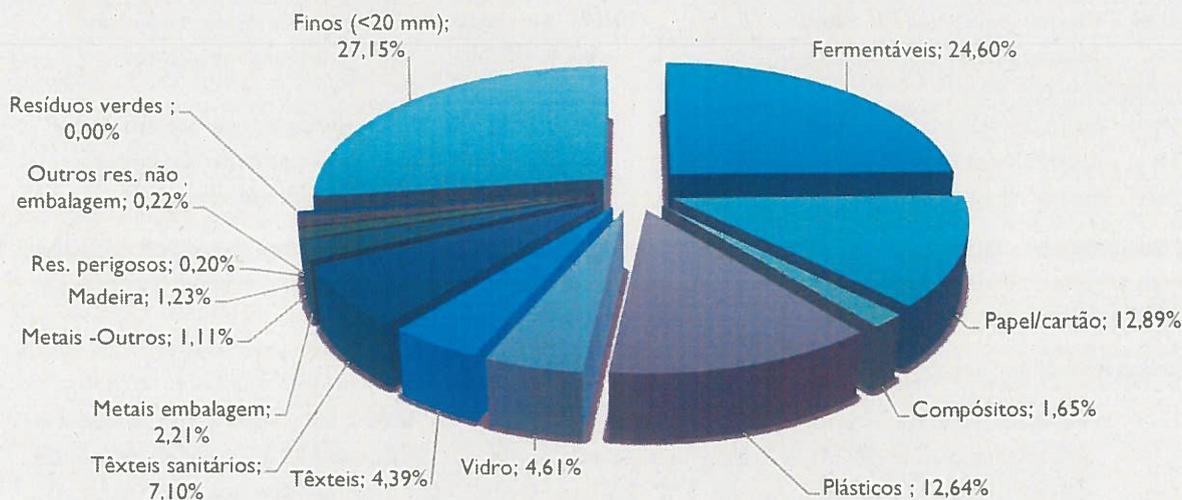
Para além do Plano de Monitorização anteriormente referido a Gesamb, enquanto entidade gestora de resíduos, está obrigada ao preenchimento anual no SILIAMB – Sistema Integrado de Licenciamento Ambiental, de um conjunto de formulários referentes à gestão de resíduos nas diversas instalações (estações de transferência, ecocentros e aterro sanitário). Nestes formulários é dado o reporte de informações relacionadas com a receção de resíduos (quantidades, proveniência, tipologia, etc.), com o tratamento/destino de resíduos (quantidades processadas e expedidas, identificação de destinatários e quantidades eliminadas em aterro) e com a produção de resíduos gerados internamente.

Handwritten signature and initials in the top right corner.

A Gesamb realizou a caracterização à fração indiferenciada de resíduos mediante o processamento de 21 amostras nos termos da Portaria n.º 851/209, de 7 de agosto, sendo que os resultados médios são os que se encontram representados no gráfico seguinte.

Os resultados médios das frações mais significativas são os finos, 27,15%, resíduos fermentáveis (alimentares e outros putrescíveis), 24,60 %, plásticos, 12,64 % e 12,89% de papel/cartão.

Gráfico 9 – Resultados da caracterização de 2017



De referir que, ao longo dos últimos 4 anos, as proporções das várias frações têm-se mantido relativamente estáveis.

Os dados resultantes das duas campanhas anuais são disponibilizados na plataforma do SILIAMB no formulário MRRU – Mapa de Registo de Resíduos Urbanos

Ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do artigo 5.º Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro (aprova a orgânica da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I. P.) a ERSAR estabeleceu um sistema de avaliação aplicado a partir de 2012 a todas as entidades gestoras de serviços de águas e resíduos no Continente, independentemente da sua titularidade estatal ou municipal e do seu modelo de governança, por gestão direta, delegada, em parceria ou concessionada. Foi no âmbito desta obrigatoriedade que a Gesamb, em 2016, reportou à ERSAR um conjunto de dados que permitiram calcular os 16 indicadores estabelecidos pela entidade reguladora para os sistemas em alta de gestão de resíduos, e que resultou na avaliação apresentada na tabela seguinte.

Quadro 26 – Ficha de avaliação da qualidade do serviço – 2016

Indicador	Valor do Indicador	Avaliação 2016
Adequação de interface com o utilizador		
RU01a- Acessibilidade física do serviço	92 %	⚠ Indicador em fase de testes
RU02ab- Acessibilidade do serviço de recolha seletiva	53 %	⚠ Indicador em fase de testes
RU03a- Acessibilidade económica do serviço	0,15 %	😊 qualidade de serviço boa
RU04ab- Lavagem de contentores	0,2 (-)	😞 qualidade de serviço má
RU05ab- Resposta a reclamações e sugestões	100 %	😊 qualidade de serviço boa

Quadro 26 – Ficha de avaliação da qualidade do serviço – 2016 (continuação)

Indicador	Valor do Indicador	Avaliação 2016
Sustentabilidade da gestão do serviço		
RU06ab- Cobertura dos gastos	104 %	☺ qualidade de serviço boa
RU07a- Reciclagem de resíduos de recolha seletiva	108 %	☺ qualidade de serviço boa
RU08a- Reciclagem de resíduos de recolha indiferenciada	2 %	⚠ Indicador em fase de testes
RU09a- Valorização de resíduos por TMB	57 %	⚠ Indicador em fase de testes
RUI0a- Capacidade de encaixe de aterro disponível	62 meses	⚠ Indicador em fase de testes
RUI1ab- Renovação do parque de viaturas	292691 km/viatura	☺ qualidade de serviço mediana
RUI3a- Adequação dos recursos humanos	0,7 n.º/10 ³ t	☺ qualidade de serviço boa
Sustentabilidade ambiental		
RUI4a- Utilização de recursos energéticos	11 kWh/t	☹ qualidade de serviço má
RUI5a- Qualidade dos lixiviados após tratamento	86 %	☺ qualidade de serviço mediana
RUI6a- Emissão de gases com efeito de estufa	46 kg CO ₂ /t	☺ qualidade de serviço boa

Não obstante o facto desta avaliação reportar ao ano de 2016 a recolha, tratamento e reporte de dados decorreu durante o ano 2017 e a sua validação no final do ano após auditoria da ERSAR, pelo que importa apresentar a sua tabela resumo.

Relativamente aos indicadores negativos:

- Indicador RU04ab - Lavagem de contentores – A Gesamb detém uma viatura lava ecopontos juntamente com a AMCAL e Resialentejo estando ao serviço da Gesamb 28 semanas em 52 anuais. Durante este período foram lavados 578. Ocorreu uma melhoria relativamente aos anos anteriores, mesmo assim o resultado não foi suficiente para evidenciar qualidade mediana/boa. Para atingir o valor de referência, a Gesamb deverá lavar a totalidade dos contentores 2 vezes/ano, 5.308 lavagens;
- Indicador RUI4a – Utilização de recursos energéticos – Este indicador tem em conta a energia obtida por valorização energética dos resíduos e biogás. A Gesamb ainda não se encontra a valorizar energeticamente o biogás proveniente do Aterro.

A Gesamb encara esta avaliação e respetivas recomendações da ERSAR como uma oportunidade de melhoria na qualidade do serviço prestado constituindo essa a sua grande aposta no presente e no futuro.

COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Gesamb, em articulação com os Municípios da sua área de abrangência, tem vindo a desenvolver projetos e ações de sensibilização para a população, para as questões ambientais e da sustentabilidade, com especial relevância para a importância da separação/reciclagem. Arriscamos afirmar que a maioria das pessoas saberá o básico das regras da separação, no entanto, não compreendem verdadeiramente a importância/impacto que a reciclagem tem nas suas vidas e no seu futuro.

Em janeiro de 2017, foi definido um Plano de Sensibilização e Comunicação Ambiental (PSCA), que estabeleceu as várias áreas de atuação e atividades a desenvolver junto da população da área de abrangência da Gesamb, para o ano de 2017. Neste sentido, foram desenvolvidas praticamente todas as ações, à exceção de uma ação (para o canal Horeca) que estava dependente da existência de cofinanciamento da Sociedade Ponto Verde (SPV) e que não se concretizou.

AÇÕES PERMANENTES

SESSÕES DE SENSIBILIZAÇÃO/ESCLARECIMENTO E WORKSHOPS

Comparando o ano de 2017, com o ano de 2016, registou-se um decréscimo de 43% e 60% no número de ações realizadas e no número de participantes abrangidos, respetivamente. Em 2017, foram realizadas 8 ações externas entre ações de sensibilização e workshops onde foram abrangidos, no total, 338 participantes.

Estas ações são gratuitas, sendo que o requisito mínimo de 30 participantes por ação seja cumprido.

Figura 9 – Cartaz – Workshop Reguengos de Monsaraz



VISITAS ÀS INSTALAÇÕES

Figura 10 – Visita de Funcionários da Universidade de Évora



Em 2017 foram realizadas 37 visitas abrangendo um total de 1059 visitantes. Comparando o ano de 2017, com o ano de 2016, registou-se um decréscimo de 35% no número de visitantes.

STAND INSTITUCIONAL – “SIMPLIFICA”

Em 2017 a Gesamb projetou e concebeu um novo stand informativo para marcar a sua presença em feiras e eventos realizadas nos Municípios da sua área de abrangência. O objetivo deste stand intitulado “SIMPLIFICA”, foi promover/divulgar a newsletter digital da Gesamb, para além de promover a sensibilização da população para a correta separação de resíduos.

O stand da Gesamb, em 2017, esteve presente em seis eventos, nos Municípios de:

- Estremoz na FIAPE 2017, de 27 de abril a 1 de maio;
- Mourão – Feira de Maio, de 26 a 28 de maio;
- Évora na Feira S. João 2017, de 23 julho a 3 de julho;
- Reguengos de Monsaraz na 25ª da ExpoReg que decorreu de 10 a 16 de agosto;
- Montemor-o-Novo na Feira da Luz 2017 de 30 de agosto a 4 de setembro;
- Borba na Festa da Vinha e do Vinho de 11 a 19 de novembro.



Figura 11 – Stand Gesamb: Feira de Maio - Mourão

AÇÕES PONTUAIS

SEMANA EUROPEIA DA PREVENÇÃO DE RESÍDUOS 2017

No âmbito da Semana europeia da Prevenção de Resíduos 2017, que decorreu de 18 a 26 de novembro, foram realizadas duas ações:

1. Ação realizada nas redes sociais, como o lema: “Faz as coisas durar!” – ação de sensibilização e informação junto do público que utiliza os canais virtuais (site e facebook). Durante os nove dias de duração da ação foram disponibilizados conselhos e dicas para lembrar que pequenos gestos e decisões do nosso dia-a-dia têm um enorme impacto na produção de resíduos e para além disso podem contribuir para a redução significativa dos gastos financeiros mensais.



Figura 12 – Post Facebook

2. O 4º Meeting de Resíduos do Alentejo, promovido pelo Instituto Politécnico de Beja em parceria com os Sistemas de Gestão de Resíduos do Alentejo: Ambilital, Amcal, Gesamb e Resialentejo. A 4ª edição do Meeting de Resíduos do Alentejo, foi dedicada ao tema: “Os Resíduos na Economia Circular”, decorreu em Évora no dia 23 de novembro, onde foi incluída uma visita técnica à Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico de Évora.

A iniciativa foi uma excelente oportunidade para partilhar oportunidades e desafios que existem atualmente na Economia Circular, em especial, no setor dos resíduos.



Figura 13 – 4º Meeting de Resíduos do Alentejo

7º ENCONTRO TÉCNICO “GESTÃO DE RESÍDUOS” - GESAMB

O tema escolhido para a 7ª edição do Encontro Técnico “Gestão de Resíduos”, foi a Recolha Seletiva.

O evento dirigido a eleitos e técnicos de ambiente dos municípios da área de intervenção da Gesamb foi realizado no dia 15 de dezembro no Município de Mora - Auditório do Fluviário.

Esta iniciativa tem como objetivo estimular o diálogo, o debate, a partilha de experiências entre os vários intervenientes, e fundamentalmente a procura de novas soluções na gestão dos resíduos, este ano especialmente dedicada a recolha seletiva de resíduos recicláveis



Figura 14 – 7º Encontro Técnico - Mora

GESTÃO DE PESSOAS

O capital humano é a pedra basilar de qualquer organização e constitui um dos seus principais fatores de sucesso. Os colaboradores das empresas foram, são e serão sempre o motor das organizações.

No desenvolvimento e melhoria das suas capacidades e competências residem as soluções aos desafios que se lhes deparam, assegurando o cumprimento dos objetivos traçados. Consciente deste facto, a Gesamb tem realizado uma forte aposta na formação dos seus colaboradores, sendo muito importante o momento do planeamento e organização do seu Plano de Formação, um instrumento concebido anualmente para suprir as necessidades de cada colaborador, garantindo o seu envolvimento e contribuindo desta forma para o sucesso organizacional da empresa.

REPARTIÇÃO DO EFETIVO

A 31 de dezembro de 2017, o quadro de pessoal da Gesamb registava 80 colaboradores, mais 3 que em igual período do ano anterior e mais 11 que em 2015.

Os novos colaboradores foram contratados para a realização de trabalho nas áreas de controlo de qualidade à fração de ECAL e PET (para cumprir as novas Especificações Técnicas das embalagens recuperadas no TMB). Foi ainda realizada a contratação de um técnico de higiene e segurança no trabalho para integrar os Serviços Internos de Higiene Segurança e Saúde no Trabalho e um técnico especializado para reforço da equipa da manutenção.

Quadro 27 – Estrutura de Categorias de Grupos Profissionais

Grupo Profissional	Categoria Profissional	2016	2017
Quadros de Chefia e Direção	Diretor Geral	1	1
	Diretor Técnico	1	1
Quadros Superiores e Técnicos	Técnico Superior	7	7
	Encarregado	1	1
Quadros Administrativos	Administrativo	2	2
	Operador Especializado	1	3
Quadros Operacionais	Operador de Equipamento Móvel	18	19
	Operador	46	46
		77	80

Relativamente à distribuição por categorias profissionais verifica-se que os Quadros Operacionais em 31 de dezembro de 2017 representavam 85% do pessoal ao serviço da empresa, valor idêntico ao referente ao ano de 2016. Encontram-se na categoria de técnico superior 8,75% dos colaboradores e os quadros diretivos representam 2,5% destes.

Em relação ao vínculo contratual, 95% dos colaboradores encontram-se com contrato sem termo, sendo que no final de 2016 este tipo de contrato representava 91% dos colaboradores. Por outro lado, 4 colaboradores encontram-se com contrato a termo certo, corresponde aos restantes 5%.

NÍVEL ETÁRIO

A estrutura etária do efetivo manteve-se sem alterações relevantes ao longo de 2017, com a faixa dos 40-49 anos a abarcar quase metade do pessoal ao serviço e o número de maiores de 60 anos praticamente residual.

A média etária do pessoal no final de 2017 é de 42,8 anos, superior em 1,1 anos à registada no final de 2016.



NÍVEIS HABILITACIONAIS

No que concerne às habilitações literárias os colaboradores encontravam-se distribuídos da forma seguinte: 53,75% com diploma do ensino básico, 32,50% possuem o ensino secundário e 13,75% titulares de formação superior.

Em relação a igual indicador de 2016 de salientar o aumento de 5% do número de colaboradores que possuem o ensino secundário e uma descida de idêntico valor daqueles que possuem o diploma do ensino básico. De salientar ainda o aumento de colaboradores com habilitações ao nível do ensino superior, que passou de 4,29%, em 2016, para 13,75%.

Relativamente à distribuição do nível de escolaridade por sexo observa-se que o número de homens é superior ao número de mulheres em todos os níveis de escolaridade, exceção feita ao ensino superior, em que o número de colaboradores do sexo feminino é superior ao número de colaboradores do sexo masculino.

Gráfico 11 – Habilitações literárias

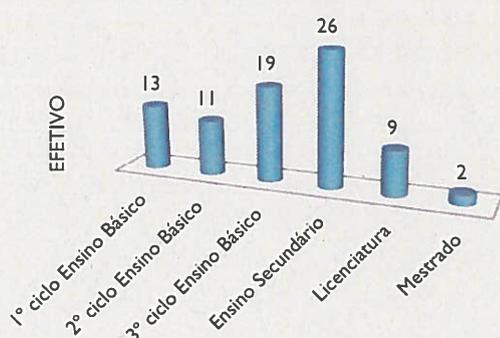
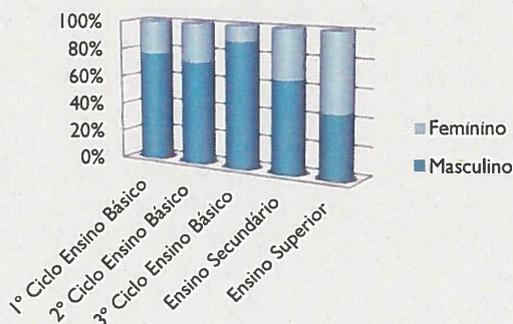


Gráfico 12 – Habilitações literárias por sexo



FORMAÇÃO

No ano de 2017 os colaboradores da Gesamb participaram em 49 ações de formação, mais 11 ações do que em 2016. Nestas, registaram-se 434 participações e foram ministradas cerca de 1.865,5 horas de formação, valores estes superiores aos de 2016, quer em termos de participações, mais 271, quer em termos de horas de formação ministrada, mais 1580 horas.

Gráfico 13 – Formação

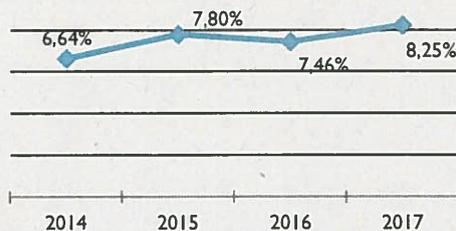


TAXA DE ABSENTISMO

Em 2017 a taxa de absentismo aumentou 10,5% relativamente a 2016, cifrando-se nos 8,25%.

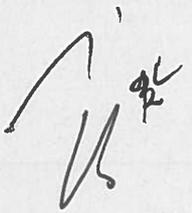
Tal como nos anos anteriores esta taxa tem na sua génese, essencialmente, a incapacidade temporária para o trabalho por doença e por acidente de trabalho e a ausência por motivo de maternidade que em conjunto, representam 96% das faltas registadas.

Gráfico 14 – Absentismo



SAÚDE, HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

No ano de 2017 registaram-se 15 acidentes de trabalho, tendo sido perdidos por força destes 244 dias de trabalho, em conformidade, o Índice de Gravidade cifrou-se em 0,03, o que de acordo com o parâmetro OIT é considerado Bom.



RESULTADOS

O plano de negócios da Gesamb, e a sua atualização para o exercício de 2017 pelos documentos previsionais para este exercício, concluíram que em consequência da entrada em funcionamento da UTMB e da linha de CDR e o abandono progressivo da deposição de resíduos em aterro, se registariam alterações à estrutura de rendimentos e gastos na Gesamb, alterando pressupostos económicos essenciais ao seu funcionamento que se vinham verificando até ao exercício de 2013.

Ainda sem a linha de CDR a funcionar, face ao insucesso do mercado para este material, mas com o funcionamento pleno da UTMB, e bem assim como das atividades do empreendimento conjunto com os restantes parceiros do Alentejo, dos quais se passou a receber resíduos para tratamento na UTMB, os resultados do exercício, ainda que se afastando das previsões, expressam bem essas alterações, na senda do desempenho já verificados no exercício de 2016, com a manutenção do nível de gastos de exploração já verificado no exercício precedente, no qual se havia registado um expressivo aumento intimamente associados aos novos ativos, depreciações, seguros e manutenção, pese embora, o presente exercício tenha ficado marcado por uma assinalável quebra do seu volume de negócios, em particular por acentuada descida na venda de materiais recuperados, para além do atraso na execução de candidaturas há muito apresentadas aos fundos estruturais que neste ano conheceram a sua aprovação.

Os resultados do exercício, pese embora a relativa manutenção dos gastos de exploração, em que os gastos operacionais registaram uma ligeira descida de 1,33%, registaram uma significativa compressão por força da acentuada quebra do volume de negócios em 4,72% e do conjunto dos rendimentos operacionais em menos 4%, cerca de menos 219 mil €.

Com efeito, e quanto ao volume de negócios, as vendas de mercadorias registaram uma quebra de 439 mil €, cerca de menos 31,43% face ao exercício precedente, entretanto compensadas pelo aumento verificado em prestação de serviços, de 235 mil €, mais 7,99%.

O resultado líquido do período, proporcionando uma rentabilidade líquida sobre o volume de negócios de 1,77%, assegura uma rentabilidade aos capitais próprios de apenas 0,53% aquém da rentabilidade esperada pelos participantes no seu capital e à remuneração dos capitais por estes investidos, ainda assim, suficiente à manutenção do equilíbrio económico da exploração e à manutenção da situação financeira da Gesamb, traduzida na manutenção da sua autonomia financeira, numa ligeira diminuição do peso do seu endividamento e na manutenção de relevantes meios libertos necessários à manutenção, renovação e expansão dos capitais investidos para o cumprimento do serviço público que lhe foi confiado.

A eficiência e eficácia operacional reveladas pelas operações da Gesamb no período continuam a assegurar a sua rentabilidade num quadro de excelência do serviço público prestado, mantendo equilíbrios económicos e financeiros, revelando uma manutenção em níveis recomendados do indicador de cobertura dos gastos totais pelo rendimento totais para 105%, apesar de, por força da diminuição de rendimentos esperados pela venda de materiais, no exercício se procedesse a uma revisão da tarifa aos seus utilizadores, passando esta, em termos médios, para 36,50 €/tonelada.

O desempenho económico no exercício ficou marcado pela relevante quebra do volume de negócios, num quadro de manutenção no essencial dos de gastos de exploração:

- ✓ O conjunto dos gastos operacionais registaram um decréscimo de 1,33%, menos 68 mil euros, com a manutenção do essencial da sua estrutura de gastos em que os fornecimentos e serviços externos aumentam 4,41%, os gastos com o pessoal 9,21%, aumentos compensados com descidas nos gastos de depreciação e de amortização -2,41%, perdas por imparidade e outros gastos e perdas -1,79%.
- ✓ Em contrapartida, os rendimentos operacionais registaram uma descida de 4%, menos 219 mil euros, particularmente evidente nas vendas, com menos 31,43%, compensada com os aumentos em serviços prestados, mais 7,99%, subsídios à exploração, mais 106,22%, com variações pouco relevantes em Outros Rendimentos e Ganhos e Reversões Provisões.

- ✓ No período são registados menos 8,73% de *Gastos e perdas de financiamento*, consequência da evolução dos planos de liquidação dos empréstimos específicos contratados para o financiamento da contrapartida nacional da UTMB, em particular do início de amortização após o termo do período de carência, do empréstimo BEI.

RESULTADOS DO EXERCÍCIO, BALANÇO FUNCIONAL E EQUILÍBRIO FINANCEIRO

Quadro 28 – Demonstração de Resultados por natureza

RUBRICAS	Realizado			
	2017	2016	Desvio	
Vendas e serviços prestados	4.129.452,37 €	4.333.887,80 €	-204.435,43 €	-4,72%
Subsídios à exploração	15.352,16 €	7.444,41 €	7.907,75 €	106,22%
Variação nos inventários da produção	-9.468,13 €	48.196,70 €	-57.664,83 €	-119,64%
Fornecimentos e serviços externos	-1.377.647,99 €	-1.319.412,82 €	-58.235,17 €	4,41%
Gastos com pessoal	-1.217.335,77 €	-1.114.628,11 €	-102.707,66 €	9,21%
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-7.464,22 €	-190.676,07 €	183.211,85 €	-96,09%
Provisões (aumentos/reduções)	3.780,00 €	0,00 €	3.780,00 €	-
Outros rendimentos e ganhos	1.111.859,35 €	1.090.220,76 €	21.638,59 €	1,98%
Outros gastos e perdas	-660.758,49 €	-672.771,96 €	12.013,47 €	-1,79%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1.987.769,28 €	2.182.260,71 €	-194.491,43 €	-8,91%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1.734.996,43 €	-1.777.860,48 €	42.864,05 €	-2,41%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	252.772,85 €	404.400,23 €	-151.627,38 €	-37,49%
Juros e gastos similares suportados	-147.013,63 €	-161.068,22 €	14.054,59 €	-8,73%
Resultado antes de impostos	105.759,22 €	243.332,01 €	-137.572,79 €	-56,54%
Imposto sobre rendimento do período	-32.509,03 €	-73.581,39 €	41.072,36 €	-55,82%
Resultado líquido do período	73.250,19 €	169.750,62 €	-96.500,43 €	-56,85%

A Gesamb apresenta um resultado líquido do exercício de 73 mil euros, continuando a proporcionar rentabilidade aos capitais próprios da entidade, de 0,53%, valor muito inferior, porém, à rentabilidade média verificada entre 2010 e 2015 de 5,42%, impondo uma forte compressão de 4% à remuneração aos capitais investidos pelos sócios, nos termos por estes ajustados no contrato de gestão delegada, proporcionando, no entanto, um crescimento efetivo aos capitais investidos e retidos na entidade ajustado às necessidades de crescimento da Gesamb.

Depois de ter verificado três exercícios consecutivos com aumento no seu volume de negócios, entre 2014 e 2016, a Gesamb regista em 2017 uma quebra, de 4,72%, combinando uma acentuada quebra de 31,43% nas vendas de mercadorias e produtos com um aumento 7,99% nas prestações de serviços.

Considerando a variação negativa nos inventários da produção e com a descida registada no volume de negócios, o valor da variação no período foi de menos 262 mil euros, muito superior ao aumento de 58 mil euros registado em consumos intermédios com fornecimentos e serviços externos, resultando numa menor margem de contribuição para a cobertura dos gastos fixos de 320 mil euros.

Os aumentos verificados nos gastos fixos, apesar de em apenas 96 mil euros, particularmente com os gastos com pessoal, compensados com as descidas em imparidades e outros gastos e perdas e reversão de provisões contribuíram, em conjunto com o aumento de rendimentos verificados com Outros rendimentos e ganhos, com mais 22 mil euros, para em conjunto com o aumento da margem de contribuição, para um agravamento de 194 mil euros dos Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos os quais, registam, assim, no período, uma descida de -8,91% face ao período anterior.

A diminuição dos Gastos/reversões de depreciação e de amortização, com menos 43 mil euros do que o valor registado no período precedente, menos 2,41%, no momento em que já se encontram em uso todos os ativos do empreendimento conjunto com os restantes parceiros do Alentejo, colocam o resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) em 253 mil euros, menos 152 mil euros, menos 37,49% que o montante registado no período precedente.

Igualmente no período é significativo a diminuição dos juros e gastos similares suportados, com menos 14 mil euros (-8,73%), consequência da evolução dos planos de liquidação dos empréstimos específicos contratados para o financiamento da contrapartida nacional da UTMB, em particular do início de amortização, após o termo do período de carência, do empréstimo BEI.

A compressão do resultado antes de impostos, com menos de 138 mil euros face ao verificado no período precedente, arrastaram um menor valor dos gastos com imposto do período, menos 41 mil euros, e num resultado do período final inferior em 97 mil euros, menos 56,85%, mantendo-se, contudo, rentabilidades positivas.

Quadro 29 – Resultado das Operações

Resultado das operações	2017			2016		
	Quantias	Δ em valor	Δ face a 2016	Quantias	Δ em valor	Δ face a 2015
Volume de negócios	4.129.452,37 €	-204.435,43 €	-4,72%	4.333.887,80 €	496.642,60 €	12,94%
Outros rendimentos e ganhos operacionais	1.117.743,38€	-28.118,49 €	-2,45%	1.145.861,87 €	-34.850,49 €	-2,95%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	1.987.769,28 €	-194.491,43 €	-8,91%	2.182.260,71 €	-342.879,27 €	-13,58%
EBITDA	998.344,20€	-335.119,27 €	-25,13%	1.333.463,47 €	-209.139,37 €	-13,56%
VAB	2.757.688,41e	-312.427,68 €	-10,18%	3.070.116,09 €	447.079,60 €	17,04%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	1.734.996,43 €	-42.864,05 €	-2,41%	1.777.860,48 €	233.238,30 €	15,10%
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO)	252.772,85 €	-151.627,38 €	-37,49%	404.400,23 €	-576.117,57 €	-58,76%
Resultados financeiros	147.013,63 €	-14.054,59 €	-8,73%	161.068,22 €	-12.795,69 €	-7,36%
Resultado antes de imposto (RAI)	105.759,22 €	-137.572,79 €	-56,54%	243.332,01 €	-563.321,88 €	-69,83%
Imposto sobre rendimento do período	32.509,03 €	-41.072,36 €	-55,82%	73.581,39 €	-113.798,31 €	-60,73%
Resultado líquido do período	73.250,19 €	-96.500,43 €	-56,85%	169.750,62 €	-449.523,57 €	0,73%

(valores expressos em euros)

A quebra de cerca 204 mil euros no volume de negócios no exercício, acompanhado da diminuição da variação de produção com menos 58 mil € ao verificado no exercício precedente, e bem assim como o aumento de 58 mil € em consumos intermédios (fornecimentos e serviços externos), representaram uma forte compressão do valor da margem de comercialização, -320 mil euros (-10,46%), ainda assim colocando-a em valores no limiar da média desta verificada nos exercícios de 2010 a 2016 de 67%.

Quadro 30 – Evolução da Atividade

Evolução da atividade	2017			2016		
	Quantias	Δ em valor	Δ face a 2016	Quantias	Δ em valor	Δ face a 2015
Volume de negócios	4.129.452,37 €	-204.435,43 €	-4,72%	4.333.887,80 €	496.642,60 €	12,94%
Margem bruta – Valor	2.742.336,25€	-320.335,43€	-10,46%	3.062.671,68 €	447.682,58 €	17,12%
Margem bruta - %	66,41%	-4%	-6%	71%	3%	4%
Resultado operacional	252.772,85 €	-151.627,38 €	-37,49%	404.400,23 €	-576.117,57 €	-58,76%

(valores expressos em euros)

A natureza essencialmente fixa dos gastos da Gesamb, em particular dos fornecimentos e serviços externos e dos gastos como pessoal, revela a sensibilidade dos resultados económicos não só a uma variação do volume de produção, como igualmente aos ajustamentos do nível dos seus gastos. Neste caso, com uma quebra com significado

da produção, e a manutenção no essencial do conjunto dos seus gastos de exploração operacionais, representaram a compressão de todos os agregados da conta de exploração, em particular do resultado operacional.

É neste contexto que o resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI), revela uma descida de menos 194 mil € (-8,91%) em relação ao exercício de 2016, prejudicado pelo reconhecimento no exercício de menos 204 mil euros de volume de negócios.

O resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO) com uma diminuição de 151 mil € (-37,49%) e o resultado antes de imposto (RAI) com uma diminuição de 138 mil € (-56,54%) em relação a 2016, acompanham, então, a compressão verificada no resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI) refletindo, porém, o decréscimo verificado de 43 mil € nas depreciações do exercício e a melhoria de 14 mil € nos resultados financeiros.

A compressão verificada nos agregados financeiros manifestou-se, igualmente, nos meios libertos de exploração que se quedaram, no exercício, pelo valor de 998 mil euros, menos 335 mil euros que os valores verificados no exercício de 2016, valor ainda assim relevante e do maior significado face às necessidades de manutenção e renovação dos ativos da Gesamb, aquém, porém, à média deste agregado verificada nos exercícios de 2010 a 2016 de cerca 1,57 milhão de euros.

Quadro 31 – Indicadores de Produtividade

INDICADORES PRODUTIVIDADE	2013	2014	2015	2016	2017
VAB	2.329.225,04€	2.700.750,40€	2.623.036,49€	3.070.116,09 €	2.757.688,41€
Numero médio de trabalhadores	61	62	69	72	80
Ativo fixo	14.578.800,62€	17.263.581,54€	18.137.614,66€	16.861.602,92 €	15.493.504,90€
Ativo fixo em curso	9.791.033,10€	3.377.048,87€	0,00 €	0,00 €	0,00
Produtividade do trabalho	38.184,02€	43.560,49€	38.015,02€	42.640,50 €	34.471,11€
Produtividade do capital	49%	19%	14%	18%	18%
VAB / Produção	63,37%	71,75%	68,83%	70,06%	66,93%

(valores expressos em euros)

A diminuição do Valor Acrescentado Bruto verificada no exercício, com menos 312 mil euros, acompanha a quebra do valor da produção e o aumento dos gastos intermédio. Apesar desta diminuição, este apresenta níveis superiores aos verificados nos exercícios de 2011 a 2015. À quebra registada, acompanhada do aumento do volume de emprego, tal arrastou a diminuição do seu valor por trabalhador para níveis muito inferiores aos registados nos exercícios precedentes. A relação do VAB com o capital investido manteve-se constante no presente exercício. Com efeito, apesar da sua diminuição, tal é igualmente acompanhado da diminuição dos ativos fixos por força do decurso do tempo e das depreciações reconhecidas.

Quadro 32 – Análise do Equilíbrio Financeiro

ANÁLISE DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO	2013	2014	2015	2016	2017
Capitais Permanentes	28.722.002,97€	27.151.795,16€	25.387.876,31€	23.465.351,79 €	22.964.942,79 €
Ativo Fixo	14.858.159,71€	17.439.099,89€	18.185.994,27€	16.914.655,87 €	15.560.379,73 €
FUNDO DE MANEIO LÍQUIDO	13.863.843,26€	9.712.695,27€	7.201.882,04€	6.550.695,92 €	7.404.563,06 €
Necessidades Cíclicas	10.524.212,10€	6.782.907,47€	4.143.750,51€	1.574.977,28 €	2.806.235,04€
Recursos Cíclicos	4.322.517,96€	2.903.355,72€	1.152.690,76€	985.214,79 €	1.429.083,33€
NECESSIDADES FUNDO DE MANEIO	6.201.694,14€	3.879.551,75€	2.991.059,75€	589.762,49 €	1.377.151,71€
Tesouraria Ativa	8.437.524,79€	6.333.143,52€	4.984.315,06€	6.745.095,16 €	6.447.658,23€
Tesouraria Passiva	775.375,67€	500.000,00€	773.492,77€	784.161,73 €	420.246,88€
TESOURARIA LÍQUIDA	7.662.149,12€	5.833.143,52€	4.210.822,29€	5.960.933,43 €	6.027.411,35€

(valores expressos em euros)

A conclusão em 2015 do ciclo de investimentos da entidade em novas tecnologias para o tratamento de resíduos, interromperam, a partir de 2016 os fortes crescimentos em ativos fixos até então verificados. No período, os ativos fixos decrescem 1.354 mil euros, acomodando, entre outros, os 402 mil euros de investimentos realizados pela entidade e 1.735 mil euros de depreciações no exercício reconhecidas.

Os capitais permanentes registaram uma diminuição de 500 mil €, dos quais 420 mil € muito por força da diminuição do passivo financeiro de médio e longo prazo associado aos dois empréstimos contratados para o financiamento do ciclo de investimentos da Gesamb. Nos capitais permanentes registaram descida, ainda com significado, 74 mil euros no conjunto dos capitais próprios da Gesamb.

A variação de fundo de maneo líquido é, por esse facto de, mais 854 mil €, colocando fundo de maneo líquido da Gesamb em 7,405 milhões de €.

A variação positiva do fundo de maneo líquido foi ainda acompanhada de uma variação positiva de 787 mil € nas necessidades de fundo de maneo, na qual tiveram significado o aumento das necessidades cíclicas para os cerca de 2,806 milhões de €, muito por força da variação positiva ocorrida nos valores a receber de fundos estruturais e do aumento verificado nos clientes a receber, bem assim como o aumento dos recursos cíclicos de 985 para 1.429 mil de euros devido, no essencial, ao aumento das dívidas a fornecedores de investimento e de credores por acréscimos de gastos.

A Gesamb continua a funcionar com tesourarias líquidas positivas, sendo que estas registaram um ligeiro aumento no exercício de 66 mil €, passando de 5,961 para 6,027 milhões de €.

Quadro 33 – Indicadores Financeiros e de Liquidez

INDICADORES FINANCEIROS	2013	2014	2015	2016	2017
Autonomia Financeira	46,01%	50,89%	54,44%	55,33%	55,96%
Solvabilidade Total	85,24%	103,61%	119,48%	123,85%	127,08%
Endividamento Total	117,32%	96,51%	83,70%	80,74%	78,69%
Endividamento ML Prazo	84,56%	74,63%	70,74%	68,07%	65,37%

INDICADORES DE LIQUIDEZ	2013	2014	2015	2016	2017
Liquidez Geral	371,95%	385,39%	473,89%	470,23%	500,39%
Liquidez Reduzida	371,95%	385,39%	473,89%	470,23%	500,39%

A necessidade de recurso a capitais alheios para o financiamento do ciclo de investimentos da Gesamb, cuja contratação foi realizada em condições de reembolso ajustadas aos meios libertos esperados pelo próprio projeto, representaram um agravamento dos indicadores de solvabilidade e de endividamento, nos exercícios de 2012 e 2013.

No exercício de 2014 e de 2015, ainda com o prazo carência do empréstimo contratado junto do BEI, mas já a amortizar o empréstimo contratado ao Santander Totta, verifica-se uma melhoria nestes indicadores, bem assim como da autonomia financeira que ultrapassou novamente os 50%.

No período de 2016 voltaram-se a registar melhorias expressivas em todos os indicadores da estrutura de capitais, uma vez mais devido à conclusão do ciclo de investimentos em novas tecnologias para o tratamento de resíduos, com a estabilização dos valores dos ativos líquidos da entidade, a par do reembolso dos empréstimos contratados para o seu financiamento, num quadro de um desempenho equilibrado com rentabilidade adequadas ao crescimento dos capitais investidos na entidade.

No exercício de 2017, com as rentabilidades registadas, inferiores às historicamente registadas, e o avanço no pagamento dos empréstimos contratados, contribuíram para ligeiras melhorias dos indicadores financeiros e de liquidez.

DESEMPENHO ECONÓMICO E PRINCIPAIS INDICADORES

Apesar de um desempenho económico equilibrado, a quebra relevante registada no volume de negócios, apesar de uma ligeira descida dos gastos operacionais, promove a degradação dos indicadores de rentabilidade, mantendo-se, no essencial, a estrutura de gastos de exploração.

Quadro 34 – Indicadores Económicos

INDICADORES ECONÓMICOS	2013	2014	2015	2016	2017
Taxa de Crescimento do Negócio	-5,79%	1,57%	2,98%	12,94%	-4,72%
Eficiência Operacional	12,96%	37,60%	25,55%	9,33%	6,12%
Margem Operacional das Vendas	63,30%	71,28%	68,83%	69,56%	66,64%
Rentabilidade Líquida das Vendas	19,19%	26,42%	16,14%	3,92%	1,77%

A eficiência operacional, que havia registado descidas nos exercícios de 2012 e 2013, manteve-se entre o período de 2014 e 2015 com elevados índices, sendo que o valores registados nos períodos de 2016 e 2017, de 9,33% e 6,12%, se afastam da média dos valores verificados entre os exercícios de 2010 a 2015 de 22,63 %

Após a função financeira e os impostos sobre o rendimento do exercício, a rentabilidade líquida final sobre o volume de negócios voltou a registar uma quebra, agora para 1,77%, apresenta-se igualmente aquém dos 17,81% de média dos valores verificados entre os exercícios de 2010 a 2015.

Quadro 35 – Indicadores Económicos

	2013	2014	2015	2016	2017
Rendimentos operacionais	4.763.502,19 €	5.372.522,67 €	5.048.047,26 €	5.479.749,67 €	5.260.443,88 €
Gastos operacionais	4.288.194,43 €	3.971.406,94 €	4.067.529,46 €	5.075.349,44 €	5.007.671,03 €
Resultado Operacional	475.307,76 €	1.401.115,73 €	980.517,80 €	404.400,23 €	252.772,85 €
RO / GO	111,1%	135,3%	124,1%	107,968%	105,048%

Os rendimentos operacionais da Gesamb registaram em 2017 uma redução de 4,00%, para 5.260.443,88 €, menos 219.305,79 € que os valores reconhecidos no exercício de 2016.

Com variações em valor absoluto materialmente pouco relevantes em subsídios à exploração, no montante de mais 8 mil €, e em reversão de provisões, com mais 4 mil euros, e em outros rendimentos e ganhos, com mais 21 mil €, são a quebra registada no volume de negócios em 204 mil €, que respondem pelo essencial da variação dos rendimentos operacionais.

Dos 5.260 mil € de rendimentos constituem agregados mais relevantes os 79% de rendimentos provenientes de vendas e prestações de serviços e os 993 mil € (19%) provenientes da imputação no exercício de subsídios para investimentos.

O peso da imputação de subsídios para investimento nos ganhos operacionais mantém-se no exercício em 18,88%, próximo do valor registado no exercício precedente de 18,97%, valor que era de 15,75% em 2011, 14,81% em 2012, 17,20% em 2013 e 17,34% em 2014. A trajetória decrescente que se vinha verificando em exercícios anteriores foi, no exercício de 2013, contrariada, derivada da diminuição no volume de negócios e do início em 2014 do reconhecimento dos rendimentos com os subsídios destinados aos novos ativos decorrentes do ciclo de investimentos concluído no período com as UTMB e de CDR.

Quadro 36 – Estrutura de Gastos

INDICADORES ECONÓMICOS - ESTRUTURA GASTOS	2013	2014	2015	2016	2017
Peso CMVMC no VN	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Peso FSE no VN	36,70%	28,72%	31,17%	30,44%	33,36%
Peso Gastos com o pessoal no VN	25,95%	24,78%	24,87%	25,72%	29,48%
Peso Imparidades no VN	0,02%	0,04%	0,19%	4,40%	0,18%
Peso Provisões no VN	8,52%	-0,83%	-0,78%	0,00%	0,09%
Peso Outros gastos no VN	11,36%	13,32%	9,52%	15,52%	16,00%
Peso gastos depreciação e de amortização no VN	34,34%	40,55%	40,25%	41,02%	42,02%
Peso Juros e gastos similares suportados no VN	0,02%	2,61%	4,53%	3,72%	3,56%

As perdas operacionais conheceram no período uma descida de 68 mil €, situando-se nos 5.008 mil €, menos 1,33% relativamente a 2016.

Como já assinalado, o desempenho da entidade regista um relevante decréscimo do volume de negócios e de produção, ligeiramente acompanhados de uma diminuição de gastos.

Os Fornecimentos e serviços externos, com uma execução de mais 58 mil € no seu conjunto comparativamente com 2016, representam 33,36% do volume de negócios, mais 2,92%, acima da média de 32,69% dos períodos de 2010-2016.

Com um total de 1.377 mil €, registaram agravamento significativo em Fornecimentos e serviços externos, os gastos com Subcontratos (mais 21 mil €, +114%), Publicidade e propaganda (mais 11 mil €, +60%) e Combustíveis (mais 44 mil €, +15%).

Os Gastos com o pessoal, depois de terem registado aumento no seu significado sobre o volume de negócios a partir dos exercícios de 2012 e 2013, voltam em 2017 a registar um aumento do seu peso, derivado da diminuição do volume de negócios, representando agora 29,48%. Com uma massa salarial superior em 103 mil euros (+9,21%) à registada no exercício precedente, os gastos com o pessoal representam agora praticamente 1/3 do volume de negócios da Gesamb, mais 3,76% do peso que representavam no exercício de 2016.

Em Outros gastos e perdas, com valores idênticos aos registados no exercício precedente, menos 1,79% do valor registado no exercício de 2016, ou seja, menos 12 mil €, constituem gastos com maior relevância o valor reconhecido pela Taxa de Gestão de Resíduos, no montante de 404 mil euros, prevista no Decreto-Lei n.º 178/2006, e a qual representa 61% do total destes gastos com o valor no exercício de 660 mil euros.

São ainda relevantes, nesta rubrica, o montante de 103 mil € de compensações reconhecidas aos Municípios Utilizadores com distâncias ao ponto de receção de resíduos do sistema superiores à média, compensação a atribuir de acordo com instruções da entidade delegatária e ainda a Taxa da Lei n.º 34/2015 com o valor reconhecido de 98 mil euros.

O Impostos diretos e indiretos, como o IMI, e os impostos sobre os transportes rodoviários, são responsáveis por 2,10% dos gastos reconhecidos nesta rubrica.

Relativamente aos restantes gastos aqui reconhecidos, nomeadamente outras taxas e quotizações, os valores da execução de 2017 acompanharam os valores já registados nos exercícios precedentes.

RESULTADOS DO EXERCÍCIO E CONTROLO ORÇAMENTAL

Quadro 37 – Execução do Orçamental

RUBRICAS	2017			
	Previsão	Realização	Desvio	
Vendas e serviços prestados	4.590.276,67 €	4.129.452,37 €	-460.824,30 €	-10,04%
Subsídios à exploração	118.748,68 €	15.352,16 €	-103.396,52 €	-87,07%
Variação nos inventários da produção	20.300,28 €	-9.468,13 €	-29.768,41 €	-146,64%
Fornecimentos e serviços externos	-1.741.182,47 €	-1.377.647,99 €	363.534,48 €	-20,88%
Gastos com pessoal	-1.236.821,00 €	-1.217.335,77 €	19.485,23 €	-1,58%
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00 €	-7.464,22 €	-7.464,22 €	-
Provisões (aumentos/reduções)	0,00 €	3.780,00 €	3.780,00 €	-
Outros rendimentos e ganhos	1.106.437,42 €	1.111.859,35 €	5.421,93 €	0,49%
Outros gastos e perdas	-370.362,81 €	-660.758,49 €	-290.395,68 €	78,41%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	2.487.396,77 €	1.987.769,28 €	-499.627,49 €	-20,09%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1.893.573,79 €	-1.734.996,43 €	158.577,36 €	-8,37%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	593.822,98 €	252.772,85 €	-341.050,13 €	-57,43%
Juros e gastos similares suportados	-158.529,37 €	-147.013,63 €	11.515,74 €	-7,26%
Resultado antes de impostos	435.293,61 €	105.759,22 €	-329.534,39 €	-75,70%
Imposto sobre rendimento do período	-97.941,00 €	-32.509,03 €	65.432,03 €	-66,81%
Resultado líquido do período	337.352,61 €	73.250,19 €	-264.102,36 €	-78,29%

O desempenho económico do exercício de 2017 afastou-se das previsões dos documentos do plano de negócios da Gesamb.

Pesam, ainda, nas estimativas de rendimentos e gastos e quanto ao funcionamento da UTMB, o relativo pouco histórico do seu desempenho, facto que continuou a impor que algumas estimativas relativamente ao seu funcionamento continuassem a assentar nas previsões dos estudos económicos que suportaram a sua candidatura a cofinanciamento pelo fundo de coesão, sendo que se registam, em determinadas rubricas de gastos, desvios positivos no desempenho face às estimativas desses estudos.

Para os Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, com um desvio negativo de 500 mil €, menos 20,09% face às previsões, são relevantes os desvios verificados em vendas de mercadorias e produtos e nas prestações de serviços, e nos subsídios à exploração, quanto aos rendimentos estimados, e em Fornecimentos e serviços externos e outros gastos e perdas, quanto aos gastos, desvios que resultam numa variação negativa 491 mil euros.

Quanto Fornecimentos e serviços externos, registam-se desvios positivos na execução do período quanto a Trabalhos especializados, relacionados com a dilação da execução de ações previstas no Plano da Ação da Gesamb submetidas a candidaturas cuja execução ficou comprometida pela aprovação tardia das mesmas, em Conservação e reparação, Eletricidade e Outros serviços, por força de economias verificadas na exploração da UTMB face às estimativas iniciais. Com desvios negativos sobressaem os combustíveis e seguros, no primeiro caso por deficiência de estimativa dos consumos necessários, e, no segundo caso, por deficiência de estimativa face aos capitais a segurar com o funcionamento da UTMB e a manutenção da Unidade de CDR.

Em relação a outros gastos e perdas, têm significado os mais 176 mil € reconhecidos no período face às previsões relativamente a taxas, nomeadamente TGR e a Taxa da Lei n.º 34/2015, a primeira por força do maior número de RI depositados em Aterro face às estimativas, e a segunda não prevista nos documentos previsionais para 2017.

O desvio verificado em subsídios à exploração deve-se, exclusivamente, com a dilação da execução de ações previstas no Plano da Ação da Gesamb submetidas a candidaturas cuja execução ficou comprometida pela aprovação tardia das mesmas.

Foi, contudo, nas vendas de mercadorias e produtos e nas prestações de serviços que se registaram expressivos desvios para as previsões iniciais, com menos 719 mil euros, menos 43% em vendas de mercadorias, e mais 258 mil € em prestação de serviços. Em vendas estas ficaram a 57% do estimado, com um desvio negativo de menos 719 mil euros. Por seu turno, as prestações de serviços, com mais 258 mil euros face ao estimado, mais 9%, não deixam de refletir variações diversas face ao estimado, a saber, menos 123 mil euros derivados de RU ou Equiparados, e mais 305 mil € em outro serviços prestados e 76 mil euros de débitos aos Municípios da TGR.

Não são relevantes os desvios verificados nas restantes rubricas antes de Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, nomeadamente em Variação nos inventários da produção, gastos com o pessoal, imparidades, provisões e outros rendimentos e ganhos, cujas realizações se aproximaram do orçamento, com um desvio no seu conjunto de menos 8 mil euros.

Depois dos antes de Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, registaram-se desvios positivos nos Gastos/reversões de depreciação e de amortização, por força do adiamento da realização dos investimentos previstos em plano, em Juros e gastos similares suportados, associados à taxa de juros do empréstimo contratado junto do Banco Santander, e, por fim, no Imposto sobre rendimento do período, aqui dada a redução dos resultados antes de impostos em menos 75% face ao previsto.

Quadro 38 – Fornecimentos e Serviços Externos

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2017			
	Previsão	Realização	Desvio	
Subcontratos	6.400,00 €	39.865,15 €	33.465,15 €	522,89%
Trabalhos especializados	301.514,47 €	150.772,40 €	-150.742,07 €	-49,99%
Publicidade e propaganda	6.800,00 €	27.943,68 €	21.143,68 €	310,94%
Vigilância e segurança	77.500,00 €	76.733,80 €	-766,20 €	-0,99%
Honorários	5.800,00 €	7.200,00 €	1.400,00 €	24,14%
Conservação e reparação	568.144,00 €	367.430,13 €	-200.713,87 €	-35,33%
Serviços Bancários	900,00 €	2.496,09 €	1.596,09 €	177,34%
Outros	0,00 €	10.081,97 €	10.081,97 €	0,00%
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	34.500,00 €	20.626,39 €	-13.873,61 €	-40,21%
Livros e documentação técnica	200,00 €	165,10 €	-34,90 €	-17,45%
Material de escritório	10.800,00 €	7.666,40 €	-3.133,60 €	-29,01%
Artigos para oferta	4.900,00 €	0,00 €	-4.900,00 €	-100,00%
Outros materiais	0,00 €	3.251,75 €	3.251,75 €	-
Eletricidade	185.700,00 €	144.574,10 €	-41.125,90 €	-22,15%
Combustíveis	266.300,00 €	342.192,89 €	75.892,89 €	28,50%
Água	4.200,00 €	4.675,51 €	475,51 €	11,32%
Outros Energia e Fluidos	46.800,00 €	33.740,76 €	-13.059,24 €	-27,90%
Deslocações e estadas	500,00 €	893,19 €	393,19 €	78,64%
Transportes de mercadorias	900,00 €	0,00 €	-900,00 €	-100,00%
Outros Deslocações e Estadas	1.100,00 €	1.399,62 €	299,62 €	27,24%
Rendas e alugueres	1.800,00 €	702,00 €	-1.098,00 €	-61,00%
Comunicação	15.400,00 €	17.786,39 €	2.386,39 €	15,50%
Seguros	60.965,00 €	101.671,66 €	40.706,66 €	66,77%
Contencioso e notariado	200,00 €	15,00 €	-185,00 €	-92,50%
Despesas de representação	1.600,00 €	285,00 €	-1.315,00 €	-82,19%
Limpeza, higiene e conforto	16.100,00 €	15.479,01 €	-620,99 €	-3,86%
Outros serviços	122.159,00 €	0,00 €	-122.159,00 €	-100,00%

POLÍTICA DE PREÇOS

De acordo com o contrato de gestão delegada, as tarifas da Gesamb deverão ser fixadas por forma a assegurar a proteção dos interesses dos utilizadores, a gestão eficiente do sistema, o equilíbrio económico-financeiro da exploração e as condições necessárias para a qualidade do serviço durante e após o termo da exploração.

Constituem, por esse fato, elementos e necessidades a atender para a sua determinação:

- ✓ Assegurar o bom estado de funcionamento, conservação e segurança de todos os ativos afetos à exploração;
- ✓ Assegurar a depreciação e amortização tecnicamente exigida dos ativos afetos à exploração e de novos investimentos de expansão, modernização ou substituição incluídos em planos de investimento;
- ✓ Atender ao nível de gastos necessários para uma gestão eficiente do sistema, líquidos de rendimentos provenientes da venda de materiais e produtos, bem assim como de subsídios à exploração e ao investimento imputáveis a cada período
- ✓ Atender aos encargos financeiros decorrentes da contratação de capitais alheios, bem assim como os decorrentes de garantias e avais prestados;
- ✓ Atender à fiscalidade sobre o rendimento e sobre o património, bem assim como a outras taxas e contribuições devidas legalmente pelo exercício da atividade;
- ✓ Assegurar a constituição e manutenção das reservas legais estatutárias;
- ✓ Assegurar a remuneração dos capitais próprios da Gesamb.

A execução orçamental com referência a 30 de junho de 2017 revelou que a entidade registava um aumento global dos seus gastos operacionais em 15%, ainda que contidos nas previsões orçamentais, o que acompanhado com a quebra registada no seu volume de negócios representa um aumento do peso dos gastos operacionais face ao valor registado em período homólogo de 2016.

A execução do período assinalava perdas de rendimentos estruturais face ao mesmo período de 2016, todos eles não acomodados pelo orçamento que previa ainda, em particular nas vendas de mercadorias um valor de 839 mil € para o período, quando na prática se registava uma arrecadação de menos de metade, ou seja, 381 mil €.

A tarifa de equilíbrio efetiva encontrava-se, então, nos 40,71 euros, um desvio de 15,99% para a tarifa de 35,10 euros, superior aos 12% que obrigam à revisão tarifária no próprio exercício;

Assim, tal impôs, no exercício de 2017, um ajustamento tarifário de 5,80 euros a tonelada para o quarto trimestre do ano de 2017, da qual resultou a tarifa média em 2017 de 36,50 euros/tonelada.

Quadro 39 – Tarifa de RU

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Tarifa de RU	35,10 €	35,10 €	35,10 €	35,10 €	35,10 €	36,50 €
Aumento relativo ao ano anterior	1,02%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,99%

Contrariando o estimado no plano de negócios da Gesamb na sua atualização para o exercício de 2017, segundo o qual se previa a manutenção da tarifa por mais um ano em 35,10 euros, obrigou à aplicação da disposição do plano quanto ao processo de revisão tarifária, segundo a qual dadas “as incertezas (...) associadas ao ambiente económico do País e da exploração de novas tecnologias por parte da Gesamb, bem assim como da obtenção de novos produtos, propõe-se que a atualização tarifária fique dependente exclusivamente da atualização dos pressupostos económicos e financeiros que sustentaram o seu cálculo” e bem assim como, que a necessária monitorização semestral destas estimativas devem dar lugar à apresentação de propostas de revisão tarifária sempre que se verifiquem desvios anuais superiores a 6% no valor determinado, e correção da tarifa no próprio exercício sempre que essas variações sejam superiores a 12%, resultando, então, na atualização da tarifa para 40,90 € no quarto trimestre de 2017.

Sublinhe-se, que esta atualização apenas visou o restabelecimento de um valor indispensável à reposição de um resultado líquido positivo no momento, pelo que não previa a remuneração dos capitais investidos pelos acionistas nos termos acordados, sendo que, com exceção deste aspeto as tarifas praticadas proporcionaram o cumprimento dos princípios tarifários supramencionados.

Quadro 40 – Tarifa, Valor a recuperar

TARIFA	2014	2015	2016	2017
Gastos operacionais antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	- 2.460.320,77 €	-2.492.817,58€	-3.297.488,96 €	-3.259.265,43 €
<i>Em FSE</i>	- 1.070.125,16 €	-1.196.020,99 €	-1.319.412,82 €	-1.377.647,99 €
<i>Em Gastos com o pessoal</i>	- 923.264,87 €	-954.223,86 €	-1.114.628,11 €	-1.217.335,77 €
<i>Em Imparidades e Provisões (aumentos/reduções)</i>	30.775,00 €	22.717,81 €	-190.676,07 €	-3.684,22 €
<i>Em outros gastos e perdas</i>	- 497.705,74 €	365.290,54€	-672.771,96 €	-660.758,49 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 1.511.086,17 €	-1.544.622,18 €	-1.777.860,48 €	-1.734.996,43 €
Subsídios a fundo perdido	931.546,89 €	959.819,33 €	1.039.473,31 €	993.109,30 €
Gastos com juros e gastos similares suportados	- 97.187,55 €	173.863,91 €	-161.068,22 €	-147.013,63 €
Gastos com Imposto sobre rendimento do período	- 319.283,87 €	-187.379,70 €	-73.581,39 €	-32.509,03 €
Rendimentos de venda de mercadorias e serviços prestados a abater na tarifa	876.486,78 €	1.243.966,62 €	1.651.040,38 €	1.311.710,85 €
Rendimentos da recuperação da TGR	336.458,61 €	217.474,66 €	301.313,16 €	403.841,80 €
Outros rendimentos e ganhos a abater na tarifa	714.644,80 €	247.128,14 €	106.388,56 €	124.634,08 €
Remuneração acionista	- 300.400,00 €	-290.000,00 €	-319.000,00 €	-52.700,00 €
Valor a recuperar	- 1.829.141,28 €	-2.020.294,62 €	-253.0783,64 €	-2.393.349,53 €
Volume de atividade	69.194	67.317	67.065	66.138
Valor da tarifa	26,44 €	30,01 €	37,74 €	36,19 €

A tarifa de equilíbrio real, avaliada pelo desempenho histórico, e para o volume de atividade do exercício, e garantido apenas parcialmente a remuneração acionista acordada, manteve-se pelo segundo ano consecutivo em valores bem mais elevados dos registados nos exercícios precedentes, situando-se no ano de 2017 em 36,19 €, o segundo valor mais elevado alguma vez registado.

No exercício manteve-se, no essencial, os mesmos valores dos grandes agregados de rendimentos e gastos, com exceção dos Rendimentos de venda de mercadorias e serviços prestados a abater na tarifa, impondo uma compressão, para a tarifa média praticada no exercício, na Remuneração acionista de mais de 266 mil €, o que por si representou um impacto positivo na tarifa média de 4,03 €.

Os Gastos operacionais antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, registaram uma ligeira diminuição de 68 mil e, o que representa uma variação negativa na tarifa média de 0,58 €;

A diminuição verificada em gastos/reversões de depreciação e de amortização líquidos de subsídios a fundo perdido reconhecidos, em 3 mil €, representam um impacto na variação da tarifa média de 0,05 €

Sobressai, então, com maior significado nas variações verificadas face ao período anterior:

- ✓ A diminuição de Rendimentos de venda de mercadorias e serviços prestados a abater na tarifa no montante de 339 mil €, e outros rendimentos e ganhos a abater na tarifa, com um aumento de 18 mil €, o que se traduziu, no seu conjunto, no agravamento em mais 4,85 € na tarifa de equilíbrio;
- ✓ Uma menor fiscalidade direta no período, por força da redução dos resultados antes de imposto, dos quais resultaram menos 41 mil com gastos com Imposto sobre rendimento do período, o que se traduziu em menos 0,62 € na tarifa de equilíbrio;

O valor da tarifa de equilíbrio verificada no exercício de 36,19 €, com um desvio de 0,86% para a tarifa média praticada, arrastou, como se referiu, uma compressão no período da remuneração dos capitais próprios da Gesamb em cerca de quatro pontos percentuais face ao acordado.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

No exercício a Gesamb concretizou 402 milhões de euros de investimentos, dos quais 361 mil euros em ativos fixos tangíveis e 41 mil euro em ativos intangíveis.

Os investimentos em ativos intangíveis respeitam a programas de computadores, cerca de 15 mil €, e 25 mil € a direitos de superfície relativamente ao terreno onde se encontra localizada a Estação de Transferência de Montemor-o-Novo.

Em ativos fixos tangíveis a Gesamb investiu, com maior significado, 232 mil euros em equipamento de transporte, tendo procedido no exercício à aquisição de uma viatura lava contentores de RU Indiferenciados e duas viaturas ligeiras, uma de mercadorias e outra de passageiros, 100% elétricas.

Destacam-se, ainda, os investimentos em equipamento básico, com 113 mil euros, em particular em contentores para reforço de rede de ecopontos.

O quadro que se segue resume, por conta, a variação do investimento realizado em 2017, com detalhe da variação dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Quadro 41 – Resumo do Investimento

Resumo do Investimento		2017
43	Ativos fixos tangíveis	358.939,49 €
433	Equipamento básico	113.015,63 €
434	Equipamento de transporte	231.576,89 €
435	Equipamento administrativo	11.910,32 €
437	Outros ativos fixos tangíveis	2.436,65 €
44	Ativos intangíveis	40.539,31 €
443	Programas de computador	15.068,99 €
446	Outros ativos intangíveis	25.470,32 €
45	Investimentos em curso	2.471,75 €
453	Ativos fixos tangíveis em curso	2.471,75 €

EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE E A TERCEIROS

O ativo corrente, caixa e depósitos bancários excluídos, registaram um expressivo aumento de 1,231 milhões€.

Para esta variação contribui essencialmente o aumento em 1,098 milhões de €, em outras contas a receber, por força de no exercício se terem registado a aprovação de 5 candidaturas apresentadas pela Gesamb, duas das quais ao POSEUR (Otimização e reforço da rede de recolha seletiva e Otimização do Tratamento Mecânico e Biológico (TMB) de Beja e Évora), uma ao Fundo ambiental (Aquisição de viaturas 100% elétricas), uma ao ECO2CIR (OE6F - Incrementar los niveles de eficiencia en la utilización de los recursos naturales para contribuir al desarrollo de la economía verde en el espacio de cooperación) e por fim ao SECASOL (Fomento de tecnologías innovadoras para la mejora de la eficiencia en el proceso de secado de los lodos provenientes del sector Depuración de Aguas Residuales y de secado de Residuos Sólidos Urbanos de en los procesos industriales de tratamiento de residuos mediante el uso de Tecnologías Solares de Concentración en la Euro región Andalucía-Algarve-Alentejo).

As dívidas de clientes passaram, no exercício, de 964 mil € para 1.046 mil €, um agravamento de 82 mil €, contrariando o ritmo de recuperação das dívidas de clientes registada no exercício precedente.

Os créditos sobre o Estado, no montante de 237 mil €, respeitam a créditos de IVA e a IRC a recuperar.

O passivo total da Gesamb, excluindo provisões, passivos por impostos diferidos e diferimentos, no montante de 5,033 milhões de €, registou um decréscimo de 380 mil €, menos 7%.

Os passivos correntes registaram um ligeiro aumento de 80 mil € e os passivos por financiamentos obtidos diminuíram 784 mil €.

A diminuição dos passivos financeiros corresponde com as amortizações, no exercício, de ambos os empréstimos, do Santander Totta e do BEI, colocando o capital em dívida destes empréstimos em 125 mil € e 3.529 milhões de €, respetivamente.

Nos passivos correntes as dívidas a fornecedores de 232 mil € registaram um aumento de mais de 53% face ao valor verificado no termo do período precedente.

Com relevância, verifica-se ainda o aumento registado nos montantes relatados em outras contas a pagar, passivos por impostos diferidos excluídos, no montante de 323 mil €, muito por força dos credores por acréscimos de gastos e de fornecedores de investimentos, aqui com uma dívida de 220 mil € reconhecida relativamente à aquisição da Viatura lava contentores RU Indiferenciados 47-TM-57.

Os passivos junto do Estado, com um valor no limiar do verificado no exercício precedente, no montante de 28 mil €, respeitam exclusivamente às retenções de impostos sobre rendimento, a contribuições para a segurança social, ambas efetuadas em dezembro.

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Gesamb apresenta um resultado líquido do exercício de 73.250,19 euros.

Nos termos das disposições estatutárias, a Gesamb deverá constituir, com carácter obrigatório, a Reserva geral nunca inferior a 10% do resultado líquido do exercício, a Reserva para investimento, no valor de 5% deste resultado, e o Fundo para fins sociais, nunca inferior a 2% do resultado líquido do exercício.

Acresce, que nos termos do Contrato de Gestão Delegada da Gestão e Exploração do Sistema Intermunicipal de Resíduos Urbanos pela Gesamb – Gestão Ambiental e Resíduos, EIM, se encontra assente que “A trajetória tarifária prevista neste contrato deve permitir provisionalmente que, no decurso de cada período vinculativo, os acionistas auferam uma adequada remuneração dos capitais próprios” sendo que “é objeto de remuneração o valor do capital próprio apurado no início de cada exercício económico, deduzido do valor das reservas de reavaliação, do valor de capital social subscrito mas ainda não realizado nessa data e do valor de outras variações no capital próprio.” Considera-se, por fim, que “A taxa de remuneração de referência a aplicar ao capital (...) corresponde ao valor mais recente da taxa EURIBOR a 12 meses, acrescida de prémio de risco de cinco pontos percentuais.”

Porém, e por fim, como também já se referiu, a rentabilidade do período de 2017 ficou aquém das expectativas dos acionistas, sendo que o ajustamento tarifário promovido para o quarto trimestre do exercício apenas visou acautelar uma exploração equilibrada, descartando, nesse momento e para o período de 2017, os compromissos assumidos entre os acionistas quanto à rentabilidade por eles esperada dos capitais próprios. Com efeito, e em causa, está ainda o compromisso por eles assumido segundo o qual, o nivelamento procurado na tarifa nos plano de negócios em vigor, e o ajustamento desta no final do período, pode dar lugar a ajustamentos na remuneração das entidades participantes devendo, por esse fato, esta ser reduzida ou aumentada, em cada exercício, de forma que, mesmo garantindo no final do período quinquenal a rentabilidade acordada entre os sócios, permita a melhor nivelção da tarifa ao longo deste período.

Assim, e considerando as referidas disposições, bem assim como a deliberação do Conselho de Administração de propor afetar aos fundos para fins sociais uma percentagem de 5%, e bem assim como o valor da Euribor a 12 meses em 5 de abril de 2018 de -0,191%, propõe-se fixar a remuneração acionista em 1,00% de prémio de risco e a seguinte aplicação dos resultados:

Quadro 42 – Resultados a Distribuir

Resultado Líquido	73.250,19 €
Reserva Legal	7.400,00 €
Outras Reservas	
Para Investimento	3.700,00 €
Para Fins Sociais	3.700,00 €
Para outros fins	5.750,19 €
Para Resultados transitados	0,00 €
Distribuição aos sócios	52.700,00 €
CIMAC	31.600,00 €
Lena ambiente	21.100,00 €

Quadro 43 – Proposta de aplicação dos resultados

Capitais próprios no início do exercício	13.961.576,43 €
Reservas de reavaliação	0,00 €
Valor de capital social subscrito e não realizado	0,00 €
Outras variações no capital próprio	7.451.409,71 €
Total	6.510.166,72€
Euribor + 1,00 pontos	0,809%
CIMAC	31.600,00 €
Lena ambiente	21.100,00 €

OUTROS

Não foram realizados negócios entre a Gesamb e os seus administradores.

A Gesamb não dispõe de sucursais.

Durante o exercício a Gesamb não realizou qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias.

Não existem dívidas ao Estado em situação de mora.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE

A Gesamb manteve até ao termo do exercício de 2013 um elevado grau de cumprimento dos objetivos e metas definidos no estudo de viabilidade que sustentou a sua constituição.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, alterado pelo decreto-lei n.º 92/2010, que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de gestão de resíduos urbanos, o contrato de gestão delegada celebrado entre a Gesamb e a CIMAC, deve compreender informação sobre os objetivos da empresa delegatária; a identificação das principais iniciativas de carácter estratégico a prosseguir pela Gesamb; o plano de investimentos a seu cargo; e o tarifário e a sua trajetória de evolução temporal.

A conclusão entre os exercícios de 2014 e 2015 dos projetos de investimento na Linha de CDR, a par dos investimentos conjuntos com as restantes entidades parceiras do Alentejo, do projeto na UTMB, com os montantes de investimento envolvidos e os novos processos de tratamento de resíduos urbanos (RU), com uma maior produção de materiais e produtos com valor económico, induziram a alterações à estrutura de rendimentos e gastos na Gesamb, alterando pressupostos económicos essenciais ao funcionamento que se vinham verificando até ao exercício de 2013.

As obrigações descritas, acompanhadas das alterações tecnológicas ao processamento de tratamento de resíduos, justificaram a elaboração de novo plano económico e financeiro da Gesamb para o horizonte de 20 anos, complementar ao seu plano de ação de gestão de Resíduos, já apresentando à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, entretanto sujeito a revisão para os exercícios de 2015, 2016 e 2017.

As estimativas que sustentaram a elaboração do novo plano económico e financeiro da Gesamb incorporam incertezas, cuja não verificação pode impactar positiva ou negativamente o desempenho ambiental e, associado a este, o desempenho económico esperado para os próximos exercícios.

Neste quadro, foram definidos, paralelamente, mecanismos de atualização sistemática dessas estimativas e mecanismos para eventual revisão extraordinária do sistema tarifário proposto, em ordem ao permanente equilíbrio do desempenho económico e ambiental da sociedade.

Os valores de equilíbrio encontrados nas atualizações ao plano de negócio para o exercício de 2017 e 2018 justificaram a apresentação de propostas de revisão extraordinária intercalar da trajetória tarifária, revelando a concretização das ameaças aos equilíbrios inicialmente encontrados, bem assim como registando a verificação de acontecimentos subsequentes com impacto na estrutura de rendimentos e gastos da Gesamb.

Para 2018, permanecem como ameaças a considerar:

- ✓ Os valores de contrapartida esperados para os materiais recuperados pela recolha separativa e pelo tratamento mecânico, embora se aguarde a definição do valor das objetivações para cada material, perspetiva, com base no histórico, uma redução em cerca de 15% do seu valor atual;
- ✓ A qualidade do composto e as possibilidades de realização do valor esperado com a sua venda no mercado;
- ✓ O coeficiente de eficiência na produção de CDR e a concretização do seu escoamento e valor esperado pela sua venda;
- ✓ A evolução da produção de RU, sendo que a não verificação dos aumentos estimados, numa atividade com gastos de estrutura relevantes, provocará variações expressivas nos gastos unitários de tratamento de RS e de produção de cada tonelada de produto ou material;
- ✓ Alterações ao quadro legal.

No exercício de 2018 deverão, pelo descrito, merecer especial atenção do órgão de gestão:

- ✓ O funcionamento do SIGRE;
- ✓ A necessidade de atualização e eventual revisão do Acordo de Parceria para a gestão conjunta das Unidade de Valorização de RU;
- ✓ A concretização do Plano de Ação 2015 (PAPERSU), num quadro de aprovação tardia das candidaturas apresentadas ao POSEUR verificadas durante o ano de 2017, confrontando a Gesamb com um ambicioso plano de investimentos e de ações para o ano de 2018;
- ✓ A avaliação quanto à Linha de CDR das melhores soluções de investimento e de exploração para a promoção da secagem de CDR em ordem à otimização do seu valor de mercado ou outras soluções alternativas;
- ✓ A avaliação das possibilidades de aproveitamento do potencial energético do biogás produzido em Aterro;
- ✓ A consolidação dos ganhos de eficácia e eficiência da operação que induziram a um melhor desempenho económico recente da Gesamb contendo a pressão sobre o crescimento dos gastos de estrutura induzidos pela Unidade de UTMB e CDR;
- ✓ A avaliação de novos segmentos de negócios, em particular a lavagem de contentores da recolha indiferenciada, a instalação de um Centro Intermunicipal de Recolha Oficial (CIRO) e a recolha de bio resíduos;
- ✓ A preparação do plano de ação, de investimentos e a respetiva evolução tarifária para o novo período quinquenal, 2019 a 2013, no que resultará, entre outros, na aprovação de um novo plano de negócios para a Gesamb.

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS TERMO EXERCÍCIO

Não se registaram factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

O Conselho de Administração

O Presidente

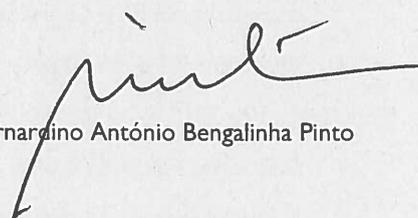


Eng.º Luis Simão Duarte de Matos

Os vogais



Eng.º Júlio de Jesus Bento



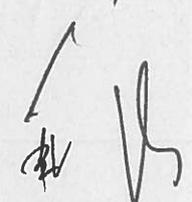
Dr. Bernardino António Bengalinha Pinto

ANEXO II
PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

De acordo com o estabelecido na Resolução do Conselho de Ministros 34/2008, de 22 de fevereiro, o Prazo Médio de Pagamento (PMP) da Gesamb, calculado de acordo com o indicado definido nos termos do n.º 4 do Despacho 9870/2009, de 13 de abril de 2009 é o que consta do quadro seguinte:

PMP					
IT 2016			IT 2017		
		Nº de dias			Nº de dias
Σ DF/4	521.785,01	45	Σ DF/4	199.039,64	36
Σ A	4.259.042,12		Σ A	2.034.209,22	
2T 2016			2T 2017		
		Nº de dias			Nº de dias
Σ DF/4	310.434,57	34	Σ DF/4	170.428,25	32
Σ A	3.344.940,59		Σ A	1.922.008,46	
3T 2016			3T 2017		
		Nº de dias			Nº de dias
Σ DF/4	190.170,86	38	Σ DF/4	226.302,88	46
Σ A	1.847.245,59		Σ A	1.813.284,99	
4T 2016			4T 2017		
		Nº de dias			Nº de dias
Σ DF/4	194.887,54	38	Σ DF/4	299.636,34	59
Σ A	1.884.306,27		Σ A	1.844.360,04	

O número médio de dias de pagamento (PMP) situa-se nos 49 dias, acima do registado no trimestre anterior (46 dias) e no mesmo período de 2016 (38 dias).



ANEXO III
PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA – 2017

Tipo	Nome/Descrição	Data	Data Adjudicação	Valor Adjudicação	Empresa Adjudicatária
AD	Prestação de serviços de consultadoria na área financeira	24/01/2017	14/02/2017	14.400,00 €	Pocalentejo, Lda
AD	Ajuste Direto Aquisição reboque porta contentores	07/02/2017	Sem apresentação de propostas		
CP	Implementação de um sistema de devolução de refugos da UTMB	21/02/2017	Transitou para 2018		
AD	Alteração ao Plano de Exploração do Aterro	23/03/2017	12/06/2017	6.950,00 €	Ambirumo- Projetos, Inovação e Gestão Ambiental, Lda
AD	Aquisição de serviços para implementação de uma solução de Gestão Documental e Workflow	05/04/2017	09/05/2017	14.950,00 €	Keyvalue – Soluções de Gestão, Lda.
AD	Ajuste Direto Aquisição reboque porta contentores	05/04/2017	29/05/2017	28.900,00 €	Roques, S.A
AD	Aquisição de serviços para elaboração de um estudo base e projeto de execução, com vista a instalação e gestão de um canil/gatil intermunicipal	21/06/2017	01/09/2017	24.990,00 €	Ambirumo- Projetos, Inovação e Gestão Ambiental, Lda
CP	Aquisição de 2 viaturas para recolha seletiva	21/07/2017	Sem apresentação de propostas		
CP	Aquisição gasóleo a granel contrato de 24 meses	21/07/2017	24/10/2017	0,1252 €/l (650.000,00€)	Gaspe - Combustíveis, Lda
AD	Aquisição de viatura de mercadorias 100% elétrica e posto de carregamento	26/07/2017	02/10/2017	26.800,00 €	WELLGREEN, Unipessoal Lda
AD	Aquisição e instalação de 8 pneus L5 para Pás Carregadoras TMB	14/09/2017	23/10/2017	29.997,30 €	Vulcanizadora Borbense
AD	Aquisição de viatura ligeira de passageiros 100% elétrica e posto de carregamento	26/07/2017	24/10/2017	28.576,89 €	Entrepasto Lisboa, S.A
CP	Fornecimento de Energia Elétrica para as Instalações em BT e MT da Gesamb	20/09/2017	19/12/2017	66.229,39 €	Endesa Energia + PhEnergia
CP	Fornecimento e Instalação de uma Unidade de Valorização Energética de Cogeração de 250 Kw através da queima do Biogás do Aterro Intermunicipal de Évora	28/11/2017	19/03/2018	598.068,54 €	ENC Power, Lda
AD	Monitorização do Composto Orgânico - TMB	17/09/2017	Transitou para 2018		
AD	Aquisição de arame de cintagem para a prensa multimaterial da linha de TMB	24/10/2017	20/12/2017	7.350,00 €	Ibermetais - Indústria de Trefilagem
AD	Fornecimento dos serviços de medicina no trabalho	10/11/2017	23/01/2018	6.566,40 €	José Luis de Carvalho Cândido
CP	Aquisição de 2 viaturas para recolha seletiva_2° CP	30/11/2017	01/03/2018	295.500,00 €	Resitul, Lda

Gesamb - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM

Contribuinte: 506346773

Moeda: EUR

BALANÇO Individual em 12 de 2017

Rubricas	Notas	2017	2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		15 493 504,90	16 861 602,92
Ativos Intangíveis		40 480,37	10 388,22
Outros Investimentos financeiros		3 930,37	1 970,31
Ativos por impostos diferidos		22 464,09	40 694,42
Subtotal		15 560 379,73	16 914 655,87
Ativo corrente			
Inventários		116 063,92	125 532,05
Clientes		1 046 061,65	964 018,84
Estado e outros entes públicos		236 937,32	204 982,11
Outros créditos a receber		1 172 641,18	75 041,38
Diferimentos		234 530,97	205 402,90
Caixa e depósitos bancários		6 447 658,23	6 745 095,16
Subtotal		9 253 893,27	8 320 072,44
Total do ativo		24 814 273,00	25 234 728,31
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital subscrito		1 000 000,00	1 000 000,00
Reservas legais		789 000,00	772 000,00
Outras reservas		4 573 014,52	4 575 629,29
Resultados transitados		0,00	-12 311,33
Ajust. / Outras variações de capital próprio		7 451 409,71	7 456 507,85
Subtotal		13 813 424,23	13 791 825,81
Resultado líquido do período		73 250,19	169 750,62
Interesses que não controlam			
Total do capital próprio		13 886 674,42	13 961 576,43
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		3 681 904,94	3 685 684,94
Financiamentos obtidos		3 233 287,87	3 653 534,75
Outras dívidas a pagar		2 163 075,56	2 164 555,67
Subtotal		9 078 268,37	9 503 775,36
Passivo corrente			
Fornecedores		231 857,80	151 342,33
Estado e outros entes públicos		27 988,39	27 275,61
Financiamentos obtidos		420 246,88	784 161,73
Outras dívidas a pagar		1 119 267,17	796 411,85
Diferimentos		49 969,97	10 185,00
Subtotal		1 849 330,21	1 769 376,52
Total do Passivo		10 927 598,58	11 273 151,88
Total do capital próprio e do passivo		24 814 273,00	25 234 728,31

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência _____

O Contabilista Certificado _____

Gesamb - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM

Moeda: EUR
 Contribuinte: 506346773

Demonstração dos resultados por naturezas em 12 de 2017

Conta		Rendimentos e Gastos	Notas	2017	2016
Pos	Neg				
71/72		Vendas e serviços prestados		4 129 452,37	4 333 887,80
75		Subsídios à exploração		15 352,16	7 444,41
73		Variação de inventários na produção		-9 468,13	48 196,70
	62	Fornecimentos e serviços externos		-1 377 647,99	-1 319 412,82
	63	Gastos com pessoal		-1 217 335,77	-1 114 628,11
7621	651	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-7 464,22	-190 676,07
763	67	Provisões (aumentos/reduções)		3 780,00	0,00
78...+791		Outros rendimentos		1 111 859,35	1 090 220,76
	69-685+69..	Outros gastos		-660 758,49	-672 771,96
		Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 987 769,28	2 182 260,71
761	64	Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-1 734 996,43	-1 777 860,48
		Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		252 772,85	404 400,23
	6911/21/81	Juros e gastos similares suportados		-147 013,63	-161 068,22
		Resultado antes de impostos		105 759,22	243 332,01
	812	Impostos sobre o rendimento do período		-32 509,03	-73 581,39
		Resultado líquido do período		73 250,19	169 750,62

Contabilidade - (c) Primavera BSS

(*) esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

A Administração/Gerência

O Contabilista Certificado

Gesamb - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM

Contribuinte: 506346773

Moeda: EUR

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 12 2017

RUBRICAS	NOTAS	2017	2016
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes		4 083 927,87	4 985 539,81
Pagamentos a Fornecedores		-1 990 489,96	-2 059 963,79
Pagamentos ao Pessoal		-1 200 795,85	-1 049 049,62
Caixa gerada pelas operações		892 642,06	1 876 526,40
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-20 918,93	31 415,25
Outros recebimentos/pagamentos		103 244,01	9 135,99
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		974 967,14	1 917 077,64
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-233 289,46	-460 030,82
Ativos intangíveis		-44 153,13	-13 456,58
Investimentos financeiros		-1 840,09	-1 239,66
Outros Ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		238,80	1 300,00
Ativos intangíveis		0,00	8 353,78
Investimentos financeiros		78,97	188,87
Outros Ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		20 000,00	1 559 058,51
Juros e rendimentos similares		15 063,49	7 780,03
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-243 901,42	1 101 954,13
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-784 161,73	-773 492,77
Juros e gastos similares		-149 640,92	-163 358,90
Dividendos		-94 700,00	-321 400,00
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa de atividades de financiamento (3)		-1 028 502,65	-1 258 251,67
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-297 436,93	1 760 780,10
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		6 745 095,16	4 984 315,06
Caixa e seus equivalentes no fim do período		6 447 658,23	6 745 095,16

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência

O Contabilista Certificado

Demonstração (Individual) das Alterações de Capital Próprio no Período 2017

Contribuinte: 506346773

Descrição	notas	Capital Subscrito	Reservas		Ajustamentos /Outras variações CP	Resultados Transitados	Resultado líquido do Período	Total
			Reservas legais	Outras reservas				
1	Posição no início do período 2017	1 000 000,00	772 000,00	4 575 629,29	7 456 507,85	-12 311,33	169 750,62	13 961 576,43
Alterações no período								
	Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações							0,00
	Ajustamentos por impostos diferidos		17 000,00	45 739,29	-5 098,14	107 011,33	-169 750,62	0,00
	Outra alterações reconhecidas de capital próprio	0,00	17 000,00	45 739,29	-5 098,14	107 011,33	-169 750,62	-5 098,14
2								
3							73 250,19	73 250,19
4=2+3							-96 500,43	68 152,05
Resultado líquido do período								
Resultado integral								
				-48 354,06		-94 700,00		-143 054,06
5	Operações com detentores de capital no período			-48 354,06		-94 700,00		-143 054,06
	Distribuições	0,00	0,00	-48 354,06	0,00	-94 700,00		-143 054,06
6=1+2+3+5	Posição no fim do período 2017	1 000 000,00	789 000,00	4 573 014,52	7 451 409,71	0,00	73 250,19	13 886 674,42

Demonstração (Individual) das Alterações de Capital Próprio no Período 2016

Contribuinte: 506346773

Descrição	notas	Capital Subscrito	Reservas		Ajustamentos /Outras variações CP	Resultados Transitados	Resultado líquido do Período	Total
			Reservas legais	Outras reservas				
1 Posição no início do período 2016		1 000 000,00	709 923,70	4 462 312,64	8 162 426,06	-84 831,37	619 274,19	14 869 105,22
Alterações no período								0,00
2 Outra alterações reconhecidas de capital próprio			62 076,30	151 471,97	-705 918,21	393 920,04	-619 274,19	-717 724,09
3 Resultado líquido do período		0,00	62 076,30	151 471,97	-705 918,21	393 920,04	-619 274,19	-717 724,09
4=2+3 Resultado integral							169 750,62	169 750,62
5 Operações com detentores de capital no período Distribuições				-38 155,32		-321 400,00		-359 555,32
		0,00	0,00	-38 155,32	0,00	-321 400,00		-359 555,32
6=1+2+3+5 Posição no fim do período 2016		1 000 000,00	772 000,00	4 575 629,29	7 456 507,85	-12 311,33	169 750,62	13 961 576,43

CS

KPL

ANEXO I
RELATÓRIO EMITIDO PELA POCALENTEJO

[Handwritten signature and initials]

ANEXO I
RELATÓRIO EMITIDO PELA POCALENTEJO

Handwritten initials: "U" and "PM" with a signature-like flourish.

Gesamb - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM

Contribuinte: 506346773

Handwritten initials and a signature in the top right corner, including the letters 'ES' and 'MS'.

ANEXO

1 — Identificação da entidade:

Gesamb - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM

A empresa Gesamb - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM é uma empresa intermunicipal de capitais maioritariamente públicos constituída, por tempo indeterminado, pela Associação de Municípios do Distrito de Évora, atual CIMAC e tem como objeto a:

- ✓ Promoção direta ou indireta da conceção, construção e exploração de unidades integrantes dos sistemas de transporte, valorização, tratamento e destino final de resíduos sólidos e a;
- ✓ Prestação de serviços de gestão, fiscalização e assessoria técnica e administrativa a entidades públicas ou privadas que prossigam, total ou parcialmente, atividade do mesmo ramo.

A empresa Gesamb - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM tem a sua sede social no Aterro intermunicipal, quilómetro 89, 9, Estrada Nacional 380, Freguesia de N.D. da Tourega e N.S. de Guadalupe, Concelho de Évora.

A empresa desenvolve a sua atividade com o CAE (Rev. 3) principal 38212, Tratamento e Eliminação de Outros Resíduos Não Perigosos.

As presentes demonstrações financeiras da empresa são as suas demonstrações financeiras individuais.

2 — Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial Contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- ✓ Decreto-Lei nº158/2009, de 13 de Julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela lei nº20/2010 de 23 de Agosto e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho;
- ✓ Portaria nº 220/2015, de 24 de Julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- ✓ Aviso nº 8254/2015, de 29 de Julho (Estrutura Conceptual);
- ✓ Aviso nº 8256/2015, de 29 de Julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro)
- ✓ Portaria nº 218/2015, de 23 de Julho (Código de Contas).

Handwritten signature and initials in the top right corner.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer na posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento nº1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Junho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo Internacional Accounting Standard Board e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particularés das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a empresa se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade das operações da empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos na Portaria nº220/2015, de 24 de Julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

2.2 — Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2017 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2016.

Handwritten marks: an arrow pointing up and to the right, and the letters 'US' and 'M' written in a cursive style.

3 — Principais políticas contabilísticas:

3.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente programas de computador e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo custo). Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha recta, de uma forma consistente, durante um período de 3 anos de vida útil, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço da venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Após o reconhecimento como um ativo, um item do ativo fixo tangível cujo justo valor possa ser determinado fiavelmente deve ser mensurado por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.

As revalorizações são efetuadas com suficiente regularidade para assegurar que a quantia escriturada não difira materialmente daquela que seria determinada pelo uso do justo valor à data do balanço.

Quando quantia escriturada de um ativo for aumentada como resultado de uma revalorização, o aumento é creditado diretamente ao capital próprio numa conta de excedente de revalorização. O aumento deve ser reconhecido nos resultados até ao ponto em que reverta um decréscimo de revalorização do mesmo ativo previamente reconhecido nos resultados.

Quando a quantia escriturada de um ativo for diminuída como resultado de uma revalorização, a diminuição deve ser reconhecida nos resultados. Contudo, a diminuição deve ser debitada diretamente ao capital próprio até ao limite da quantia de crédito existente no excedente de revalorização com respeito a esse ativo.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha recta, de uma forma consistente de período a período.

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo significativo relativamente ao custo total do item é depreciado separadamente, sendo definida a vida útil e o método de depreciação.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam prontos para utilização.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada no ativo sempre que perspective que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido proporcionalmente à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

De acordo com este método, a quantia escriturada das participações financeiras é ajustada anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das subsidiárias e associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do período. As participações são ainda ajustadas pelo valor correspondente à participação noutras variações nos capitais próprios dessas empresas, por contrapartida da rubrica "Ajustamentos em ativos financeiros". Adicionalmente, os dividendos recebidos são registados como uma diminuição da quantia escriturada dos investimentos financeiros.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso dos empréstimos concedidos, ao custo ou custo amortizado. Sempre que existam indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos obtidos destes investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

Imparidade de ativos

A empresa avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade.

Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis" ou "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis".

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alinação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alinação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixas futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alinação no final da sua útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuado uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação, em que a empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se tal não acontecer.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos", e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, os pagamentos mínimos são reconhecidas como gastos na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

Inventários

As mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior, utilizando-se o custo médio como fórmula de custeio.

Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda, justifica-se o reconhecimento de imparidade nos períodos em

que as necessidades de ajustamento são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram sendo expressa na demonstração dos resultados como "Imparidade de inventários (perdas/reversões)". Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

Instrumentos financeiros

Créditos a receber

As dívidas de terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos, ou ainda, a partir do momento em que a empresa tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzindo, eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, quando existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços

são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo.

Dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registados ao custo. O seu desconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio com uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua responsabilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Handwritten initials and a checkmark in the top right corner of the page.

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Empresa não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

Regime de acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

Rédito

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurado, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo. Os dividendos são reconhecidos como ganhos na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

Subsídios do Governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com gastos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com os ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como Passivos, na rubrica "Financiamentos obtidos".

Efeitos de alterações em taxas de câmbio

As transações em moeda estrangeira encontram-se registadas na moeda funcional (Euro) utilizando as taxas de câmbio à data da sua realização para as converter. Aquando da liquidação dos itens monetários ou à data do balanço, se ocorrer antes, são utilizadas as taxas de câmbio nessa data para reavaliar a quantia em aberto, sendo as diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, apuradas em relação ao valor inicialmente registado e reconhecidas como ganhos ou perdas no período em que a liquidação ou reavaliação ocorre. No entanto, se o valor inicial tiver sido registado em períodos anteriores, a diferença de câmbio é apurada por reporte ao valor transposto pelo uso da taxa de fecho à data do último balanço.

Os itens não monetários mensurados pelo custo histórico, designadamente os inventários, os ativos fixos tangíveis e os intangíveis, mantêm-se expressos, à data de cada balanço, pelas taxas à data da transação.

As diferenças de câmbio positivas relativas a atividade de financiamento são reveladas na demonstração dos resultados como "Juros e rendimentos similares obtidos", enquanto as negativas são reveladas na rubrica "Juros e gastos similares suportados". As demais diferenças de câmbio, emergentes de atividades operacionais ou de investimento, integram as rubricas "Outros rendimentos e ganhos" e "Outros ganhos e perdas", no caso de serem positivas e negativas, respetivamente.

Imposto sobre rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Fiscal, em termos gerais, durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos anos de 2014 a 2017 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas "CIRC", a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados, deduzidos de eventuais reportes de prejuízos,

encontram-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa de 21%, acrescida de 1,50% a título de derrama e de 3% a 7% a título de derrama estadual sobre a parte do lucro tributável superior a € 1 500 000. Adicionalmente, nas situações previstas no artigo 88.º do CIRC, há ainda lugar a uma tributação autónoma, a taxas que variam entre 5% e 50%, que incidem, exclusivamente, sobre os encargos aí previstos.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica "Imposto sobre o rendimento do período". No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativo, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem, quer o lucro contabilístico, quer o fiscal, e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em empreendimentos conjuntos e associadas, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, prémios de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão.

Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço, quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2 — Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2017 incluem o reconhecimento de acréscimos de gastos e o registo de provisões e perdas por imparidade.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.4 — Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano negócios e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras empresas do sector, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo

Handwritten initials and a checkmark in the top right corner.

que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

Handwritten initials and a checkmark in the top right corner.

4 — Fluxos de caixa:

4.1 — Comentário do Órgão de Gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Todas as quantias evidenciadas no Balanço a 31 de dezembro de 2017 estão disponíveis para uso.

4.2 — Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos	Período 2017				Período 2016			
	Quantias escrituradas no começo do período	Movimentos do período		Quantias escrituradas no fim do período	Quantias escrituradas no começo do período	Movimentos do período		Quantias escrituradas no fim do período
		Débitos	Créditos			Débitos	Créditos	
Caixa	2.758,53	2.516.666,08	(2.517.064,20)	2.360,41	13.175,26	3.993.123,91	(4.003.540,64)	2.758,53
	2.758,53	2.516.666,08	(2.517.064,20)	2.360,41	13.175,26	3.993.123,91	(4.003.540,64)	2.758,53
Depósitos à ordem	1.883.299,05	13.518.133,97	(15.019.784,74)	381.648,28	1.212.420,08	11.765.460,83	(11.094.581,86)	1.883.299,05
	1.883.299,05	13.518.133,97	(15.019.784,74)	381.648,28	1.212.420,08	11.765.460,83	(11.094.581,86)	1.883.299,05
Outros depósitos bancários	4.859.037,58	4.561.190,78	(3.356.578,82)	6.063.649,54	3.758.719,72	1.100.423,82	(105,96)	4.859.037,58
	4.859.037,58	4.561.190,78	(3.356.578,82)	6.063.649,54	3.758.719,72	1.100.423,82	(105,96)	4.859.037,58
Totais	6.745.095,16	20.595.990,83	(20.893.427,76)	6.447.658,23	4.984.315,06	16.859.008,56	(15.098.228,46)	6.745.095,16

5 — Partes relacionadas:

5.1 — Transações e saldos pendentes entre partes relacionadas:

São as seguintes as entidades que direta ou indiretamente participam no capital da entidade:

Entidades que direta ou indiretamente participam no capital da entidade			NIF das entidades participantes	Sede social das entidades participantes		Participações das entidades participantes no capital social da entidade		Percentagem dos direitos de voto da entidade detidos pelas entidades participantes	Datas de início das participações no capital social da entidade
				País	Localidade	Valor	Percentagem		
Período 2017	Participantes diretas	CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	509364390	Portugal	Évora	600.000,00	60,00%	60,00%	

Entidades que direta ou indiretamente participam no capital da entidade			NIF das entidades participantes	Sede social das entidades participantes		Participações das entidades participantes no capital social da entidade		Percentagem dos direitos de voto da entidade detidos pelas entidades participantes	Datas de início das participações no capital social da entidade
				País	Localidade	Valor	Percentagem		
Período 2017	Participantes diretas	LENA AMBIENTE – Gestão de Resíduos, S. A.	503956112	Portugal	Santa Catarina da Serra	400.000,00	40,00%	40,00%	
		Totais				1.000.000,00	100,00%	100,00%	
Período 2016	Participantes diretas	CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	509364390	Portugal	Évora	600.000,00	60,00%	60,00%	
		LENA AMBIENTE – Gestão de Resíduos, S. A.	503956112	Portugal	Santa Catarina da Serra	400.000,00	40,00%	40,00%	
		Totais				1.000.000,00	100,00%	100,00%	

No exercício de 2017 foram distribuídos 94.700,00 euros de dividendos, 56.800,00 à CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central e 37.900,00 euros à LENA AMBIENTE – Gestão de Resíduos, S. A..

No exercício de 2016 foram distribuídos 321.400,00 euros de dividendos, 192.400,00 à CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central e 129.000,00 euros à LENA AMBIENTE – Gestão de Resíduos, S. A..

O vogal do Conselho de Administração que assume a representação da LENA AMBIENTE – Gestão de Resíduos, S. A. recebe um valor de senhas de presenças e despesas de deslocação que totalizou em 2017 o valor de 1.764,00€ e em 2016 o valor de 2.646,00€, integralmente faturados e liquidados em cada um dos exercícios.

6 — Ativos intangíveis

6.1 — Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

a) As amortizações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Métodos de amortização, vidas úteis e taxas de amortização usadas nos ativos intangíveis		Programas de computador	Outros activos intangíveis
		Outros	Outros
Finitas	Vidas úteis	3	70
	Taxas de amortização	33,33%	1,43%
	Métodos de amortização	Quotas constantes	Quotas constantes

b) Os elementos dos ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados pelo método da linha recta.

c) As quantias brutas escrituradas, as amortizações acumuladas no começo e fim do período e a reconciliação das quantias escrituradas no começo e fim do período, e os movimentos na rubrica ativos intangíveis durante os exercícios de 2017 e 2016 são como se seguem:

46

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos intangíveis com vida útil finita		Programas de computador	Outros activos intangíveis	Activos intangíveis em curso	Totais
Em 01.01.2016	Quantias brutas escrituradas	27.196,33			54.392,66
	Amortizações acumuladas	(18.195,03)			(36.390,06)
	Quantias líquidas escrituradas	9.001,30			9.001,30
Movimentos do período 2016	Adições	5.349,14		4.960,00	10.309,14
	Aquisições em 1.ª mão				
Movimentos do período 2016	Amortizações	(8.922,22)			(8.922,22)
	Aumentos de amortizações				
Em 31.12.2016 (01.01.2017)	Quantias brutas escrituradas	32.545,47		4.960,00	37.505,47
	Amortizações acumuladas	(27.117,25)			(27.117,25)
	Quantias líquidas escrituradas	5.428,22		4.960,00	10.388,22
Movimentos do período 2017	Adições	119,00	25.470,32	14.949,99	40.539,31
	Aquisições em 1.ª mão				
Movimentos do período 2017	Transferências	14.949,99		(19.909,99)	(4.960,00)
	De/para activos não correntes detidos para venda				
Movimentos do período 2017	Amortizações	(5.276,18)	(210,98)		(5.487,16)
	Aumentos de amortizações				
Em 31.12.2017	Quantias brutas escrituradas	47.614,46	25.470,32		73.084,78
	Amortizações acumuladas	(32.393,43)	(210,98)		(32.604,41)
	Quantias líquidas escrituradas	15.221,03	25.259,34		40.480,37

d) O valor das amortizações relativas a ativos intangíveis incluídas na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" da demonstração dos resultados ascende a:

(valores expressos em euros)

Quantias das amortizações de ativos intangíveis incluídas em cada uma das linhas das demonstrações dos resultados - Período de 2017		Programas de computador	Outros activos intangíveis	Totais
		Outros	Outros	
Demonstração dos resultados por naturezas	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5.276,18	210,98	5.487,16

Quantias das amortizações de ativos intangíveis incluídas em cada uma das linhas das demonstrações dos resultados - Período de 2016		Programas de computador	Outros activos intangíveis	Totais
		Outros	Outros	
Demonstração dos resultados por naturezas	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5.276,18		5.276,18

7 — Ativos fixos tangíveis

7.1 — Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

a) Bases de mensuração

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo do custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Método de depreciações usado

A empresa deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha recta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do activo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de depreciação médias:

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis
Vidas úteis	19	50, 20, 16, 10, 8, 6	20, 16, 10, 8, 6, 5, 4, 3	10, 5, 4	10, 8, 5, 3	8, 4
Taxas de depreciação	5,26%	2%, 5%, 6,25%, 10%, 12,5%, 16,66%	5%, 6,25%, 10%, 12,50%, 16,66%, 20%, 25%, 33,33%	10%, 20%, 25%	10%, 12,5%, 20%, 33,33%	12,5%, 25%
Métodos de depreciação	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes

c) As quantias brutas escrituradas, as depreciações acumuladas, no início e no fim do período, e a reconciliação das quantias escrituradas no início e no fim do período, e os movimentos na rubrica ativos intangíveis durante os exercícios de 2017 e 2016 são como se seguem:

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos fixos tangíveis		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Totais
Em 01.01.2016	Quantias brutas escrituradas	209.143,86	16.909.253,70	15.539.094,78	3.707.682,49	206.830,06	143.758,02		36.715.762,91
	Depreciações acumuladas	(138.960,28)	(8.779.463,08)	(6.403.419,51)	(2.928.835,80)	(194.794,68)	(132.674,90)		(18.578.148,25)
	Quantias líquidas escrituradas	70.183,58	8.129.790,62	9.135.675,27	778.846,69	12.035,38	11.083,12		18.137.614,66
Movimentos do período 2016	Adições		23.592,24	161.561,12	286.937,26	11.422,65	1.998,00	7.415,25	492.926,52
	Diminuições				(28.767,63)				(28.767,63)
				(515,42)					(515,42)
	Depreciações de depreciações	(10.009,92)	(699.063,54)	(773.498,64)	(270.954,41)	(10.054,85)	(5.356,90)		(1.768.938,26)
Em 31.12.2016 (01.01.2017)	Quantias brutas escrituradas	209.143,86	16.932.845,94	15.700.140,48	3.985.852,12	218.252,71	145.756,02	7.415,25	37.179.406,38
	Depreciações acumuladas	(148.970,20)	(9.478.526,62)	(7.176.402,73)	(3.171.022,58)	(204.849,53)	(138.031,80)		(20.317.803,46)
	Quantias líquidas escrituradas	60.173,66	7.454.319,32	8.523.737,75	794.829,54	13.403,18	7.724,22	7.415,25	16.861.602,92
Movimentos do período 2017	Adições			113.015,63	231.576,89	11.910,32	2.436,66	2.471,75	361.411,25
	Diminuições					(488,80)			(488,80)
	Depreciações de depreciações	(10.009,92)	(670.453,95)	(774.287,50)	(259.919,20)	(8.269,30)	(6.569,40)		(1.729.509,27)
	Quantias brutas escrituradas	209.143,86	16.932.845,94	15.813.156,11	4.197.429,01	229.674,23	148.192,68	9.887,00	37.540.328,83
Em 31.12.2017	Depreciações acumuladas	(158.980,12)	(10.148.980,57)	(7.950.690,23)	(3.430.941,78)	(212.630,03)	(144.601,20)		(22.046.823,93)
	Quantias líquidas escrituradas	50.163,74	6.783.865,37	7.862.465,88	766.487,23	17.044,20	3.591,48	9.887,00	15.493.504,90

7.3 — Depreciações, reconhecidas nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos, durante um período

Handwritten signature and initials in the top right corner.

(valores expressos em euros)

Depreciações reconhecidas nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Totais
Período 2017	Depreciações reconhecidas nos resultados	10.009,92	670.453,95	774.287,50	259.919,20	8.269,30	6.569,40	1.729.509,27
	Totais	10.009,92	670.453,95	774.287,50	259.919,20	8.269,30	6.569,40	1.729.509,27
Período	Depreciações reconhecidas nos resultados	10.009,92	699.063,54	773.498,64	270.954,41	10.054,85	5.356,90	1.768.938,26
	Totais	10.009,92	699.063,54	773.498,64	270.954,41	10.054,85	5.356,90	1.768.938,26

8 - Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31/12/2017 e em 31/12/2016, e respetivas taxas de juro e garantias prestadas, todos contratados na moeda de apresentação, são detalhados conforme se segue:

(valores expressos em euros)

	Entidade Financiadora	Produto	Limite	Período 2017	
				Montante Utilizado / em dívida	
				Corrente	Não corrente
Instituições financeiras					
Empréstimos bancários	Banco Santander Totta	Médio e longo prazo	2.500.000,00 €	125.000,00 €	- €
	IFDR - QREN Empréstimo-quadro - Banco Europeu de Investimento (BEI)	Médio e longo prazo	4.086.189,25 €	295.246,88 €	3.233.287,87 €
Subtotal			6.586.189,25 €	420.246,88 €	3.233.287,87 €

(valores expressos em euros)

	Entidade Financiadora	Produto	Limite	Período 2016	
				Montante Utilizado / em dívida	
				Corrente	Não corrente
Instituições financeiras					
Empréstimos bancários	Banco Santander Totta	Médio e longo prazo	2.500.000,00 €	500.000,00 €	125.000,00 €
	IFDR - QREN Empréstimo-quadro - Banco Europeu de Investimento (BEI)	Médio e longo prazo	4.086.189,25 €	284.161,73 €	3.528.534,75 €
Subtotal			6.586.189,25 €	784.161,73 €	3.653.534,75 €

	Entidade Financiadora	Produto	Vencimento	Tipo de amortização	Taxa de juro (Spread/Indexante)	Garantias
Instituições financeiras						
Empréstimos bancários	Banco Santander Totta	Médio e longo prazo	06/01/2018	Capital constante, reembolso trimestral	3,00%	Penhor sobre depósito em numerário
	IFDR - QREN Empréstimo-quadro - Banco Europeu de Investimento (BEI)	Médio e longo prazo	31/12/2027	Rendas constantes, reembolso semestral	3,90%	Consignação da totalidade das receitas que na qualidade de vendedor para si resultam dos contratos celebrados com os Municípios de Arraiolos, Estremoz e Reguengos de Monsaraz

A parcela classificada como não corrente em 31/12/2017 e em 31/12/2016 tem o seguinte plano de reembolso definido:

(valores expressos em euros)

Ano	Período 2017		Período 2016	
	Capital	Juros	Capital	Juros
2017			784.161,73 €	154.231,87 €
2018	420.246,88 €	133.750,47 €	420.246,88 €	133.766,72 €
2019	306.764,45 €	121.989,15 €	306.764,45 €	121.989,15 €
2020	318.731,34 €	110.022,26 €	318.731,34 €	110.022,26 €
2021	331.165,05 €	97.588,55 €	331.165,05 €	97.588,55 €
2022	344.083,80 €	84.669,80 €	344.083,80 €	84.669,80 €
2023	357.506,51 €	71.247,09 €	357.506,51 €	71.247,09 €
2024	371.452,83 €	57.300,77 €	371.452,83 €	57.300,77 €
2025	385.943,21 €	42.810,39 €	385.943,21 €	42.810,39 €
2026	400.998,85 €	27.754,75 €	400.998,85 €	27.754,75 €
2027	416.641,83 €	12.111,77 €	416.641,83 €	12.111,78 €

9 — Custos de empréstimos obtidos:

9.1 — Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em que estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

10 - Imparidade de ativos

10.1 - Quantias das perdas por imparidade e respetivas reversões incluídas em cada uma das linhas das demonstrações dos resultados

(valores expressos em euros)

Quantias das perdas por imparidade e respetivas reversões reconhecidas durante o período			Clientes	Totais
Período 2017	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos	(7.464,22)	(7.464,22)
		Totais	(7.464,22)	(7.464,22)
Período 2016	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos	(190.681,30)	(190.681,30)
		Reversões	5,23	5,23
		Totais	(190.676,07)	(190.676,07)

10.2 - Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de activos sujeitos a perdas de imparidade

(valores expressos em euros)

Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de ativos sujeitos a perdas de imparidade	Período 2016			Período 2016		
	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas
Clientes	1.263.839,37	(217.777,72)	1.046.061,65	1.174.332,34	(210.313,50)	964.018,84
Totais	1.263.839,37	(217.777,72)	1.046.061,65	1.174.332,34	(210.313,50)	964.018,84

11 — Inventários

11.1 — Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes.

Os produtos e os trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui os custos dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento nem gastos administrativos.

11.2 — Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de inventários		Inventários de produção	Totais
		Produtos e trabalhos em curso	
31.12.2017	Inventários armazenados na empresa	116.063,92	116.063,92
	Totais	116.063,92	116.063,92
31.12.2016	Inventários armazenados na empresa	125.532,05	125.532,05
	Totais	125.532,05	125.532,05

11.3 — Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

(valores expressos em euros)

Quantias reconhecidas como gastos (rendimentos) durante o período com relação aos inventários da produção			Período 2016		Período 2016	
			Produtos e trabalhos em curso	Totais	Produtos e trabalhos em curso	Totais
Demonstração das variações	Inventários no começo do período	-	125.532,05	125.532,05	77.335,35	77.335,35
	Inventários no fim do período	+	116.063,92	116.063,92	125.532,05	125.532,05
	Variações nos inventários da produção	=	(9.468,13)	(9.468,13)	48.196,70	48.196,70
	Totais	=	(9.468,13)	(9.468,13)	48.196,70	48.196,70

12 — Rédito

12.1 — Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2017			Período 2016		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens	957.782,27	23,00%	(31,43%)	1.396.749,87	32,12%	40,39%
Prestação de serviços	3.171.670,10	76,16%	7,99%	2.937.137,93	67,55%	3,34%
Juros	35.052,03	0,84%	150,77%	13.977,63	0,32%	(73,52%)
Totais	4.164.504,40	100,00%	(4,22%)	4.347.865,43	100,00%	11,77%

13 — Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

13.1 — Divulgações para cada classe de provisão

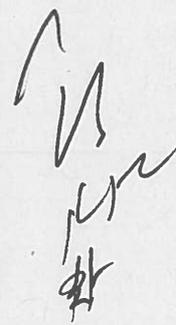
A Empresa reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação e que possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, ocorreram os seguintes movimentos relativos a provisões:

(valores expressos em euros)

Provisões		Processos judiciais em curso	Matérias ambientais	Totais
Acumuladas em 01.01.2016			3.711.574,94	3.711.574,94
Reduções	Quantias usadas no período por ocorrência das situações provisionadas		(25.890,00)	(25.890,00)
	Quantias revertidas no período			
Acumuladas em 31.12.2016 (01.01.2017)			3.685.684,94	3.685.684,94
Aumentos	Por reforço de provisões já reconhecidas em períodos anteriores			
	Por novas provisões	8.160,00		8.160,00
Reduções	Quantias usadas no período por ocorrência das situações provisionadas		(11.940,00)	(11.940,00)
	Quantias revertidas no período			
Acumuladas em 31.12.2017		8.160,00	3.673.744,94	3.681.904,94

No período de 2017 mostra-se pendente, no Centro Local do Alentejo Central da Autoridade para as Condições do Trabalho, o processo de contraordenação nº101700857, iniciado em 2017, com decisão notificada a 26/01/2018, em que a empresa foi condenada no pagamento de coima no valor de € 8.160,00, acrescida de custas no montante de € 142,80. Esta decisão será objeto de recurso judicial. A empresa constituiu no período uma Provisão para processos judiciais em curso, no montante de 8.160,00 €.



14 — Subsídios do Governo e apoios do Governo:

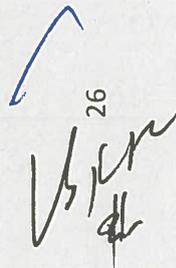
14.1 — Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo.

(valores expressos em euros)

Relação dos subsídios obtidos	Medida de incentivo			Forma de concessão	Quantias concedidas		
	Medida	Entidade concedente	Objeto do incentivo		Já recebidas	Por receber	Total
Inalentejo POVT 40	POVT	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Maximização da recolha seletiva e triagem na área do SIRSU de Évora	Não reembolsável	316.598,17		316.598,17
POVT 9 - TMB	POVT	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos (TMB) dos Sistemas GESAMB, AMCAL, e RESIALENTEJO (Gesamb-56,64%, Amcal e Resialentejo)	Não reembolsável	14.489.840,81		14.489.840,81
Inalentejo 2010 - POVT 31	POVT	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Maximização da recolha seletiva e aplicação de MTD no Aterro Sanitário de Évora	Não reembolsável	341.536,62		341.536,62
Inalentejo Cand. Con junta	POVT	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Operação conjunta com vista à prevenção, otimização da rec. Seletiva e sensibilização (Gesamb, Amcal e Resialentejo)	Não reembolsável	744.850,04		744.850,04
Subsídios ao investimento	POCTEP	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Medidas de Adaptação y Mitigación al Cambio Climático a través del impulso de las Energías Alternativas en Centro, Extremadura y Alentejo (Fase II) (Gesamb, entidades portuguesas e espanholas)	Não reembolsável	138.337,43		138.337,43
TGR 032 - RCD	APA	APA	Sistema de Gestão de Resíduos de construção e Demolição da GESAMB	Não reembolsável		36.618,54	36.618,54
POVT - CDR 023	POVT	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Infraestruturas Complementares aos TMB da GESAMB, Resialentejo e AMCAL (Gesamb-56,64%, Amcal e Resialentejo)	Não reembolsável	2.777.774,48		2.777.774,48
ECO2CIR	POCTEP	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	OE6F - Incrementar los niveles de eficiencia en la utilización de los recursos naturales para contribuir al desarrollo de la economía verde en el espacio de cooperación	Não reembolsável		24.150,00	24.150,00

Handwritten signatures and the number 25.

Relação dos subsídios obtidos		Medida de incentivo				Quantias concedidas		
		Medida	Entidade concedente	Objeto do incentivo	Forma de concessão	Já recebidas	Por receber	Total
FUNDO AMBIENTAL	Subsídios ao investimento	Fundo Ambiental	Secretaria Geral do Ministério do Ambiente	Apoio à aquisição de veículos elétricos nos sistemas municipais e intermunicipais de água, saneamento e resíduos	Não reembolsável	20.000,00	1.500,00	21.500,00
		POSEUR	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Otimização e reforço da rede de recolha seletiva	Não reembolsável		679.022,50	679.022,50
		POSEUR	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Otimização do tratamento mecânico e biológico (TMB) de Beja e Évora	Não reembolsável		280.093,16	280.093,16
		Subtotais				18.828.937,55	1.021.384,20	19.850.321,75
ECO2CIR	Subsídios à exploração	POCTEP	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	OE6F - Incrementar los niveles de eficiencia en la utilización de los recursos naturales para contribuir al desarrollo de la economía verde en el espacio de cooperación	Não reembolsável		35.850,00	35.850,00
		POCTEP	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Fomento de tecnologías innovadoras para la mejora de la eficiencia en el proceso de secado de los lodos provenientes del sector Depuración de Aguas Residuales y de secado de Residuos Sólidos Urbanos de en los procesos industriales de tratamiento de residuos mediante el uso de Tecnologías Solares de Concentración en la Euro región Andalucía-Algarve-Alentejo	Não reembolsável		15.000,00	15.000,00
		POSEUR	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Otimização e reforço da rede de recolha seletiva	Não reembolsável		45.560,00	45.560,00
Subtotais						96.410,00	96.410,00	
Totais						18.828.937,55	1.117.794,20	19.946.731,75



 26

CIV
RM

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço		Período 2017			Período 2016		
		Demonstração dos resultados		Balanço	Demonstração dos resultados		Balanço
		Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	AMDE - 1ª Trf	176.789,05	571.968,32		198.973,85	748.757,37
		AMDE - 2ª Trf	36.046,72	84.637,73		36.046,71	120.684,45
		Inalentejo POVT 40	16.252,20	26.043,25		19.905,35	42.295,45
		POVT 9 - TMB	522.576,95	6.589.675,21		522.576,96	7.112.252,16
		Inalentejo 2010 - POVT 31	32.316,80	48.757,10		44.610,24	81.073,90
		Inalentejo Cand. Con junta	9.881,25			53.524,68	9.881,25
		Altercexa II	12.378,40	62.949,86		12.378,40	75.328,26
		TGR 030 - Algar	3.225,54	577,21		6.651,33	3.802,75
		TGR 032 - RCD	37.953,97	84.624,13		37.953,97	122.578,10
		POVT - CDR 023	106.348,41	1.194.811,19		106.851,82	1.303.593,73
		ECO2CIR		24.150,00			
		FUNDO AMBIENTAL	447,92	21.052,08			
		POSEUR-76 - Recolha Seletiva	38.892,09	624.329,93			
		POSEUR-89 - TMB		280.093,16			
	Subtotais	993.109,30	9.613.669,17		1.039.473,31	9.620.247,42	
	Subsídios relacionados com resultados	IEFP			7.444,41		
		ECO2CIR	5.975,00				
		POSEUR-76 - Recolha Seletiva	9.377,16				
		Subtotais	15.352,16			7.444,41	
	Totais	15.352,16	993.109,30	9.613.669,17	7.444,41	1.039.473,31	9.620.247,42

14.2 — Condições não satisfeitas e outras contingências ligadas ao apoio do Governo que foram reconhecidas.

As condições necessárias à satisfação das disposições contratuais contantes dos acordos firmados com o Governo para a concessão dos subsídios discriminados no ponto anterior deste anexo estão a ser cumpridas, não sendo previsível qualquer alteração deste quadro até ao termo dos contratos respetivos.

15 — Acontecimentos após a data do balanço

15.1 — Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 27 de abril de 2018.

15.2 - Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Não foram recebidas informações relevantes que justificassem a alteração das divulgações já efetuadas.

15.3 - Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

Não ocorreram acontecimentos relevantes após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos.

16 - Impostos sobre o rendimento:

16.1 - Principais componentes de gasto/rendimento de impostos

(valores expressos em euros)

Quantias dos principais componentes de (gasto)/rendimento de impostos				Período 2017		Período 2016	
				Demonstração dos resultados	Totais	Demonstração dos resultados	Totais
Imposto sobre o rendimento do período	Imposto corrente		2	14.278,70	14.278,70	75.817,02	75.817,02
	(Gastos)/rendimentos por impostos diferidos	De diferenças temporárias		18.230,33	18.230,33	(2.235,63)	(2.235,63)
		Imposto diferido	3	18.230,33	18.230,33	(2.235,63)	(2.235,63)
	Imposto sobre o rendimento do período		4 = 2 + 3	32.509,03	32.509,03	73.581,39	73.581,39
Totais			5 = 1 + 4	32.509,03	32.509,03	73.581,39	73.581,39

16.2 — Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico

(valores expressos em euros)

Demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos/(rendimentos) de impostos				Período 2017			Período 2016			
				Base	Imposto	Base	Taxa	Imposto	Base	Taxa
Produto do lucro contabilístico (Resultado antes de impostos) multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis)	Resultado líquido do período		1	-	73.250,19		169.750,62			
	Gastos/(rendimentos) de impostos		2	-	32.509,03		73.581,39			
	Resultado antes de impostos		3 = 1 + 2	3	105.759,22	21,00%	22.209,44	243.332,01	21,00%	51.099,72
Ajustamentos para o lucro tributável	Diferenças definitivas	A acrescentar	...	4	22.126,21	21,00%	4.646,50	67.805,78	21,00%	14.239,21
		A deduzir	...	5	(238,80)	21,00%	(50,15)	(7.105,12)	21,00%	(1.492,08)
	Diferenças temporárias	A acrescentar	...	6	99.840,41	21,00%	20.966,49	180.864,07	21,00%	37.981,45
		A deduzir	...	7	(180.864,07)	21,00%	(37.981,45)			

MK
B

Demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos/(rendimentos) de impostos		Período 2017			Período 2016					
		Base	Imposto	Taxa	Base	Taxa	Imposto			
Lucro/(Prejuízo fiscal)		8 = 3 + 4 - 5 + 6 - 7		46.622,97	21,00%	9.790,82	484.896,74	21,00%	101.828,31	
Dedução de perdas fiscais		9								
Matéria colectável / colecta		10 = 8 - 9		46.622,97	21,00%	9.790,82	484.896,74	21,00%	101.828,31	
Benefícios fiscais por dedução à colecta		CFEI 2013	11		100,00%		(37.152,64)	100,00%	(37.152,64)	
Outras componentes do imposto		Tributação autónoma	12	3.788,54	100,00%	3.788,54	3.867,90	100,00%	3.867,90	
		Derrama	12	699,34	100,00%	699,34	7.273,45	100,00%	7.273,45	
Imposto corrente		3	13 = 10 - 11 + 12	105.759,22	13,50%	14.278,70	243.332,01	31,16%	75.817,02	
Imposto diferido			Δ dos activos e dos passivos diferidos	14	18.230,33	100,00%	18.230,33	(2.235,63)	100,00%	(2.235,63)
Gastos/(rendimentos) de impostos e taxa efetiva média		3	16 = 13 - 14 - 15	105.759,22	30,74%	32.509,03	243.332,01	30,24%	73.581,39	

16.3 - Explicação de alterações na taxa(s) de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior.

O imposto sobre o rendimento decresceu de 73.581,39 euros em 2016 para 32.509,03 euros em 2017, correspondente a uma taxa efetiva de imposto de 30,24% em 2016 e de 30,74% em 2017.

A manutenção da taxa de imposto efetiva é sobretudo explicado pela variação dos ativos e dos passivos diferidos de que resultou um imposto diferidos de 18.230,33 euros em 2017.

17 - Matérias ambientais

17.1 – Informação sobre as provisões de carater ambiental

O Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de agosto, que estabelece o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e os requisitos gerais a observar na conceção, construção, exploração, encerramento e pós - encerramento de aterros, determina, no seu artigo 42º, as obrigações do operador quanto ao encerramento, manutenção e controlo na fase pós – encerramento do aterro sanitário.

Para o efeito, a entidade tem constituída uma provisão acumulada que ascende a 31/12/2017 a 3.673.744,94€.

Paralelamente existem à data de 31/12/2017, depósitos a prazo conforme preconizado pela alínea b) do nº3 do Art.40 do CIRC, no montante de 6.063.649,55€.

Handwritten signature and date:
12/12

18 - Instrumentos financeiros:

18.1 – Quantias escrituradas dos instrumentos financeiros

Quantias escrituradas dos instrumentos financeiros			Período 2017				Período 2016			
			31.12.2017			Quantias escrituradas no reconhecimento inicial	31.12.2016			Quantias escrituradas no reconhecimento inicial
			Quantias brutas escrituradas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas escrituradas		Quantias brutas escrituradas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas escrituradas	
[Exemplo (i) investimentos em empresas associadas e em sociedades controladas; (ii) direitos e obrigações derivadas de um plano de benefícios a longo prazo; (iii) direitos no âmbito de contratos de seguros ou de outros contratos de alocação a não ser que estes contratos tenham sido por sua natureza, e as suas características dos termos contrários a ser inicialmente contratados, no risco operacional; (iv) derivativos; (v) alterações no valor de atribuição de opções de subscrição de ações próprias]			Mensurados ao custo			Mensurados ao custo				
Ativos financeiros	Clientes	Conta corrente	1 263 839,37	(217 777,72)	1 046 061,65	964 018,84	1 174 332,34	(210 313,50)	964 018,84	2 233 845,12
		Subtotais	1 263 839,37	(217 777,72)	1 046 061,65	964 018,84	1 174 332,34	(210 313,50)	964 018,84	2 233 845,12
	Outras contas a receber	Fornecedores (salDOS devedores)	9 517,13		9 517,13	8 586,19	8 586,19		8 586,19	13 976,88
		Pessoal (adiantamentos)				499,40	499,40		499,40	1 219,05
		Fornecedores de investimentos (salDOS a receber)	270,00		270,00	270,00	270,00		270,00	
		Juros a receber	20 525,54		20 525,54	5 558,19	5 558,19		5 558,19	1 801,81
		Outros devedores por acréscimos de proventos	24 363,71		24 363,71	23 509,06	23 509,06		23 509,06	6 421,30
		APA TGR 052 - RCD	36 618,54		36 618,54	36 618,54	36 618,54		36 618,54	36 618,54
		ECO2CIR	60 000,00		60 000,00					324,40
		FUNDO AMBIENTAL	1 500,00		1 500,00					468 578,42
		POSEUR-76 - Recolha Seletiva	724 582,50		724 582,50					734 886,81
		POSEUR-89 - TMB	280 093,16		280 093,16					19 504,23
		Na a Regularizar	170,50		170,50					37 242,48
		SECASOL	15 000,00		15 000,00					604,43
		Subtotais	1 172 641,08		1 172 641,08	75 041,38	75 041,38		75 041,38	1 360 034,20
	Caixa e depósitos bancários	Caixa	2 360,41		2 360,41	2 758,53	2 758,53		2 758,53	13 175,26
		Depósitos à ordem	381 648,28		381 648,28	1 883 299,05	1 883 299,05		1 883 299,05	1 212 420,08
		Outros depósitos bancários	6 063 649,54		6 063 649,54	4 859 037,58	4 859 037,58		4 859 037,58	3 758 719,72
		Subtotais	6 447 658,23		6 447 658,23	6 745 095,16	6 745 095,16		6 745 095,16	4 984 315,08
	Totais	8 884 138,68	(217 777,72)	8 666 360,96	7 784 155,38	7 994 468,88	(210 313,50)	7 784 155,38	8 578 194,38	
Passivos financeiros	Fornecedores	conta corrente	231 857,80		231 857,80	151 342,33	151 342,33		151 342,33	143 270,89
		Subtotais	231 857,80		231 857,80	151 342,33	151 342,33		151 342,33	143 270,89
	Financiamentos obtidos	Instituições de crédito e sociedades financeiras	125 000,00		125 000,00	625 000,00	625 000,00		625 000,00	1 125 000,00
		Outros financiadores	3 528 534,75		3 528 534,75	3 812 696,48	3 812 696,48		3 812 696,48	4 086 189,25
		Subtotais	3 653 534,75		3 653 534,75	4 437 696,48	4 437 696,48		4 437 696,48	5 211 189,25
	Outras contas a pagar	Clientes (salDOS credores)	31 104,76		31 104,76	64,03	64,03		64,03	65,36
		Pessoal	187,54		187,54	322,51	322,51		322,51	
		Fornecedores de investimentos	219 555,00		219 555,00	5 805,60	5 805,60		5 805,60	
		Retribuições a liquidar	146 129,94		146 129,94	124 544,22	124 544,22		124 544,22	
		Juros a liquidar	7 376,61		7 376,61	9 298,27	9 298,27		9 298,27	
		Taxa Gestão	403 835,97		403 835,97	302 458,60	302 458,60		302 458,60	
		Correcção Facturação	102 649,00		102 649,00	204 805,00	204 805,00		204 805,00	
		Taxa de Lein.º 34/2015	195 477,88		195 477,88	97 311,78	97 311,78		97 311,78	
	Outros credores por acréscimos de gastos	12 950,47		12 950,47	51 801,84	51 801,84		51 801,84		
	Subtotais	1 119 267,17		1 119 267,17	796 411,85	796 411,85		796 411,85	65,36	
Totais	5 004 659,72		5 004 659,72	5 385 450,66	5 385 450,66		5 385 450,66	5 354 525,50		

[Handwritten signatures and initials]

18.2 – Perdas por imparidade em ativos financeiros

(valores expressos em euros)

Quantias das perdas por imparidade reconhecidas para cada uma das classes de ativos financeiros	Período 2017				Período 2016			
	Perdas por imparidade acumuladas no começo do período	Variações no período		Perdas por imparidade acumuladas no fim do período	Perdas por imparidade acumuladas no começo do período	Variações no período		Perdas por imparidade acumuladas no fim do período
		Aumentos	Reversões			Aumentos	Reversões	
Cientes	210.313,50	7.464,22		217.777,72	19.637,43	190.681,30	(5,23)	210.313,50
	210.313,50	7.464,22		217.777,72	19.637,43	190.681,30	(5,23)	210.313,50

18.3 - Quantias das dívidas de cobrança duvidosa

(valores expressos em euros)

Quantias das dívidas de cobrança duvidosa	31.12.2017			31.12.2016		
	Quantias brutas escrituradas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas escrituradas	Quantias brutas escrituradas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas escrituradas
Relativas a processos de insolvência e de recuperação de empresas ou processos de execução				301,29	(301,29)	
Reclamadas judicialmente						
Em mora	Há menos de seis meses	476,91	(476,91)	159.619,34	(159.619,34)	
	Há mais de seis meses e até doze meses	43.763,26	(43.763,26)	24.631,37	(24.631,37)	
	Há mais de doze meses e até dezoito meses	120.281,81	(120.281,81)	5.000,23	(5.000,23)	
	Há mais de dezoito meses e até vinte e quatro meses	25.600,64	(25.600,64)	1.084,36	(1.084,36)	
	Há mais de vinte e quatro meses	27.655,10	(27.655,10)	19.676,91	(19.676,91)	
	Subtotais	217.777,72	(217.777,72)	210.012,21	(210.012,21)	
Totais	217.777,72	(217.777,72)		210.313,50	(210.313,50)	

19 – Benefícios dos empregados

19.1 – Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Pessoas ao serviço e horas trabalhadas		Período 2017				Período 2016			
		Número médio de pessoas		Número de horas trabalhadas		Número médio de pessoas		Número de horas trabalhadas	
		Remuneradas	Total	Remuneradas	Total	Remuneradas	Total	Remuneradas	Total
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário	Tempo completo	80	80	132.196	132.196	72	72	124.173	124.173
	Tempo parcial								
	Totais	80	80	132.196	132.196	72	72	124.173	124.173
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo	Homens	57	57	94.190	94.190	49	49	84.452	84.452
	Mulheres	23	23	38.006	38.006	23	23	39.722	39.722
	Totais	80	80	132.196	132.196	72	72	124.173	124.173

19.2 – Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Fundo para Fins Sociais

Nos termos do Artigo 31º dos Estatutos da Gesamb – Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM (GESAMB) foi criado um Fundo para Fins Sociais.

O Fundo para fins Sociais tem por fim auxiliar a satisfação das necessidades de ordem económica e social dos colaboradores da Gesamb e seus familiares.

Escalões:

A atribuição dos montantes é efetuada de acordo com dois escalões, tendo em conta o valor da retribuição ilíquida, definidos nos seguintes termos:

Escalões Vencimento Ilíquido Apoio

1º escalão até 1.000€ 100%

2º escalão mais de 1001€ 75%

APOIOS À NATALIDADE

Atribuição de subsídio de nascimento (por cada filho)

Para ser atribuído o apoio, é necessária a apresentação da certidão de nascimento. No caso de ambos os pais serem funcionários da Gesamb, apenas um terá direito ao referido subsídio.

Apoio à 1ª Infância - 30€ mensais - abono mensal a todas as crianças até 5 anos.

APOIOS À SAÚDE

Consultas, exames médicos, medicamentos com receita médica, seguros de saúde, etc. – plafond disponível para cada colaborador, abrangendo os seus dependentes e cônjuges, a definir anualmente e variável com os escalões definidos.

Para ser atribuído o apoio, é necessária a apresentação dos recibos das despesas efetuadas e da receita médica.

APOIOS ESCOLARES

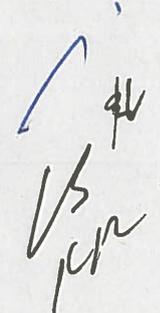
Abono escolar - dependentes: com o ato de inscrição, visa apoiar a aquisição de livros escolares e outro material escolar; com a prova de conclusão e a partir do 1º ciclo condicionado a um aproveitamento de Bom (Média de 3,5, numa escala de 1 a 5), visa premiar o sucesso escolar.

Abono escolar - funcionários - atribuído com a apresentação de certificado de conclusão de novo grau de habilitação.

No caso de licenciatura, com a prova de inscrição e com a entrega de documento comprovativo de aproveitamento.

(valores expressos em euros)

Gastos com o pessoal	Período 2017	Período 2016
Remunerações dos órgãos sociais	1.764,00	2.352,00
Remunerações do pessoal	939.672,52	860.692,93
Encargos sobre remunerações	191.506,82	176.185,02
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	19.630,94	13.740,37
Outros gastos com o pessoal	64.761,49	61.657,79
	1.217.335,77	1.114.628,11



20 — Divulgações exigidas por diplomas legais

Não existem dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos exercícios de 2017 e 2016 não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do artigo 397º do CSC, pelo que nada há a relatar quanto a negócios entre a sociedade e os seus Administradores.

Relativamente ao artigo 66º-A do CSC, a empresa informa que não existem quaisquer operações, comerciais ou financeiras, não incluídas no balanço e, bem assim como, que os honorários facturados no exercício de 2017 e 2016 são como se segue:

(valores expressos em euros)

Honorários faturados pelos revisores oficiais de contas	Período 2017		Período 2016	
	Honorários faturados	Totais	Honorários faturados	Totais
Revisão legal das contas	8.500,00	8.500,00	8.500,00	8.500,00

Responsabilidades finais da sociedade:

O processo nº CO/000908/14, que corre termos na Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar do Ambiente e do Ordenamento do Território, mostra-se em fase de instrução, e tem por objeto factos suscetíveis de integrar duas contraordenações ambientais leves, puníveis com coimas de valor entre 3.000,00€ e 22.500€.

21 - Outras informações

21.1 - Detalhe da rubrica de «Estado e outros entes públicos»

(valores expressos em euros)

Detalhe da rubrica de «Estado e outros entes públicos»		31.12.2017			31.12.2016		
		Ativos	Passivos	Posição líquida	Ativos	Passivos	Posição líquida
Imposto sobre o rendimento	Imposto estimado	85.067,26		85.067,26	73.107,07		73.107,07
	Totais	85.067,26		85.067,26	73.107,07		73.107,07
Retenção de impostos sobre rendimentos			5.891,72	5.891,72		5.857,68	5.857,68
Imposto sobre o valor acrescentado		151.870,06		151.870,06	131.875,04		131.875,04
Contribuições para a Segurança Social			22.096,67	22.096,67		21.417,93	21.417,93
Totais		236.937,32	27.988,39	264.925,71	204.982,11	27.275,61	232.257,72

21.2 - Detalhe da rubrica de «Diferimentos ativos e passivos»

(valores expressos em euros)

Gastos a reconhecer	Período 2017	Período 2016	Rendimentos a reconhecer	Período 2017	Período 2016
Seguros	78.875,04	76.981,76	Incumprimento Resitul	5.820,00	10.185,00
Assinatura Jornal		66,04	Iefp		
Contrato Assistência Brabal	1.983,83	1.910,00	SECASOL	15.000,00	
			POSEUR-76 - Recolha Seletiva	29.149,97	
Aluguer Maquinas Agua	74,38				
Alojamento servidor	327,27	412,50			
Contrato inCentea		802,20			
Prosegur	145,77	65,34			
Primavera	783,05	596,67			
Assistência Algardata		256,00			
Stock Artigos Manutenção	146.664,67	120.726,49			
Diversos	5.676,96	3.585,90			
	234.530,97	205.402,90		49.969,97	

21.3 O detalhe dos gastos incorridos em Fornecimentos e serviços externos é como se segue:

(valores expressos em euros)

Fornecimentos e serviços externos		Período 2017	Período 2016
Subcontratos		39.865,15	18.647,72
Serviços especializados	Trabalhos especializados	150.772,40	158.269,32
	Publicidade e propaganda	27.943,68	17.431,38
	Vigilância e segurança	76.733,80	75.104,71
	Honorários	7.200,00	6.000,00
	Conservação e reparação	367.430,13	381.790,72
	Outros	12.578,06	7.512,65
Totais		642.658,07	646.108,78

Fornecimentos e serviços externos		Período 2017	Período 2016
Materiais	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	20.626,39	34.625,70
	Livros e documentação técnica	165,10	198,02
	Material de escritório	7.666,40	6.788,42
	Artigos para oferta		1.992,60
	Outros	3.251,75	1.929,77
	Totais	31.709,64	45.534,51
	Energia e fluidos	Eletricidade	144.574,10
Combustíveis		342.192,89	298.181,87
Água		4.675,51	3.179,01
Outros		33.740,76	39.421,98
Totais		525.183,26	482.866,40
Deslocações, estadas e transportes	Deslocações e estadas	893,19	2.098,10
	Transportes de pessoal		
	Transportes de mercadorias		97,09
	Outros	1.399,62	1.250,69
	Totais	2.292,81	3.445,88
Serviços diversos	Rendas e alugueres	702,00	432,24
	Comunicação	17.786,39	15.973,99
	Seguros	101.671,66	94.760,17
	Contencioso e notariado	15,00	590,00
	Despesas de representação	285,00	64,40
	Limpeza, higiene e conforto	15.479,01	10.114,73
	Outros serviços		874,00
	Totais	135.939,06	122.809,53
Totais		1.377.647,99	1.319.412,82

Handwritten signature and initials in blue ink.

21.4. O detalhe dos gastos incorridos em Outros gastos e dos rendimentos reconhecidos em Outros rendimentos é como se segue:

(valores expressos em euros)

Outros rendimentos		Período 2017	Período 2016	Outros gastos		Período 2017	Período 2016
Rendimentos suplementares	Serviços sociais			Impostos	Impostos diretos	68,88	15 840,58
	Aluguer de equipamento				Impostos indiretos	13 805,78	10 504,20
	Estudos, projetos e assistência tecnológica				Taxas	504 412,84	440 120,57
	Totais			Totais	518 287,50	466 465,35	
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	Alienações		1 300,00	Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	Alienações		
	Sinistros	4 850,00	7 158,70		Sinistros	3 458,23	1 218,79
	Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	1 195,08	1 195,08		Gastos em propriedades		
	Totais	6 045,08	9 653,78		Totais	3 458,23	1 218,79
Outros rendimentos e ganhos	Correções relativas a períodos anteriores	63 805,05	13 007,46	Outros gastos e perdas	Correções relativas a períodos anteriores	20 046,37	64 827,32
	Imputação de subsídios para investimentos	993 109,30	1 039 473,31		Donativos	11 000,00	11 000,00
	Outros não especificados	5 853,04	4 388,65		Quotizações		
	Totais	1 062 767,39	1 056 869,42		Outros não especificados	107 805,35	129 260,50
Juros, dividendos e outros rendimentos	Juros	43 046,88	23 697,56	Gastos e perdas de Financiamento	Juros de Mora	161,04	
Totais		1 111 859,35	1 090 220,76	Totais		660 758,49	672 771,96

Handwritten signature and date: 37

21.5. Proposta de aplicação de resultados

A Gesamb apresenta um resultado líquido do exercício de 73.250,19 euros.

Nos termos das disposições estatutárias, a Gesamb deverá constituir, com carácter obrigatório, a Reserva geral nunca inferior a 10% do resultado líquido do exercício, a Reserva para investimento, no valor de 5% deste resultado, e o Fundo para fins sociais, nunca inferior a 2% do resultado líquido do exercício.

O Órgão de Gestão propõe, assim, a seguinte aplicação de resultados para o resultado líquido obtido no exercício:

Resultado Líquido 73.250,19

Reserva Legal 7.400,00

Outras Reservas:

Para Investimento 3.700,00

Para Fins Sociais 3.000,00

Para outros fins 6.450,19

Para Resultados transitados 12.311,33

Distribuição aos sócios 52.700,00

CIMAC 31.600,00

Lena ambiente 21.100,00

A Administração

O Contabilista Certificado